



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Bianca Costa Silva de Souza

**PROGRAMA INCLUIR (2005-2009):
UMA INICIATIVA GOVERNAMENTAL DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FLORIANÓPOLIS

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Bianca Costa Silva de Souza

**PROGRAMA INCLUIR (2005-2009):
UMA INICIATIVA GOVERNAMENTAL DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^o. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia.

FLORIANÓPOLIS

2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

S729p Souza, Bianca Costa Silva de
Programa INCLUIR (2005 -2009) [dissertação] : uma iniciativa
governamental de educação especial para a educação superior no
Brasil / Bianca Costa Silva de Souza ; orientadora, Rosalba
Maria Cardoso Garcia. - Florianópolis, SC, 2010.
179 p.: grafs., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-
Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Ensino superior. 3. Educação especial.
4. Política nacional de educação especial. I. Garcia, Rosalba
Maria Cardoso. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós - Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

**PROGRAMA INCLUIR (2005-2009):
UMA INICIATIVA GOVERNAMENTAL DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.

Florianópolis, 03 de agosto de 2010.

Profª. Célia Regina Vendramini, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Dra. Maria Sylvia Cardoso Carneiro
Examinadora
Universidade Federal de São Carlos

Profª. Dra. Laura Ceretta Moreira
Examinadora
Universidade Federal do Paraná

Profª. Dra. Rosângela Gavioli Prieto
Examinadora
Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais que foram tão presentes neste momento da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível por conta do apoio e colaboração de todas as pessoas que fazem parte da minha vida pessoal e acadêmica.

À minha orientadora Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia pela paciência, dedicação, profissionalismo e atenção durante todo o período do mestrado. Obrigada por todos os ensinamentos. Com ela o mestrado se transformou em um momento de constante desconstrução e construção;

À Professora Dra. Maria Sylvia Cardoso Carneiro pelo incentivo, generosidade e amizade desde a fase de graduação;

A todos os professores com quem tive contato durante esses dois anos de mestrado. Os conteúdos de cada disciplina e conversas foram essenciais para a construção desta dissertação;

Às amigas constituídas nesta fase, que em cada encontro me fizeram sentir melhor e mais confiante;

Ao meu namorado Rafael por sempre ter me dado amor e entendido os inevitáveis momentos de minha ausência;

A toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC os meus sinceros agradecimentos;

Agradeço especialmente a toda minha família pelo amor incondicional e apoio infundável. Sem eles nada teria sido possível.

RESUMO

O presente estudo tem como proposta analisar o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) como expressão das políticas de acesso e permanência de sujeitos com deficiência na Educação Superior. Para tanto foram analisados cinco editais publicados pelo MEC entre os anos de 2005 e 2009, projetos e dados coletados mediante questionários *on line* junto a Instituições de Educação Superior contempladas pelo Programa. Com isso foi possível identificar as estratégias propostas pelo Programa INCLUIR para o atendimento dos estudantes com deficiência na Educação Superior, discutir as implicações do Programa INCLUIR para as Instituições de Educação Superior (IES), apreender as noções de inclusão e acessibilidade presentes no Programa e buscar fundamentação histórico-política de uma política de inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior. Em linhas gerais, o Programa tem por objetivo o incentivo à construção e o fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas IES, previstos pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Com base nos discursos contidos nos editais do programa, os Núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. Contudo, essa perspectiva parece não se confirmar quando avaliados os relatos de algumas das Instituições contempladas com o INCLUIR, que consideram a implantação dos Núcleos como insuficientes para garantir qualidade no acesso e, sobretudo, permanência dos sujeitos com deficiência na Educação Superior. O estudo possibilitou refletir acerca das implicações ideológicas, financeiras e de gestão do Programa INCLUIR.

Palavras-chave: Ensino superior. Educação especial. Deficiência. Política Nacional de Educação Especial. Programa INCLUIR.

ABSTRACT

This work looks for appraise the Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) like reflex of access and retention of individuals with disabilities in Higher Education policies. Therefore, five edicts published by the MEC between the years 2005 and 2009 were analyzed, projects and data collected through online questionnaires with the higher education institutions covered by the Programa. It was then possible to identify the strategies proposed by the Programa INCLUIR for the attendance of students with disabilities in higher education, discuss the implications for the Higher Education Institutions' (IES) Programa INCLUIR, understand the concepts of inclusion and accessibility present in the Programa and research the historical and political reasons for a policy of inclusion of disabled students in higher education. In general, the Programa aims to encourage the construction and strengthening of the Accessibility Centers in Higher Education Institutions, provided by the National Policy on Special Education from the perspective of Inclusive Education (BRAZIL, 2008). Based on the speeches contained in the Programa's edicts, the Centers improve access for people with disabilities to all spaces, environments, actions and processes developed at the institution, looking for integrating and coordinating other activities to educational and social inclusion of those people. However, this view don't seems to be confirmed when examining the reports of some of the institutions which taken part of INCLUIR, who consider the Center's implantation as insufficient to ensure quality of access and, above all, permanence of individuals with disabilities in higher education. The study enabled to reflect on the implications of ideological, financial and management of the Programa INCLUIR.

Key-words: Programa INCLUIR, Especial Education, Incapacity, Higher Education, Education's policies, individuals with disabilities.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de alunos com deficiência na Educação superior 2000-2005	38
Gráfico 2 – Matrículas de alunos com deficiência, segundo o tipo: Brasil 2005.....	39
Gráfico 3 – Número de projetos contemplados por ano.....	92
Gráfico 4 – Número de Projetos por estado 2005-2009	93
Gráfico 5 – Porcentagem de projetos aprovados por região – 2005.....	99
Gráfico 6 – Porcentagem de projetos aprovados por região - 2006	99
Gráfico 7 – Porcentagem de projetos aprovados por região - 2007	100
Gráfico 8 – Porcentagem de projetos aprovados por região – 2008.	
Fonte: Resultado dos editais INCLUIR 2008.....	100
Gráfico 9 – Porcentagem de projetos aprovados por região – 2009...	101
Gráfico 10 – Prevalência anual de instituições contempladas por categoria Administrativa.	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Balanço de Produção	28
Quadro 2 – Objetivos do Programa INCLUIR.....	65
Quadro 3 – Eixos – Arquitetura	75
Quadro 4 – Eixos – Comunicação.....	75
Quadro 5 – Eixos – Materiais.....	76
Quadro 6 – Eixos – Formação.....	77
Quadro 7 – Objetos dos Editais INCLUIR.....	89
Quadro 8 – Projetos aprovados por regiões e estados	95
Quadro 9 – Os 155 Projetos contemplados nos editais 2005-2009.....	115
Quadro 10 – Títulos dos projetos contemplados utilizando o termo acessibilidade	128
Quadro 11 – Distribuição geográfica das Instituições de Educação Superior que responderam ao questionário	136
Quadro 12 – Instituições de Educação Superior respondentes.....	137
Quadro 13 – Verba prevista x verba aprovada.....	138
Quadro 14 – Títulos dos projetos aprovados – IES respondentes.....	142
Quadro 15 – Nível de satisfação das Instituições de Educação Superior	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cenário da Educação Superior em 2005.....	37
Tabela 2 – Projetos aprovados por região/ano.....	98
Tabela 3 – Distribuição orçamentária 2007-2008	119
Tabela 4 – Recursos aprovados pelo INCLUIR por Região.....	120
Tabela 5 – Quantidade de títulos dos projetos que apresentam o termo acessibilidade	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPNES – Centro de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CEPAE – Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidades

COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas: UNISC, UCS, URI, UPF, UNIJUI, UCPel, URCAMP, FEEVALLE, UNIVATES, UNICRUZ

DEPES – Departamento de Políticas do Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior

DOU – Diário Oficial da União

DPEE – Departamento de Política de Educação Especial da Secretaria de Educação Superior

DV – Deficiência Visual

GTPNE – Grupo de Trabalho sobre a Pessoa com Necessidades Especiais

ICEB – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas

IES – Instituições de Educação Superior

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFET – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFMG – Instituto Federal Minas Gerais

IFRO – Instituto Federal de Rondônia

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LabNapne – Laboratório do Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

NAANEE/UFT – Núcleo de Atendimento ao Acadêmico com Necessidades Educacionais Especiais / Universidade Federal do Tocantins

NAPNE – Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais

NEACE/UFT – Núcleo de Acessibilidade / Universidade Federal do Tocantins

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

NIA – Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG'S – Organizações Não-Governamentais

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNDH – Programa Nacional dos Direitos Humanos

PROENE – Programa de Acompanhamento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais

SEDH – Secretaria de Especial de Direitos Humanos

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SESu – Secretaria de Ensino Superior

SIGProj – Sistema de Informação e Gestão de Projetos

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UnB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 Definição do objeto e do campo de pesquisa	22
1.2 Balanço de produção.....	24
1.2.1 Trabalhos de estudos de caso	29
1.2.2 Trabalhos de representação	33
1.2.3 Trabalhos estatísticos	35
1.2.4 Trabalhos sobre análise da política.....	36
1.3 Inclusão de sujeitos com deficiência na educação superior e corporificação do Programa INCLUIR	36
1.4 Procedimentos teórico-metodológicos.....	46
1.5 Organização do trabalho	48
2 O PROGRAMA INCLUIR: CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DA ANÁLISE DOS EDITAIS 2005-2009	49
2.1 Referências legais e de gestão do Programa INCLUIR....	49
2.2 Objetivos do Programa INCLUIR.....	55
2.2.1 Os procedimentos que constituem o Programa INCLUIR	66
2.2.2. Sobre a avaliação da participação das instituições no Programa INCLUIR	69
2.3 O Programa INCLUIR: eixos, procedimentos, resultados e avaliação	74
2.3.1 Eixos do Programa que dão materialidade à acessibilidade na Educação Superior.....	74
3 RESULTADOS DO PROGRAMA INCLUIR: PROJETOS APROVADOS E RECURSOS DISTRIBUÍDOS.....	92
3.1 Dos resultados dos editais	92
4 IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA INCLUIR NOS PROJETOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE	

SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS.....	122
4.1 A concepção de inclusão presente no Programa – acessibilidade como conceito-chave.....	122
4.1.1 Conceito de acessibilidade	130
4.1.2 Acessibilidade & Legislação	133
4.2 Análise do depoimento de universidades contempladas pelo Programa INCLUIR – pensando na horizontal.....	134
4.2.1 Implicações financeiras.....	138
4.2.2. Implicações Ideológicas	141
4.2.3. Implicações de Gestão.....	149
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
Referências.....	159
Apêndice A – Questionário.....	173

1 INTRODUÇÃO

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO E DO CAMPO DE PESQUISA

A década em curso vem constituindo momento de muitas definições nas políticas de educação especial, com repercussões sobre o atendimento educacional de sujeitos com deficiência nas Instituições de ensino regular, da educação infantil a Educação Superior.

A Educação Especial como modalidade educacional transversal vem ganhando contornos nos últimos anos, inclusive na Educação Superior, com o incremento de uma perspectiva inclusiva (BRASIL, 2008; BRASIL, 2009). O Programa INCLUIR representa, em grande medida, ações e estratégias da política atual para instituir uma perspectiva inclusiva da Educação Especial na Educação Superior.

A presente investigação tem como foco de estudo o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – INCLUIR no período de 2005 a 2009. A pesquisa se justifica pela importância do Programa como estratégia de política educacional mais estruturada em relação ao acesso de sujeitos com deficiência na Educação Superior brasileira nos anos 2000.

O objetivo geral da pesquisa constitui-se em analisar o Programa INCLUIR como expressão da política de inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior proposta pelo MEC.

Os objetivos específicos pretendem:

- a) Identificar as estratégias propostas pelo Programa INCLUIR para o atendimento dos estudantes com deficiência na Educação Superior;
- b) Discutir as implicações do Programa INCLUIR para as Instituições de Educação Superior - IES;

Para que fosse possível a realização desta pesquisa, utilizamos inicialmente a análise dos editais do INCLUIR publicados entre os anos de 2005 e 2009. Após essa etapa, as Instituições de Educação Superior

contempladas, foram convidadas a responder um questionário sobre o Programa.

De posse dos dados da análise dos editais e dos questionários identificamos a forma com que o Programa vem se desenvolvendo no cenário nacional, bem como, percebemos a posição das IES em relação ao INCLUIR. A partir daí realizamos uma seleção da legislação acerca do atendimento das pessoas com deficiência na Educação Superior.

Quando analisamos os documentos legais nos deparamos com uma escassa documentação. O primeiro documento legal brasileiro encontrado que cita os alunos com deficiência na Educação Superior é a Resolução nº 2, de 24 de fevereiro de 1981 que autoriza a concessão de prorrogação de prazo de conclusão do curso de graduação aos alunos com deficiência física, afecções congênitas ou adquiridas. Em 1996 o Aviso Circular nº 277/MEC/GM, dá início às discussões sobre adaptação para acesso dos alunos com deficiência nas instituições de Educação Superior. Porém, a expansão dos documentos se dá a partir do ano de 1999, com a promulgação do Decreto nº 3.298/99¹ que regulamenta a adaptação de provas para os alunos com deficiência e cita o Ministério da Educação - MEC como responsável por expedir instruções para que os programas de Educação Superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados aos sujeitos com deficiência. Nos anos 2000, com o Parecer CNE/CEB nº 17/2001, a educação especial passa a se inserir em todos os níveis da educação escolar, incluindo a Educação Superior. O mesmo ideal é ratificado com a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em 2008.

Além da legislação que regulamenta o atendimento das pessoas com deficiência na Educação Superior, utilizamos como metodologia o levantamento das produções acerca do tema.

¹ Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

1.2 BALANÇO DE PRODUÇÃO

Julgamos importante traçar um panorama das produções acadêmicas cujo foco de investigação estivesse voltado para as condições de acesso e permanência dos sujeitos com deficiência na Educação Superior no Brasil. Para tanto, foi realizado um balanço bibliográfico entre os meses de março e abril de 2009 buscando identificar, conhecer e analisar os materiais sobre o tema produzidos entre os anos de 2005 a 2008. A produção encontrada naquele momento revelou a incidência de pesquisas, o tipo de estudos de caso, os trabalhos que focalizam as representações de estudantes com deficiência que tiveram acesso à Educação Superior, os trabalhos estatísticos e um pequeno número de trabalhos de análise de políticas de Educação Especial para a Educação Superior.

Como fontes de pesquisa foram utilizados o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, artigo de periódicos encontrados no portal Scielo e trabalhos apresentados em eventos². Inicialmente utilizamos como descritores Educação Especial, Ensino Superior, Universidade, Inclusão e Necessidades Especiais. Analisando os documentos, verificou-se que o termo acessibilidade também surgiu com bastante frequência, o que nos levou a perceber a necessidade de o adicionarmos à pesquisa. Esse tema aparece de forma separada, uma vez que sua busca foi realizada posteriormente.

² Os eventos são: Anped 28ª Reunião – 2005, Anped - 29ª Reunião – 2006, III Seminário de Pesquisa em Educação – 2006, IV Congresso Internacional de Educação – 2006, III Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial – 2007, IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial – 2007, IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial – 2008.

Classificação	Título do Trabalho	Autor	Fonte
Estudo de caso	A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar	CASTRO, S. F. DE; ALMEIDA, M. A.	IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial – 2008
	A universidade e as projeções de concepções/representações de deficiência vivenciadas por alunos com necessidades educacionais especiais da Universidade Federal de Santa Maria- UFSM	HOSDA, C. B. K.; COSTA, A.DOS S. DA; PELLEGRINI, C. M. DE; ZARDO, S. P.	IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial – 2007
	A universidade e o aluno com necessidades educacionais especiais	BORGMANN, M. E.	IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial – 2007
	Atendimento a pessoas com deficiência no ensino superior: estudo sobre o Centro Universitário SENAC	GONSALES, L. F. S.	Banco de Teses CAPES – mestrado 2007
	Incluir na UFU – acessibilidade e permanência com qualidade na educação superior*	OLIVEIRA, V. M.; DECHICHI, C.; SILVA, L. C. DA	IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial – 2007

Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: ações no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	MELO, F. R. L.V. DE; MEDEIROS, R.	IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial – 2007
Inclusão e Universidade: análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	PEREIRA, M. M.	Banco de Teses CAPES – mestrado 2007
Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais	FERREIRA, S. L.	Revista Bras. De Ed. Esp. 2007
O papel da Universidade frente aos desafios da inclusão	NAUJORKS, M. I.	III Seminário de Pesquisa em Educação - 2006
Ingresso, acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM-RS	PELLEGRINI, C. M de	Banco de Teses da CAPES- mestrado 2006

	Política para Inclusão de alunos com necessidades educacionais: um estudo em Universidades e Centro Universitário de Santa Maria –RS	CASTANHO, D. M.	Bando de Teses da CAPES - mestrado 2007
Representação	Alunos com deficiência no ensino superior: uma realidade possível	ROSSETTO, E.	IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial – 2008
	Inclusão no Ensino Superior: relato de experiência sobre uma política de inclusão na Universidade Cidade de São Paulo.	DREZZA, E. J.	Bando de Teses da CAPES - mestrado 2007
	O processo de inclusão no ensino superior em Goiás: a visão dos excluídos	PERINI, T. I.	Bando de Teses da CAPES - mestrado 2005
	Retratos da prática avaliativa no contexto da sala de aula universitária com alunos com necessidades educacionais especiais	MOREIRA, L. C.	Anped 28 ^a Reunião – 2005
	A Inclusão de Estudantes com deficiência no Ensino Superior.	MASINI, E.A.F.S; BAZON, F.V.M.	Anped 28 ^a Reunião – 2005

	EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: discursos e representações sobre as alteridades deficientes no ensino superior	THOMA, A. DA S.	IV Congresso Internacional de Educação – 2006
	A inclusão no ensino superior: “- ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...”	THOMA, A. DA S.	ANPED - 29ª Reunião – 2006
Análise da Política	Acesso e permanência do aluno com deficiência numa instituição de ensino superior	ROCHA, T. B; MIRANDA, T. G.	IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial – 2007
	Inclusão e política de educação superior.	ALMEIDA, C. E. M. DE	II Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial – 2006
Estatístico	O atendimento ao discente diante das necessidades educacionais permanentes e transitórias nas Instituições de ensino superior de Santa Maria-RS	TONINI, A; NASCIMENTO, C. T. DO; BRANCHER, V. R.; POZOBON, L.L.; MORAES, J. L. DE; COSTAS, F. A. T.	IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial – 2007

Quadro 1 - Balanço de Produção

Fonte: Dados Primários (2010).

*Único trabalho encontrado que versa sobre o Programa INCLUIR

Apesar de termos encontrado uma grande quantidade de trabalhos sobre os temas Educação Especial, Ensino Superior e Inclusão, para os fins desse balanço foram selecionados somente os que tratam da Educação Especial na Educação Superior ou os vinculados à Inclusão na Educação Superior, que somam em 21 (vinte e uma) produções (Quadro 1). Chamamos atenção pelo fato de termos encontrado somente um trabalho referente ao Programa INCLUIR, o que reforça ainda mais a necessidade de pesquisar o Programa. O trabalho localizado se intitula “Incluir na UFU – acessibilidade e permanência com qualidade na educação superior”, escrito por Valéria Manna Oliveira, Claudia Dechichi e Lázara Cristina da Silva e tem por objetivo apresentar o projeto dentro do Programa na Universidade Federal de Uberlândia.

Os demais trabalhos se dedicam a experiências de sujeitos com deficiência, trazem a compreensão dos pesquisadores em relação às situações de inclusão na Educação Superior, realizam uma análise de dados estatísticos ou quantitativos ou tratam das práticas vivenciadas por IES, especificamente em relação à inclusão dos sujeitos com deficiência. Ainda salientamos que somente foram localizados 02 (dois) trabalhos no campo da política educacional.

Destacamos o ano de 2007 como o ano com mais produções em termos de publicações sobre a temática, apresentando 12 (doze) de vinte trabalhos.

A realização de um balanço da produção acadêmica contribuiu para uma melhor definição do objeto de pesquisa: as políticas para a garantia de atendimento aos sujeitos com deficiência na Educação Superior. Ao analisarmos os documentos legais, verificamos que na atualidade somente 01 (um) Programa aparece como expressivo dentro das políticas voltadas para a Educação Superior, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior - INCLUIR lançado por meio de edital pelo MEC em 2005 e que se repetiu nos anos seguintes até 2009.

1.2.1 Trabalhos de estudos de caso

O trabalho de Castro (2008) discute a inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, caracterizando a inclusão de alunos

com deficiência nessa instituição. Analisa e problematiza as medidas adotadas pela universidade para garantir a acessibilidade e permanência deste(s) aluno(s) na graduação, a fim de conhecer as condições da instituição para que eles tenham os direitos de acessibilidade garantidos.

Hosda (2007, p.01) em seu estudo tem por objetivo

[...] conhecer as representações e concepções que orientam o olhar dos alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam os cursos de licenciatura da UFSM e as relações dessas representações com o processo de inclusão desses na universidade.

E afirma que emerge a necessidade da universidade investir em acessibilidade para a garantia não somente do acesso, mas principalmente da permanência e da progressão do “aluno incluído”³ na Educação Superior. Indica ainda que os dados coletados mostram o restrito conhecimento dos professores formadores da universidade acerca das deficiências, recursos e serviços necessários e a necessidade da universidade ampliar a acessibilidade pedagógica, arquitetônica e de comunicação.

Borgman (2007) relata a pesquisa que foi desenvolvida com professores, coordenadores de cursos e alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta pesquisa Borgman (2007) investigou como a universidade vem pensando a educação inclusiva, como se organiza para receber alunos com deficiência e se assume a inclusão como política social e educativa, como o intuito de possibilitar novas aprendizagens para a inclusão das “pessoas com necessidades educacionais especiais”.

O estudo de Gonsales (2007) analisa e discute de que forma ocorre o atendimento a “pessoas com deficiência” no âmbito do Centro Universitário do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Os resultados indicam que o atendimento a “pessoas com deficiência”, cuja frequência é elevada (88,1%) na IES privada estudada, apresenta mais dificuldades (falta de informação sobre a organização,

³ Termo utilizado pela autora.

desconhecimento dos tipos de deficiências, entre outras) do que as facilidades (estrutura física da IES e características pessoais). Os relatos dos participantes consideram, ainda, que treinamentos específicos contribuiriam para a melhoria no atendimento a “pessoas com deficiência” dentro da IES privada. Trata-se, portanto, de uma oportunidade para que a IES privada possa dar um salto em qualidade em relação à recepção dessas pessoas proporcionando, assim, possibilidades de inclusão educacional desse segmento da população.

Melo & Medeiros (2007) abordam a educação inclusiva no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no período de 2001 a 2007. O seu objetivo principal foi situar as ações desenvolvidas por essa universidade e, ainda, as que estão em andamento e que privilegiam o acesso e a qualidade do ensino, particularmente, a esses alunos. Os primeiros resultados apontam para ações de diversas naturezas, tais como: criação de uma comissão para elaborar diretrizes gerais e propor ações acadêmicas para a educação especial; realização de Seminários de Educação Inclusiva; criação do “espaço inclusivo” na biblioteca central; adequação e construção de ambientes acessíveis; aprovação de projeto no Programa INCLUIR, dentre outras. Melo & Medeiros (2007, p.1) concluem afirmando que

[...] a partir dessas ações a UFRN demonstra ser fiel aos princípios que norteiam a construção de um sistema educacional democrático e inclusivo, ao buscar garantir a qualidade da oferta e do acesso aos seus cursos, respeitando a diversidade de todos os que nela ingressam.

Pereira (2007) aborda a inclusão na Educação Superior a partir de um estudo relacionado a alunos com deficiência que ingressaram pelo sistema de cotas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul no período de 2002 a 2005. Afirma que a implantação do sistema de cotas para alunos com deficiência nessa Universidade se constitui em uma ação política de acesso e democratização da Educação Superior e está em consonância com os princípios Constitucionais, na garantia dos direitos das “Pessoas com Deficiências”. Os resultados evidenciam a ocorrência de dificuldades que se concentram no processo de ensino e aprendizagem e a necessidade de ações específicas, voltadas para os alunos com deficiência. Vale ressaltar que o sistema de cotas se enquadra na lógica das políticas de ação afirmativa.

Ferreira (2007) descreve a experiência desenvolvida pela Universidade Estadual de Londrina com o Programa de Acompanhamento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais – Proene. O programa é composto por profissionais oriundos das áreas de Serviço Social, Educação e Psicologia, responsáveis por: identificar as dificuldades e necessidades especiais concernentes ao processo de ensino e aprendizagem e avaliação apresentadas pelo estudante e propor recursos e estratégias que reduzam ou eliminem as dificuldades e demandas especiais identificadas. De acordo com o autor essas ações da equipe, associadas a um trabalho de mediação junto aos colegas de curso e demais professores inseridos na situação, têm se mostrado eficazes para o bem estar físico e emocional dos estudantes acompanhados, bem como para a melhoria das condições indispensáveis à sua aprendizagem e formação profissional qualificada, desde o ingresso até o final de sua trajetória acadêmica.

O trabalho de Naujorks (2006, p. 07) versa sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência na Universidade Federal de Santa Maria e afirma que reconhece os diversos desafios a serem enfrentados,

[...] porém ao mesmo tempo em que precisamos trabalhar com aquilo que a Psicologia identifica como “núcleos duros”, ou seja a resistência à mudança, muito presente na academia, não podemos perder de vista todas as ações que se efetivam paralelas a essa resistência, alavancando a mudança.

Castanho (2007) desenvolveu sua pesquisa com o objetivo de investigar as políticas para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas Universidades e Centro Universitário de Santa Maria – RS. Conclui que são inegáveis os movimentos e avanços relativos à legislação, sendo possível constatar, entre outras questões, que mesmo embrionários os movimentos das universidades e do Centro Universitário de Santa Maria – RS começam a ser registrados no sentido de produzir ingresso, acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais. Traz a idéia de que ainda há muito a se fazer para que as instituições educacionais oportunizem e incentivem uma educação para todos e o aluno com necessidades educacionais especiais possa ter um projeto de vida concretizado na sociedade.

Oliveira, Dechichi e Silva (2007) indicam em seu estudo que o programa “Incluir na UFU - Acessibilidade e permanência com

qualidade na Educação Superior”, proposto pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU por meio da coordenação do Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial – CEPAE e executado em parceria com instituições de apoio e associações de representação de “pessoas com deficiência” tem como finalidade principal oferecer condições para a criação de políticas de promoção da inclusão escolar e de ações afirmativas em relação às “pessoas com deficiência”, além de buscar contribuir com a discussão de reformas curriculares dos cursos de graduação da UFU, com vistas a atender as demandas legais de formação de professores competentes para uma atuação prática dentro de uma “perspectiva inclusivista”. De modo mais específico, o programa proposto apresenta entre seus objetivos a criação e adaptação de laboratório/sala de recursos próprios para o atendimento escolar à alunos com necessidades educacionais especiais; a criação de acervo de livros em Braille; a produção de livros falados e de material pedagógico adaptado para alunos com deficiência visual ou auditiva e a criação de um novo núcleo no campus de educação Física da UFU.

1.2.2 Trabalhos de representação

Thoma (2006, p.01) utiliza os Estudos Culturais e Michel Foucault como base teórica para desenvolver a sua pesquisa e assume

[...] o debate sobre a inclusão social tendo como objeto de análise os discursos e representações sobre as alteridades deficientes no ensino superior, partindo do entendimento que as invenções modernas tem se encarregado de classificar/nomear/narrar/incluir ou excluir os sujeitos, em um mundo cada vez mais difuso e fragmentado.

A autora (2006) defende que “a deficiência, de um modo geral, deve passar de um simples entendimento biológico e ser problematizada epistemologicamente”. E ainda em 2006 apresenta uma pesquisa fundamentada nos Estudos Culturais e Michel Foucault, realizada em 2004 e 2005. Com o intuito de mapear os acadêmicos do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG⁴ em situação de

⁴ O COMUNG é composto das seguintes universidades: UNISC, UCS, URI, UPF, UNIJUI, UCPel, URCAMP, FEEVALLE, UNIVATES, UNICRUZ.

inclusão, bem como analisar e problematizar as representações e discursos sobre os sujeitos incluídos, seus direitos, suas demandas e sua presença nessas instituições, o estudo apresenta-se como qualitativo, mas também lança mão de dados quantitativos. Apresenta como objetivo oferecer um panorama da situação dessas IES do processo seletivo à permanência e conclusão acadêmica.

O trabalho de Masini & Bazon (2005) se desenvolveu no esforço de sistematizar informações sobre a qualidade do trabalho de inclusão educacional e social de alunos na Educação Superior e analisar dados de 04 (quatro) estudantes com deficiência visual, 04 (quatro) com deficiência auditiva e 04 (quatro) com paralisia cerebral verificando se havia especificidades requeridas para cada um dos tipos de deficiência, além de oferecer a perspectiva do próprio aluno com deficiência sobre sua experiência na Educação Superior.

A pesquisa desenvolvida por Rosseto (2008) tem como objetivo realizar um estudo das singularidades da trajetória pessoal e acadêmica de “pessoas com deficiência” na Unioeste a partir do ponto de vista do aluno com deficiência, partindo-se do pressuposto de que o indivíduo não é constituído somente pelas características biológicas, e sim que está inserido numa sociedade, num determinado tempo histórico e lugar social.

Drezza (2007) descreve como se dá a inclusão dos alunos com deficiência na Educação Superior a partir da análise das políticas internas e do trabalho do Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes da Universidade Cidade de São Paulo. Toma por objeto de estudo a experiência de inclusão de alunos com deficiência na Universidade Cidade de São Paulo, entre 2004 e 2006. Conclui que sendo a Educação um processo contínuo, faz-se necessária a elaboração de políticas institucionais nas universidades que contemplem as “pessoas com deficiência” e também profissionais de educação e funcionários que compõem esse ambiente.

Perini (2005) em sua pesquisa sobre o processo de inclusão escolar na Educação Superior, na percepção dos jovens com deficiência, afirma que não constatou a sua inclusão na Educação Superior.

A dissertação de Pellegrini (2006) teve por objetivo investigar o Ingresso, Acesso e Permanência dos Alunos com Necessidades

Educacionais Especiais na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM - RS. As considerações finais apontam para a importância da conscientização, transformação e reformas para eliminar as barreiras arquitetônicas e fatores ambientais adversos, assim como as barreiras atitudinais que impedem a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Podemos destacar, também, a necessidade de incrementar os escassos estudos de mapeamento destes alunos, no sentido de localizá-los e poder oferecer-lhes condições dignas de permanência na instituição, juntamente com ações institucionais que venham ao encontro das suas expectativas, de forma a garantir uma educação para todos. O respeito à diversidade nos faz pensar na importância de compreender as diferentes condições especiais, que determinarão o desempenho das atividades acadêmicas dos alunos com necessidades educacionais especiais no seu meio. Todos os ambientes acadêmicos estão ligados à produção de conhecimento e a disseminação deste, logo, a informação e conhecimento destas condições especiais e o respeito a elas, tornam-se relevante neste contexto.

O trabalho de Moreira (2005) discorre sobre o processo de avaliação com alunos com deficiência e traz consigo também uma temática que vem se revestindo de complexidade e, notadamente de carências de estudos, ou seja, a inclusão desse alunado na Educação Superior.

1.2.3 Trabalhos estatísticos

Tonini (2007) busca em seu estudo quali-quantitativo descritivo constatar as formas de atendimento oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais permanentes e transitórias nas 08 (oito) Instituições de Educação Superior em Santa Maria/RS. Aponta que os resultados preliminares evidenciam que os serviços mais oferecidos são os de Psicologia e Psicopedagogia, apesar de só existirem núcleos de apoio institucionalizados em 02 (duas) IES. Em 05 (cinco) delas havia presença de alunos com surdez, cegueira e deficiência física e com dificuldades na aprendizagem (falta de concentração, dificuldades de memorização, dificuldades lógico-matemáticas).

1.2.4 Trabalhos sobre análise da política

Rocha & Miranda (2007, p. 01) defendem o “papel social da universidade e seu compromisso de proporcionar um processo educacional mais justo e democrático” para a produção de conhecimentos e efetivação de “políticas inclusionistas”, que venham atender a diversidade, contribuindo com a inclusão social e o desenvolvimento humano. Afirmam que tanto a Universidade quanto os profissionais que dela fazem parte, estão despreparados para proporcionar o atendimento adequado às necessidades especiais desses alunos e apontam como solução “que a Universidade invista na definição de uma política institucional para a construção de práticas inclusivas que beneficiem o processo de ensino e aprendizagem e de interação social dos estudantes com deficiência”.

Destacamos o estudo de Almeida (2007), pois analisa como o discurso da inclusão se expressa nos documentos referentes à política de Educação Superior no período entre 2003 e 2006. As análises desenvolvidas pela autora visam estimular o debate sobre o conceito de inclusão e as influências deste na elaboração de políticas de Educação Superior.

1.3 INCLUSÃO DE SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E CORPORIFICAÇÃO DO PROGRAMA INCLUIR

Para compreendermos a educação dos sujeitos com deficiência na Educação Superior no ano de 2005, quando surge o Programa, é preciso, antes de qualquer coisa, percebermos o panorama geral da Educação Superior no mesmo ano (Tabela 1).

Tabela 1 – Cenário da Educação Superior em 2005

CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL EM 2005

Tipos de Instituição de Ensino Superior (IES)	IES		Cursos		Alunos		Cursos / IES	Alunos / IES	Alunos / Curso	
	Número	%	Número	%	Número	%				
Totais	2.165	100,0%	20.407	100,0%	4.453.156	100%	9	2.057	218	
Públicas	Universidades	90	4,2%	5.412	26,5%	1.042.816	23%	60	11.587	193
	Centros Univ.	3	0,1%	43	0,2%	15.757	0%	14	5.252	366
	Faculdades	138	6,4%	736	3,6%	133.616	3%	5	968	182
	Total	231	10,7%	6.191	30,3%	1.192.189	27%	27	5.161	193
Privadas	Universidades	86	4,0%	5.480	26,9%	1.426.962	32%	64	16.593	260
	Centros Univ.	111	5,1%	2.499	12,2%	659.170	15%	23	5.938	264
	Faculdades	1.737	80,2%	6.237	30,6%	1.174.835	26%	4	676	188
	Total	1.934	89,3%	14.216	69,7%	3.260.967	73%	7	1.544	210

Fonte: Inep - Sinopse do Ensino Superior – 2005 (Brasil, 2006)

Segundo os dados disponibilizados na Sinopse do Ensino Superior em 2005 – INEP, naquele ano o Brasil tinha, 2.165 IES, das quais 89,3%, ou seja, 1.934, eram privadas. A predominância por tipo de instituições é de faculdades privadas, que representam 80,24% do total de IES. Embora haja 9 (nove) vezes mais IES privadas que públicas, o número de universidades privadas é quase o mesmo que o de universidades públicas.

No total, 20.407 IES brasileiras ofereciam cursos de graduação presenciais, sendo que 69,7% eram oferecidos por IES privadas. As universidades públicas ofereciam 26,5% dos cursos, índice semelhante aos 26,9% oferecidos pelas universidades privadas.

As universidades privadas tinham 32% dos alunos matriculados em 2005, contra 23% das universidades públicas.

O conjunto dos dados mostra que em 2005 existia na Educação Superior brasileira uma predominância quantitativa das instituições privadas, o que perdura até os dias de hoje. Outro dado relevante para entendermos essa realidade, é a implantação do Programa Universidade

para Todos – Prouni no ano de 2005, incentivando assim o acesso às instituições privadas de educação superior.

Em relação aos alunos com deficiência nas universidades do país, o número de matrículas aumentou em 179,4% entre 2000 e 2005, segundo dados do Censo do Ensino Superior de 2005 elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. No período indicado as matrículas passaram de 2.173 para 6.328 em cinco anos.

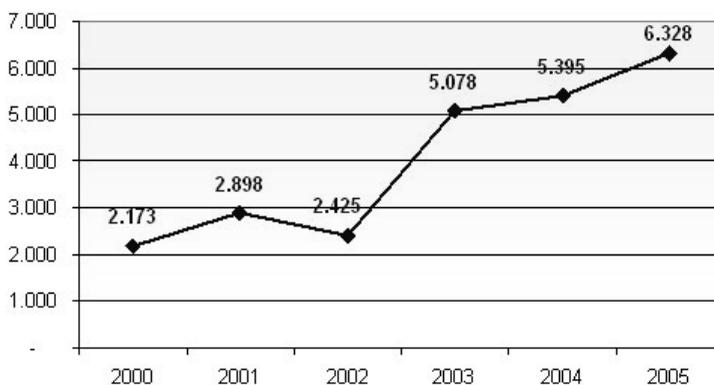


Gráfico 1 – Número de alunos com deficiência na Educação superior 2000-2005

Fonte: INEP (2005).

O Censo aponta também que o maior crescimento foi nas IES privadas. Em 2000, as universidades públicas tinham 52,23% (1.135 alunos) do total de matriculados com deficiência e as privadas, 47,77% (1.038 estudantes). Já os números de 2005 mostram que 67% (4.247) dos alunos nessa categoria estudavam em entidades particulares.

⁵ Os dados sobre a participação de alunos com deficiência, especialmente no Ensino Superior brasileiro, ainda são precários, do ponto de vista da regularidade de qualidade das informações. Por esse motivo, aqui estamos analisando somente os dados até o ano de 2005.

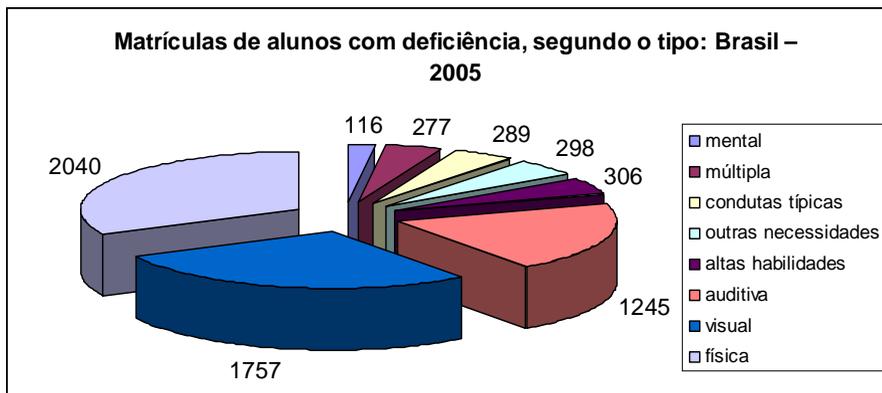


Gráfico 2 – Matrículas de alunos com deficiência, segundo o tipo: Brasil 2005
Fonte: INEP (2005).

De acordo com o gráfico acima, a maior parte dos alunos, um total de 2.040, são identificados com deficiência física, seguidos da deficiência visual e auditiva. Em número menor temos os classificados na categoria de deficiência mental. O gráfico não identifica o que o Inep caracteriza por “outras necessidades”, destaque-se que o número de alunos com essa especificação (298) é bastante representativo.

Contudo, percebemos que embora os dados mostrem um salto no número de matrículas, o desafio é de que a Educação Especial na Educação Superior alcance dados qualitativos. Segundo Miranda (2006), “o Brasil está em um momento, no qual a democratização do acesso e permanência na universidade de grupos socialmente desfavorecidos está obtendo maior espaço”. Isso se dá porque com o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC do governo Lula, é atribuído outro papel para a universidade, o de instrumento de coesão social por meio da inclusão e democratização do acesso cuja ênfase recai na formação do cidadão trabalhador para a sociedade do desemprego. (Miranda, 2006)

A partir dos dados em relação ao crescimento do número de matrículas de alunos com deficiência na Educação Superior após o lançamento do Programa INCLUIR, podemos inferir que este também vai ao encontro do atendimento à expansão do número de vagas nas universidades públicas, no intuito de cumprir a meta de dobrar o número

de estudantes nas IES em 05 (cinco) anos a contar do ano de 2007, fixada pela Reforma Universitária⁶.

A reforma da Educação Superior é parte do processo incorporado pelo governo Lula ao PAC sob a denominação de Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. O PAC precisa ser visualizado como a versão contemporânea, adequada ao atual estágio da circulação capitalista internacional de riquezas e mercadorias, da reforma do Estado brasileiro.

De acordo com Rodrigues (2007), as atuais transformações da Educação Superior brasileira são, em grande parte, determinadas pelos interesses do capital em convertê-lo em uma mercadoria. E é nessa lógica que segundo Leher (2003), o Estado brasileiro recolocou em movimento a engrenagem de uma reforma universitária que, se exitosa, destruirá a concepção de universidade da Constituição Federal de 1988 e o futuro dessas instituições.

É no bojo das discussões sobre a reforma universitária que surge o Programa INCLUIR, especificamente no ano de 2005, sendo posteriormente incorporado ao PDE (BRASIL, 2007). O Programa se apóia no conceito de diversidade, aludido no Projeto de Lei que

⁶ Como indicação de leitura para aprofundamento do tema Reforma Universitária sugere-se: SGUISSARDI, Valdemar. **Reforma universitária no Brasil - 1995-2006**: precária trajetória e incerto futuro. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, Out. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Jun 2010.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula**. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, Dec. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Jun 2010.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público?**. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 29, Aug. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Jun 2010.

LEHER, Roberto. Para silenciar os campi. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 88, Oct. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 June 2010.

estabelece a Reforma, no qual se instituem, entre outras coisas, políticas de ações afirmativas para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas. O documento incentiva “a valorização da solidariedade, da cooperação, da diversidade e da paz entre indivíduos, grupos sociais e nações.” (BRASIL, Projeto de Lei da Reforma Universitária, 2006).

O programa, coordenado pela Secretaria de Educação Especial⁷ - SEESP/MEC e pela Secretaria de Ensino Superior – SESU/MEC lança editais com o intuito de apoiar projetos de criação ou reestruturação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e Instituições Estaduais de Ensino Superior. No INCLUIR é defendida a idéia de que os núcleos melhoram o acesso dos sujeitos com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na IES, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. O programa passou a receber propostas de universidades do Brasil inteiro, porém, somente aquelas que atendem às exigências do programa são selecionadas para receber o apoio financeiro do MEC.

Ao nos referirmos aos documentos legais de cunho internacional, que tratam do atendimento aos sujeitos com deficiência na Educação Superior e que antecedem o Programa INCLUIR podemos citar a Declaração de Salamanca (1994) que toma por base a idéia da Educação para Todos. Embora seja um documento voltado para a educação básica, em relação à Educação Superior trata de assegurar a inclusão de jovens e adultos com deficiência em nível secundário e superior bem como em programa de treinamento.

[...] O currículo para estudantes mais maduros e com necessidades educacionais especiais deveria incluir programas específicos de transição, apoio de entrada para a educação superior sempre que possível e consequente treinamento vocacional que os prepare a funcionar independentemente enquanto membros contribuintes em suas

⁷ A Seesp desenvolve programas, projetos e ações a fim de implementar no país a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. A partir da nova política, os alunos considerados como público alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

comunidades e após o término da escolarização (UNESCO, 1994, p. 13).

A Convenção de Nova York, ou Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) no que se refere à educação, defende o direito de garantia de educação para todas as “pessoas com deficiência”. O documento considera deficiente “todos aqueles que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”.

Em relação à Educação Superior, o documento afirma que:

[...] Os Estados Partes deverão assegurar que as pessoas com deficiência possam ter acesso à educação comum nas modalidades de: ensino superior, treinamento profissional, educação de jovens e adultos e aprendizado continuado, sem discriminação e em igualdade de condições com as demais pessoas. Para tanto, os Estados Partes deverão assegurar a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência (ONU, 2006, p.11).

Já no Brasil, o Aviso circular nº 277/96, documento emanado pelo MEC é dirigido aos reitores das instituições de Educação Superior. O referido documento contém indicações de ajuste para o processo de seleção dos alunos com deficiência indicando três momentos: elaboração do edital, momento das provas e correção das provas. Também são encontradas sugestões para facilitar o acesso desses alunos, com indicações segundo as quais as IES devem

[...] desenvolver ações que possibilitem a flexibilização dos serviços educacionais e da infra-estrutura, bem como a capacitação de recursos humanos, de modo a melhor atender às necessidades especiais dos portadores de deficiência, possibilitando sua permanência, com sucesso, em certos cursos. (BRASIL, 1996)

A indicação acerca do acesso e permanência com sucesso “em certos cursos” pode ser considerada como um indício de que a temática é bastante complexa.

Alguns anos mais tarde, o Decreto nº 3.298/99 prevê que as Instituições de Educação Superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno com deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as suas características. Determina que o MEC, no âmbito da sua competência, deverá expedir instruções para que os programas de Educação Superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à “pessoa com deficiência”. O que indica que o Programa INCLUIR se caracteriza como uma das estratégias do MEC para atender ao decreto.

Com o Parecer CNE/CEB nº 17/2001⁸ que trata da Organização dos Sistemas de Ensino para o Atendimento ao Aluno que Apresenta Necessidades Educacionais Especiais a Educação Especial passa a ser compreendida como modalidade transversal a todos os níveis de ensino, incluindo a Educação Superior.

A Portaria MEC nº 3.284/03, destinada às Instituições de Educação Superior, trata especificamente do atendimento às “pessoas com deficiência” física e sensorial, determinando que para o credenciamento dessas instituições devem ser tomados como itens de avaliação os requisitos de acessibilidade de “pessoas portadoras de necessidades especiais”⁹, e indica ainda os requisitos de acessibilidade em relação aos alunos com deficiência física, visual e auditiva. É a partir da publicação dessa Portaria que as IES passam a ter uma maior preocupação com a adaptação arquitetônica para o atendimento aos estudantes com deficiência.

O Decreto nº 5.296/04 trata das condições para promoção da acessibilidade das “pessoas portadoras de deficiência” ou com mobilidade reduzida e informa que caberá ao Poder Público promover a

⁸ Este documento está voltado à Educação Especial na Educação Básica.

⁹ Aqui estamos utilizando o termo constante no documento.

inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal¹⁰ nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e da educação superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada em 2008, elaborada pela SEESP, para todas as Instituições de ensino, retoma a compreensão de educação especial como transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e, que em especial

[...] na educação superior ela se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p.11).

O documento incorpora a idéia dos Núcleos de acessibilidade nas Instituições de Educação Superior. Não por acaso, em 2007, no bojo das discussões para a elaboração da Política, os editais do INCLUIR passaram a incentivar a criação dos Núcleos de Acessibilidade às Instituições contempladas com o Programa.

Temos ainda a Portaria nº 1.793/94 e o Plano Nacional de educação em Direitos Humanos. A primeira é destinada às Instituições de Educação Superior que oferecem os cursos de Pedagogia, Psicologia e licenciaturas, a partir da constatação da “necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que

¹⁰ De acordo com a ABNT NBR 9050 de 2004, Desenho Universal é “aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população.”

Cambiaghi (2007) define como Desenho Universal a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente a todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

interagem com portadores de necessidades especiais¹¹” e faz as seguintes recomendações:

- a) Inclusão da disciplina “aspectos Ético-Político-Educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais”, prioritariamente, nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas;
- b) Inclusão de conteúdos relativos aos aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da “Pessoa Portadora de Necessidades Especiais” nos cursos do grupo de Ciência da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Terapia Ocupacional), no Curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores, de acordo com as suas especificidades;
- c) Manutenção e expansão de estudos adicionais, cursos de graduação e de especialização já organizados para as diversas áreas da Educação Especial.

Já o Plano Nacional de educação em Direitos Humanos foi elaborado em 2003 pela Secretaria de Especial de Direitos Humanos - SEDH/MEC, baseado na premissa de educação com qualidade para todos, com vistas à melhoria da qualidade social de vida. O documento indica que deverá ser debatido nas diversas regiões do país, por todas as instâncias comprometidas com a causa da “construção de uma cultura voltada para o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana” (BRASIL, 2003, p. 5). Cita ainda que a SEDH tem como princípios o combate à discriminação e a promoção da igualdade entre as pessoas e a

¹¹ Manteve-se aqui a nomenclatura “portadores de necessidades especiais” utilizada no documento.

afirmação de que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes. Dentre os principais eixos de atuação está a proteção aos direitos das pessoas com deficiência.

Em relação à Educação Superior, o documento afirma que a sua missão é ofertar à sociedade uma reflexão relevante sobre a situação dos direitos humanos no país, incentivando e realizando debates capazes de garantir seu exercício e zelo. Entre as condições de implementação mais operativas que a universidade pode oferecer, está a formação de profissionais e acadêmicos sensibilizados para uma atuação cidadã, eticamente comprometida com o fortalecimento dos direitos e das liberdades fundamentais. A única linha de ação para a Educação Superior que trata dos sujeitos com deficiência é a implementação da disciplina específica de Língua Brasileira de Sinais – Libras no currículo dos cursos de formação das áreas de educação e saúde das IES.

A análise do conjunto de iniciativas e políticas voltadas ao acesso e permanência de sujeitos com deficiência na Educação Superior exposta acima, possibilita identificar o momento político no qual foi proposto o Programa INCLUIR. Contudo, uma hipótese que temos é a de que o modelo de Educação Especial propagado pela política nacional na educação básica e cuja proposição hegemônica atual é a sala de recursos¹² como estratégia de serviço educacional especializado, estão sendo utilizados como base para que a política de inclusão de sujeitos com deficiência na Educação Superior assuma contornos de Educação Especial na Educação superior.

1.4 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

¹² De acordo com Simonetti (2007), esta estratégia foi inicialmente desenvolvida para atender alunos com deficiência, cuja aprendizagem exigia material didático específico. Diretrizes do MEC (1998) sugerem esta alternativa também para alunos superdotados. Pelo que se sabe para desenvolver talentos não são requeridos “recursos materiais” específicos, em uma sala especial, pois os recursos pedagógicos usados por eles são necessários aos outros alunos da escola. O objetivo desta sala seria oportunizar a convivência entre, orientados por um professor/facilitador capacitado para catalisar todos os recursos materiais e humanos, existentes na escola ou fora dela, e sobre esta base atender cada criança de acordo com seus interesses e potencial.

Utilizamos inicialmente a análise documental a partir de uma extensa radiografia dos editais publicados entre os anos de 2005 e 2009 no qual pretendemos identificar as características do INCLUIR e suas possibilidades. Apesar de não conhecermos estudos que se apoiem na análise de editais, tal procedimento possibilitou identificar as características do Programa e a concepção de Educação Especial contida no mesmo. Contudo, a análise dos editais não permitiu verificar as implicações do Programa para as IES contempladas. A partir dessa condição pensamos em realizar entrevistas com os responsáveis pelo Programa no MEC ou com os responsáveis pelos projetos das IES contempladas, o que foi inviabilizado por questões de ausência de financiamento da pesquisa.

Ainda na intenção de termos uma referência das IES em relação ao Programa, tivemos a iniciativa de solicitar que as instituições contempladas em um maior número de editais encaminhassem seus relatórios financeiros e projetos. Essa solicitação foi feita por meio eletrônico e telefone, porém sem êxito, pois somente recebemos os projetos de uma Instituição de Ensino, o que não nos permitiu uma análise comparativa e mais aprofundada.

Em decorrência da falta de respostas, elaboramos um questionário *on line* com questões relacionadas ao Programa e as condições de sua aplicação nas universidades para ser encaminhado a todas as Instituições contempladas pelo Programa até o momento. Com isso percebemos uma grande dificuldade em localizar os contatos dos responsáveis pelo Programa já que somente em 2009 o MEC cadastrou os dados do Programa em um sistema eletrônico¹³. Inicialmente encontramos dificuldade em identificar as pessoas responsáveis pelo Programa em cada IES, e seus contatos, o que gerou uma nova demanda de trabalho. Como estratégia, utilizamos busca nos *sites* das instituições bem como na Plataforma Lattes/CNPq. Dada essa etapa como cumprida, encaminhamos por meio eletrônico o questionário para preenchimento. Com isso, recebemos retorno de 13 (treze) IES, o que caracteriza que realizamos uma análise parcial das implicações a partir de dados coletados junto às universidades, já que temos 71 (setenta e uma) instituições contempladas até o momento, significando uma amostra de 18,30%.

¹³ <http://sigproj.mec.gov.br/>

Os editais foram lidos e analisados individualmente a fim verificar as especificidades e movimentos de mudança de cada um. Já os questionários foram examinados na sua totalidade com o intuito de perceber a visão das IES perante o Programa INCLUIR.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber a dificuldade em realizar pesquisas sobre política de educação no Brasil visto as poucas respostas dadas pelas Instituições públicas envolvidas com a política nacional de educação.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho foi organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo constitui a Introdução onde se apresenta aspectos da inclusão de sujeitos com deficiência na Educação Superior utilizando como fonte a produção acadêmica, além da análise da política com destaque à corporificação do Programa INCLUIR.

No capítulo 2, com o intento de caracterizar o Programa INCLUIR, utilizamos como fonte de pesquisa os editais publicados entre os anos de 2005 e 2009 com a finalidade de analisá-los, levando em consideração os objetivos do programa, eixos, procedimentos e avaliação.

No capítulo 3 tratamos dos resultados dos editais no período compreendido entre os anos de 2005 e 2009.

No capítulo 4 discorremos sobre as implicações do Programa INCLUIR para os projetos de acesso e permanência de sujeitos com deficiência nas Instituições de Educação Superior brasileiras.

Por fim, apresentamos algumas considerações tomando como referência as análises empreendidas ao longo do trabalho.

2 O PROGRAMA INCLUIR: CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DA ANÁLISE DOS EDITAIS 2005-2009

No presente capítulo pretende-se apresentar o Programa INCLUIR, suas referências, objetivos e principais características, ou seja, eixos, procedimentos e avaliação. Para tanto desenvolvemos análises dos editais publicados no Diário Oficial da União - DOU. Foi possível traçar comparações entre os editais como, por exemplo, em relação aos objetivos, verificando mudanças de direcionamento do Programa.

2.1 REFERÊNCIAS LEGAIS E DE GESTÃO DO PROGRAMA INCLUIR

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior - INCLUIR¹⁴, foi lançado pelo Ministério da Educação – MEC no ano de 2005 sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Especial – SEESP e Secretaria de Educação Superior – SESu, e está em vigência até a presente data. A partir de 2007 foi integrado às ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Conforme publicado no site do MEC, o programa cumpre o disposto nos Decretos nº 5.296/2004¹⁵ e nº 5.626/2005¹⁶.

O INCLUIR, por meio dos editais de 2005 e 2006, cria a possibilidade de as IFES encaminharem propostas de ações voltadas ao acesso à Educação Superior. A partir de 2007 os editais passam a permitir que as IFES apresentem propostas de criação, reestruturação e consolidação de “Núcleos de Acessibilidade”, que atuarão na

¹⁴ O termo está sendo utilizado em maiúsculas por assim estar grafado pelo MEC.

¹⁵ Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

¹⁶ Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

implementação da acessibilidade aos sujeitos com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades da instituição para a inclusão educacional e social dos sujeitos com deficiência, “visando implementar política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência à educação superior” (BRASIL, 2007, p.32; BRASIL, 2008, p. 39).

Segundo os editais publicados em 2007 e 2008,

[...] compreende-se por Núcleos de Acessibilidade, a constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área. Os Núcleos deverão atuar na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição. As ações desenvolvidas pelo Núcleo deverão integrar e articular as demais atividades da instituição, como os projetos de pesquisa, estudo, intercâmbio, cooperação técnico-científica e extensão e ensino para a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência. (BRASIL, 2008, p.39)

Com base nos discursos contidos no *site*¹⁷ do Programa, “os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas”. Até o momento não temos comprovação de que essa afirmação se confirma, já que o discurso das Instituições contempladas não revela essa realidade.

¹⁷<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12257&Itemid=495>

As bases legais do INCLUIR, presentes nos editais analisados são os Decretos nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e o nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Como complementação para as ações também cita a ABNT NBR 9050 de 2004.

O Decreto nº 5.296/04 regulamenta as Leis nºs 10.048¹⁸, de 8 de novembro de 2000, e 10.098¹⁹, de 19 de dezembro de 2000 e dá outras providências.

É provável que esse decreto esteja sendo citado nos editais por regulamentar

[...] a aprovação de financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos, dentre eles os projetos de natureza arquitetônica e urbanística, os tocantes à comunicação e informação e os referentes ao transporte coletivo, por meio de qualquer instrumento, tais como convênio, acordo, ajuste, contrato ou similar. (Brasil, 2004)

¹⁸ Essa lei estabeleceu que as pessoas portadoras de deficiência física, os idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário em repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos. Garante atendimento prioritário para o público especificado em todas as instituições financeiras, além de obrigar as empresas de transportes e concessionárias de transporte coletivo assentos reservados e devidamente identificados. As empresas que produzirem veículos a partir de 08/11/2001 deverão planejá-los de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência. Estabelece também que deverão ser utilizadas normas de construção para os logradouros e sanitários públicos de forma a facilitar o acesso e o uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

¹⁹ A Lei nº 10.098 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida por meio da eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Define os termos: acessibilidade, barreiras, pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, elemento da urbanização, mobiliário urbano e ajuda técnica. Para os fins dessa lei, acessibilidade significa a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Decreto nº 5.626/05 regulamenta a Lei nº 10.436²⁰, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS²¹, e o art. 18 da Lei nº 10.098²², de 19 de dezembro de 2000.

Já a Norma da ABNT NBR 9050 de 2004 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

No terceiro edital do INCLUIR nº 04/2008, publicado no Diário Oficial da União nº 84, seção 3, páginas 39 e 40, de 5 de maio de 2008 o seguinte texto aponta algumas leis não citadas anteriormente e que guardam relação com mecanismos de gestão e financiamento.

A União Federal, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Especial, torna público e convoca as Instituições

²⁰ A lei nº 10.436/02 determina o que é a LIBRAS, além de referir que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal deverão garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs. Estabelece ainda que a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

²¹ No que se refere à educação superior, destaco que o decreto trata da inclusão da LIBRAS como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

E para os demais cursos de educação superior e na educação profissional a Libras deverá se constituir em disciplina curricular optativa a partir de um ano da publicação do Decreto.

O documento no Art. 11 também define que o Ministério da Educação promoverá, a partir da sua publicação, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

²² O Art. 18 da Lei 10.098 trata de que “O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.”

Federais de Ensino Superior a apresentarem propostas nos termos da Lei nº 8.666²³, de 21 de julho de 2003, da lei nº 11.439²⁴, de 29 de dezembro de 2006, da instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997²⁵ da Secretaria do Tesouro Nacional e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital (Brasil, 2008, p. 39).

No edital INCLUIR 05/2009, publicado no Diário Oficial da União – DOU nº 146, seção 3, páginas 51 e 52, de 3 de agosto de 2009 constam algumas alterações no texto:

[...] A União Federal, representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Especial, torna público e convoca as Instituições Públicas de Ensino Superior a apresentarem propostas nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 2003, do Decreto nº 6.170/2007²⁶, da Portaria Normativa nº 14, de 24 de abril de 2007²⁷, da Portaria Interministerial nº 127/2008²⁸ (grifo meu) e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital (BRASIL, 2009, p.51).

Com isso podemos observar a preocupação do MEC na atualização das referências legais que se referem à regulamentação da movimentação do orçamento e recursos para a execução do programa.

²³ Houve erro de digitação no edital. A informação correta é Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

²⁴ Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

²⁵ Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências.

²⁶ Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

²⁷ Dispõe sobre a criação do "Programa INCLUIR: Acessibilidade na Educação Superior".

²⁸ Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

Sobre os seus responsáveis, ao examinar todos os editais do Programa já divulgados, verificou-se que os editais de 2005 e 2006 foram assinados pela Secretária de Educação Especial, Claudia Pereira Dutra²⁹ e o então nomeado Secretário da Secretaria de Educação Superior, Nelson Maculan Filho³⁰. Os editais dos anos de 2007 e 2008 apresentam os nomes da Secretária de Educação Especial Claudia Pereira Dutra e o então nomeado Secretário de Ensino Superior Ronaldo Mota³¹ e o edital de 2009 é assinado por Claudia Pereira Dutra e pela atual Secretária da Educação Superior, Maria Paula Dallari Bucci³².

²⁹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1987) e Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002). Atualmente é Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas para educação especial e políticas de inclusão. Na área de História seu trabalho destaca-se na linha de pesquisa de memória e gênero, história oral e história regional. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/8004792412234129>

³⁰ Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A. Possui graduação em Engenharia de Minas e Metalurgia pela Universidade Federal de Ouro Preto (1965), mestrado (D.E.A.) Matemática Estatística - Université de Paris VI (Pierre et Marie Curie) (1967), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975) e Diplôme d'Habilitation à Diriger des Recherches (D.H.R.) en Sciences de la Gestion (1988), Université Paris-Dauphine (Paris IX). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Matemática da Computação, atuando principalmente nos seguintes temas: otimização combinatória, programação inteira, programação linear, geração de colunas e otimização global. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/4436183480921146>

³¹ Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D. Possui bacharelado em Física pela Universidade de São Paulo (1973/76), mestrado na Universidade Federal da Bahia (1977/78), doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (1979/84) e pós-doutorados na University of British Columbia-Canadá (1985/86) e na University of Utah (1993/94). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria e bolsista de produtividade do CNPQ, tendo como área principal de atuação "Modelagem e Simulação de Materiais Nanoestruturados", especialmente "Funcionalização de Nanotubos de Carbono". É também Assessor Especial do Ministro da Ciência e Tecnologia, tendo sido anteriormente Secretário da Educação Superior no Ministério da Educação (04/2007 a 10/2008), Secretário de Educação a Distância (03/2005-04/2007) e Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação (02/2004-03/2005). Foi também (07/2006) Ministro da Educação Interino. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/7447943300478765>

³² Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1987), mestrado em Direito pela USP (1994) e doutorado em Direito pela USP (2000). Atualmente é Consultora Jurídica do Ministério da Educação e Professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo (Direito-GV). Além disso, atua como Professora Colaboradora da Escola Nacional de Administração Pública e membro do Conselho Editorial da Revista do Serviço Público

Como apresentado nas notas de rodapé, pode-se perceber que apesar de os responsáveis pelos editais não possuírem formação na área da educação, com exceção de Nelson Maculan Filho, os demais foram ou são secretários de educação do MEC. Também é importante registrar a permanência da secretária da Seesp, Claudia Pereira Dutra em todos os editais, ao contrário da SESu que mudou os seus secretários com frequência.

Ao pensarmos sobre o peso das secretarias em relação ao Programa, é possível perceber que no edital de 2005 a SESu se intitulava mentora do programa considerando como parceira a SEESP, como pode ser observado no trecho “O Programa Incluir - é um Programa de Acesso à Universidade desenvolvido pela SESu em parceria com a SEESP, para inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior [...] (Brasil, 2005, p. 39). Nos demais editais essa responsabilidade parece estar mais compartilhada, conforme o excerto “O Programa Incluir é um Programa de Acesso à Universidade desenvolvido pela SESu e SEESP [...]” (BRASIL, 2008, p. 39).

Feitas algumas considerações acerca das referências legais e de gestão do Programa, passaremos agora a apresentar seus objetivos.

2.2 OBJETIVOS DO PROGRAMA INCLUIR

A partir da análise dos editais é possível conhecer os objetivos do Programa e perceber suas modificações ao longo do tempo. Esta análise tem por finalidade contribuir para a compreensão acerca das concepções pertinentes ao INCLUIR.

No edital de 2005 encontram-se como objetivos:

- a) Fomentar programas ou projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária para garantia do acesso de “pessoas

(Brasília). Foi Procuradora Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) (2003-2005). Autora de Direito Administrativo e Políticas Públicas (Saraiva, 2000) e Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico.

(SARAIVA, 2006). Tem larga experiência profissional na área de Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: direito público, direito administrativo, educação superior, políticas públicas. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/5277262878389044>

com deficiência” à Educação Superior, com igualdade de oportunidades;

- b) Implementar políticas de ação afirmativa³³, por meio de ações inovadoras para a inclusão de “pessoas com deficiência” nas IFES;
- c) Garantir a implementação pelas IFES das disposições do Decreto Presidencial de nº 5.296³⁴, de 02 de dezembro de 2004.

Em 2006, os objetivos de fomentar projetos de ensino, pesquisa e extensão e de implementar políticas de ação afirmativa foram excluídos e o Programa passa a objetivar:

- a) Viabilizar ações para a implementação das disposições dos Decretos Nº 5.296/04 e Nº 5.626/05³⁵, complementadas pelas Normas da ABNT;
- b) Apoiar a organização e implementação do plano de promoção da acessibilidade previsto como elemento básico

³³ De acordo com GOMES (2001, p. 6-7) “as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano. Constituem, por assim dizer, a mais eloquente manifestação da moderna idéia de Estado promovedor, atuante, eis que de sua concepção, implantação e delimitação jurídica participam todos os órgãos estatais essenciais, aí incluindo-se o Poder Judiciário, que ora se apresenta no seu tradicional papel de guardião da integridade do sistema jurídico como um todo, ora como instituição formuladora de políticas tendentes a corrigir as distorções provocadas pela discriminação.”

³⁴ O Decreto regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

³⁵ O Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI das IES³⁶, em cumprimento ao Decreto Nº 5.773/06³⁷;

- c) Fomentar projetos para o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação e pós-graduação, propiciando ações ou atividades de caráter educativo, cultural, social, científico e tecnológico para promoção da igualdade de oportunidades e atenção à diversidade. Esse objetivo se extingue a partir desse edital.

O edital de 2007 indica como objetivos:

- a) Promover ações para que garantam o acesso pleno³⁸ de “pessoas com deficiência” às Instituições Federais de Educação Superior – IFES;
- b) Apoiar propostas desenvolvidas nas IFES para superar situações de discriminação contra os estudantes com deficiência;
- c) Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES; Somente nesse edital começam a aparecer os núcleos de acessibilidade.
- d) Implementar a política de inclusão das “pessoas com deficiência” na Educação Superior;

³⁶ O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deverá apresentar, ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (após a vigência do PDI). O PDI deve estar intimamente articulado com a prática e os resultados da avaliação institucional, realizada tanto como procedimento auto-avaliativo como externo. Quando se tratar de Instituição já credenciada e/ou em funcionamento, os resultados dessas avaliações devem balizar as ações para sanar deficiências que tenham sido identificadas. Se a IES tiver apresentado PDI quando do Credenciamento, o documento institucional deverá incluir, também, uma comparação entre os indicadores de desempenho constantes da proposta inicial e uma avaliação considerando-se a situação atual. Fonte: www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm

³⁷ O Decreto dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no Sistema Federal de Ensino.

³⁸ Grifo nosso.

- e) Promover a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.

Os objetivos desse edital são focados no atendimento aos sujeitos com deficiência, dando maior importância aos núcleos de acessibilidade.

Considerando que os itens financiados são somente os aprovados pela comissão julgadora, com a entrada dos núcleos de acessibilidade nos objetivos dos editais, as instituições tiveram a autonomia para submissão de projetos prejudicada, já que antes os projetos poderiam contemplar uma maior variedade de ações voltadas ao acesso e à permanência “das pessoas com deficiência” na Educação Superior.

O edital de 2008 se assemelha muito ao anterior com algumas alterações conceituais. O que antes era política de inclusão das “pessoas com deficiência”, mais próximo das propostas de ação afirmativa na Educação Superior, passa a ser entendido como política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, mais próxima da proposta para a educação básica.

Outra alteração diz respeito ao retorno do objetivo de permanência de sujeitos com deficiência na Educação Superior, retirado no edital de 2007:

- a) Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior;
- b) Promover ações que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES;
- c) Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior;
- d) Promover a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.

Já em 2009 os objetivos passam a ser:

- a) Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior;

- b) Promover ações para que garantam o acesso e permanência de pessoas com deficiência nas Instituições Públicas de Educação Superior;
- c) Apoiar propostas desenvolvidas nas Instituições Públicas de Educação Superior para superar situações de discriminação contra os estudantes com deficiência;
- d) Promover a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e de comunicações.

No segundo objetivo, identifica-se que uma alteração de nomenclatura, que diz respeito às IFES que passam a ser denominadas Instituições Públicas de Educação Superior. Essa mudança permite que as Instituições Estaduais tenham condições de concorrer, além das Instituições Federais já mencionadas, nos editais anteriores.

O objetivo de fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES foi extinto e adicionou-se um objetivo de apoio às instituições para superação de situações de discriminação contra estudantes com deficiência.

Além disso, foram retirados do último objetivo, os termos barreiras atitudinais e arquitetônicas, e adicionado o termo barreiras físicas. Na discussão da educação inclusiva “barreiras atitudinais” são definidas como preconceitos, estigmas e estereótipos sobre “pessoas com deficiência”. Já as “barreiras físicas” são as que impedem fisicamente a “pessoa com deficiência” de acessar, sair e permanecer em determinado local como escada, portas estreitas que impedem a circulação de cadeira de rodas, elevadores sem controles em Braille e portas automáticas sem sinalização visual para deficientes auditivos. Podem ainda se dividir em barreiras arquitetônicas, urbanísticas de transporte e comunicação³⁹.

Os demais objetivos permaneceram sem alterações. De acordo com a NBR 9050:2004 barreira arquitetônica é “qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência

³⁹ Definições disponíveis no site http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/legislacao/conheca_seus_direitos/index.php?p=9804. Acesso em 23 jun 2010.

ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano” e barreira física diz respeito à infraestrutura.

Em relação ao movimento dos conceitos e objetivos, podemos afirmar que na passagem de um edital para outro é possível perceber uma espécie de formação de “subprogramas”, pois as modificações no foco se caracterizam de acordo com quem as determina.

Para demonstrar esse movimento, segue quadro com os dados apresentados. A construção do quadro utilizou como fonte todos os itens de objetivos que compõem os editais publicados do INCLUIR até o momento.

Para uma melhor compreensão do quadro, dispomos de uma legenda ao final do mesmo:

	Edital INCLUIR 2005	Edital INCLUIR 2006	Edital INCLUIR 2007	Edital INCLUIR 2008	Edital INCLUIR 2009
Objetivos	<p>O INCLUIR tem como objetivos:</p> <p>Fomentar programas ou projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária para garantia do acesso de pessoas com deficiência à Educação Superior, com igualdade de oportunidades.</p> <p>Implementar políticas de ação afirmativa, por meio de ações inovadoras</p>	<p>O INCLUIR tem como objetivos:</p> <p>Fomentar programas ou projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária para garantia do acesso de pessoas com deficiência à Educação Superior, com igualdade de oportunidades.</p> <p>Implementar políticas de ação afirmativa, por meio de ações inovadoras</p>	<p>O INCLUIR tem como objetivos:</p> <p>Promover ações para que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência a às Instituições Federais de Educação Superior (IFES);</p> <p>Apoiar propostas desenvolvidas nas IFES para superar situações de discriminação contra os</p>	<p>O INCLUIR tem como objetivos:</p> <p>Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior;</p> <p>Promover ações que garantam o acesso pleno e a permanência de pessoas com deficiência a nas Instituições Federais de Educação</p>	<p>O INCLUIR tem como objetivos:</p> <p>Implantar a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na educação superior.</p> <p>Promover ações para que garantam o acesso e permanência de pessoas com deficiência, nas Instituições Públicas de Educação</p>

	<p>para a inclusão de pessoas com deficiência nas IFES.</p> <p>Garantir a implementação pelas IFES das disposições do Decreto Presidencial de nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.</p>	<p>para a inclusão de pessoas com deficiência nas IFES.</p> <p>Garantir a implementação pelas IFES das disposições do Decreto Presidencial de nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.</p> <p>Viabilizar ações para a implementação das disposições dos Decretos Nº 5.296/04 e Nº 5.626/05, complementadas pelas Normas da</p>	<p>estudantes com deficiência;</p> <p>Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior;</p> <p>Implementar a política de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior;</p> <p>Promover a eliminação de</p>	<p>Superior (IFES);</p> <p>Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior;</p> <p>Promover a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.</p> <p>Apoiar propostas desenvolvidas nas IFES para superar</p>	<p>Superior.</p> <p>Apoiar propostas desenvolvidas nas Instituições Públicas de Educação Superior para superar situações de discriminação contra os estudantes com deficiência;</p> <p>Promover a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, físicas, pedagógicas e de comunicações.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>ABNT.</p> <p>Apoiar a organização e implementação do plano de promoção da acessibilidade previsto como elemento básico no Plano de Desenvolvimento Institucional das IES, em cumprimento ao Decreto N° 5.773/06.</p> <p>Fomentar projetos para o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação</p>	<p>barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.</p> <p>Viabilizar ações para a implementação das disposições dos Decretos N° 5.296/04 e N° 5.626/05, complementadas pelas Normas da ABNT.</p> <p>Apoiar a organização e implementação do plano de promoção da acessibilidade</p>	<p>situações de discriminação contra os estudantes com deficiência;</p>	<p>Fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior;</p>
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>e pós-graduação, propiciando ações ou atividades de caráter educativo, cultural, social, científico e tecnológico para promoção da igualdade de oportunidades e atenção à diversidade.</p>	<p>previsto como elemento básico no Plano de Desenvolvimento Institucional das IES, em cumprimento ao Decreto N° 5.773/06.</p> <p>Fomentar projetos para o acesso e permanência dos alunos com deficiência na graduação e pós-graduação, propiciando ações ou atividades de caráter educativo, cultural, social, científico e</p>		
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

			tecnológico para promoção da igualdade de oportunidades e atenção à diversidade.		
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------	--	--

Quadro 2 – Objetivos do Programa INCLUIR

Fonte: Editais do Programa INCLUIR 2005 a 2009.

Legenda:

	Termo excluído
	Termo estável
	Termo adicionado
	Termo substituído

Analisando o Quadro 1 percebemos um grande movimento de alterações relacionadas aos objetivos do programa, com influência sobre a concepção de política de inclusão subjacente. Podemos sintetizá-lo da seguinte forma:

- a) Inicialmente a idéia de projetos e programas próprios nas instituições aparece referida como ensino, pesquisa e extensão. Posteriormente está relacionada apenas ao ensino, na graduação e na pós-graduação até que esse objetivo desaparece e dá lugar aos núcleos de acessibilidade;
- b) A idéia de implementar políticas afirmativas aparece somente no primeiro edital (2005);
- c) No edital de 2007 é possível perceber que todos os objetivos são alterados. Os anteriores são totalmente excluídos. Contudo, a partir de 2007 nota-se que foram realizadas pequenas alterações, que podem demonstrar uma estabilização de conceitos;
- d) Os objetivos de criação e consolidação dos núcleos de acessibilidade presentes nos editais de 2007 e 2008 são retirados do edital de 2009, dando lugar ao objetivo de apoio às propostas desenvolvidas pelas instituições públicas de Educação Superior;
- e) Nos últimos dois editais consolida-se uma perspectiva de Educação Especial na Educação Superior.⁴⁰ O atendimento educacional especializado foca nos recursos, se aproximando da lógica para a política do ensino fundamental.

2.2.1 Os procedimentos que constituem o Programa INCLUIR

Os editais dos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008 consideravam como habilitadas para apresentar propostas somente as IFES e os CEFETS com cursos superiores. Com o edital de 2009, além das IFES, foram incluídos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET

⁴⁰ O Decreto 6.571/2008 regulamenta os núcleos de acessibilidade como atendimento educacional especializado, a exemplo do que ocorre com as salas de recursos multifuncionais na Educação Básica.

com cursos de nível superior e as Instituições Estaduais de Educação Superior.

A partir de 2007 os editais deixam claro que terão prioridade as Instituições que comprovarem matrículas dos alunos com deficiência e que não possuírem projeto já financiado pelo Programa INCLUIR, o que parece ser uma contradição dos editais, já que está previsto em um dos seus objetivos a consolidação dos núcleos de acessibilidade, certamente já financiados anteriormente para a sua constituição.

Segundo os editais a participação das IES está condicionada a:

- a) Apresentação do termo de Adesão, assinado pelo representante máximo da IES;
- b) Cumprimento dos prazos previstos para o período de inscrição;
- c) Apresentação de relatório final, quando for o caso, do projeto executado com recursos do Edital Incluir anterior.

O processo de inscrição das propostas também passou por mudanças significativas durante o período de 2005 a 2009.

Em 2005 a inscrição das propostas foi realizada mediante preenchimento da Ficha de Identificação do Programa ou Projeto, disponível no endereço eletrônico: <http://www.mec.gov.br/sesu> e envio do Programa ou Projeto, por meio do formulário padrão disponível no endereço eletrônico acima mencionado. Os documentos deveriam ser assinados pelo(a) Reitor(a) e pelo(a) Coordenador(a) do Programa e/ou Projeto. Somente seriam considerados válidos os projetos encaminhados até 30 dias a partir da data de publicação do edital.

O edital de 2006 previa o preenchimento do Formulário do Projeto Básico e Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (Anexo 1)⁴¹, além do envio dos formulários mencionados no item acima para o e-mail incluir@mec.gov.br. Somente seriam considerados válidos projetos enviados até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de publicação do Edital.

⁴¹ Ambos disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.mec.gov.br/incluir>.

A análise de cada Projeto estava condicionada ao recebimento, pelo Departamento de Políticas do Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior - DEPESES/SESu/MEC, de documento oficial da Universidade (Carta de Adesão) assinada pelo Reitor e pelo Coordenador do projeto, comunicando a sua inscrição, por meio de fax até 20 (vinte) dias, contados a partir da data de publicação do edital.

Nos anos de 2007 e 2008 as propostas de projetos foram apresentadas em papel (2 vias) e em meio eletrônico (disquete ou CD), em envelope lacrado. O encaminhamento das propostas foi feito por meio eletrônico para o endereço, e por via SEDEX.

Em 2009 as propostas foram elaboradas via Internet pelo SIGProj⁴² - que está disponibilizado no endereço www.sigproj.mec.gov.br.

- a) As propostas deveriam ser analisadas e aprovadas, nas instâncias previstas pela instituição, pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários ou órgão equivalente da respectiva IES;
- b) Coube ao Pró-Reitor de Assuntos Comunitários, ou equivalente na instituição, a aprovação da proposta que foi encaminhada, através do SIGProj, ao MEC. Os documentos de aprovação e encaminhamento deveriam ser assinados pelo Pró-Reitor de Assuntos Comunitários ou equivalente e pelo coordenador do programa ou projeto (modelo disponível no SIGProj);
- c) Não foram acolhidas propostas no SIGProj que não tivessem sido aprovadas pelo Pró-Reitor de Assuntos Comunitários ou equivalente.

Da forma com que as propostas foram encaminhadas, fica implícito que deveria haver um maior apoio institucional.

⁴² O Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj tem como objetivo auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a publicização de projetos de extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras. O SIGProj está sendo desenvolvido por pesquisadores e alunos de várias universidades brasileiras (formando uma comunidade SIGProj) sob a coordenação do Ministério da Educação – MEC.

A metodologia é um item dos editais que aparece somente nos documentos de 2005 e 2006. Tais editais identificam que o programa e/ou projeto deveria explicitar:

- a) A fundamentação conceitual e metodológica e os indicadores de avaliação;
- b) A adequação aos objetivos a que se propõe, evidenciando os resultados esperados, como serão desenvolvidas as atividades, o cronograma, execução e avaliação e;
- c) A análise da adequação da composição da equipe responsável pelo desenvolvimento do trabalho.

Os editais de 2005 a 2007 não identificam o período de vigência. Já o INCLUIR 2008 aponta vigência até 31/12/2008, sendo que o prazo de execução dos projetos foi previsto para no máximo, 6 meses a contar da data de liberação dos recursos. O edital de 2009 terá vigência até 31/12/2010, sendo que o prazo de execução dos projetos será de, no máximo, 12 meses a contar da data de liberação dos recursos, ou seja, o dobro em relação ao edital anterior.

Sobre as disposições gerais é importante destacar que a partir de 2007, os documentos deixam claro que os editais poderão ser revogados ou anulados, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

2.2.2. Sobre a avaliação da participação das instituições no Programa INCLUIR

A avaliação das propostas indicadas no edital INCLUIR de 2005 previu etapas baseadas em 02 (dois) eixos principais Natureza acadêmica e Relação com a sociedade.

No primeiro eixo, Natureza acadêmica, são considerados o cumprimento do preceito da indissociabilidade ensino - pesquisa - extensão, a interdisciplinaridade, o impacto na formação técnico-científica, pessoal e social do estudante, existência de projeto didático-pedagógico que facilite a flexibilização e a integralização curricular, com atribuição de créditos acadêmicos, sob orientação docente/tutoria e avaliação e gração de

produtos ou processos como seminários, capacitações, campanhas, publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, abertura de novas linhas de extensão e de pesquisa.

Já o item Relação com a Sociedade leva em conta o impacto social, a articulação com organizações de outros setores com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais e o estímulo ao controle social, feito por meio do monitoramento da implementação de políticas públicas de ação afirmativa, prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional.

Em 2006 as propostas foram julgadas a partir de análise técnica e de conteúdo. A primeira etapa se constituiu de uma análise formal, tendo em vista o roteiro de elaboração de projetos e os requisitos constantes nos termos do edital, e a segunda etapa, sob responsabilidade de um Comitê Técnico, correspondeu a uma avaliação do conteúdo das propostas considerando os objetivos do Programa INCLUIR.

Nesse edital estava previsto que durante o processo de análise, o Comitê Técnico poderia recomendar adequações no projeto, bem como no orçamento e nos cronogramas propostos, cabendo recurso, em caso de desaprovação total ou parcial, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação do resultado no sítio eletrônico do MEC.

Os editais dos anos de 2007 e 2008, exatamente iguais no que diz respeito a esse item, não permitiram a participação dos membros da Comissão de Seleção e Avaliação como coordenador do projeto, bem como qualquer participação na elaboração da proposta enviada. A avaliação das propostas foi realizada com base nos critérios de coerência da justificativa da proposta com os objetivos do Programa, verificação da compatibilidade das propostas apresentadas com as ações previstas no item que trata de ações de acessibilidade, qualidade técnica e pedagógica do projeto.

Sobre o processo de avaliação, no edital de 2008, a Comissão de Seleção e Avaliação poderia recomendar adequações na proposta e no cronograma previsto, sendo retirada a alteração no orçamento. Outra modificação foi a retirada da possibilidade de recurso da decisão da Comissão de Seleção e Avaliação.

O edital de 2009 acrescenta os seguintes elementos:

- a) O julgamento e a classificação das propostas são atos da Comissão de Seleção e Avaliação que, em consequência, reserva-se o direito de desclassificar as propostas em desacordo com este edital, que se revelarem manifestamente inexecutíveis, ou que, mesmo classificadas, excedam o limite dos recursos disponíveis;
- b) Concluído o julgamento das propostas, a Comissão de Seleção e Avaliação elaborará relatório que será submetido ao conhecimento dos Secretários de Educação Superior e de Educação Especial do Ministério da Educação, que encaminharão o mesmo para divulgação;
- c) Após a divulgação do resultado provisório, haverá um prazo de 2 (dois) dias úteis para a interposição de recurso das decisões da Comissão de Seleção e Avaliação;
- d) Havendo desistência por parte da proponente, a mesma deverá comunicar oficialmente ao Ministério da Educação.

Em relação ao monitoramento dos programas e projetos o edital de 2005 previu que se daria por intermédio de relatórios parciais, análise do relatório final de atividades e verificação “in loco”, junto às instituições, cabendo ao DEPES/SESu e Departamento de Política de Educação Especial - DPEE/SEESP analisá-las e julgá-las.

A responsabilidade pela elaboração dos relatórios era do (a) Professor (a) Coordenador(a) do programa e/ou projeto, com encaminhamento ao DEPES/SESu/MEC pela Instituição Federal de Educação Superior ou setor por ela delegado.

No edital do ano de 2006 a informação referente ao monitoramento dos projetos dar-se-ia por intermédio de relatórios parciais e análise do relatório final de atividades, sendo excluída a verificação “in loco”.

Em relação à elaboração dos relatórios, este edital estabeleceu que os mesmos deveriam conter:

- a) O impacto da proposta no interior das IFES e na comunidade;
- b) Os avanços acadêmicos para a área específica de ensino e pesquisa dos docentes envolvidos, bem como dos alunos com deficiência contemplados no projeto.

E estabeleceu ainda que:

- a) O corpo discente deveria contribuir para a elaboração dos relatórios parciais e finais, informando se a participação no projeto desenvolveu mecanismo de promoção da inclusão de pessoas com deficiência, atendendo efetivamente a promoção da acessibilidade e o direito de acesso e permanência na Educação Superior.

No edital de 2007 foi previsto que as instituições partícipes se comprometeriam a formular e encaminhar relatórios sobre o desenvolvimento e resultados das propostas financiadas, bem como prestar informações ao MEC sempre que requeridas, na forma de modelos a serem disponibilizados oportunamente pela SESu e/ou SEESP.

O acompanhamento da execução dos projetos se daria por intermédio de análise do relatório de acompanhamento. A partir de agora o relatório parcial passa a ser chamado de relatório de acompanhamento.

O relatório final de atividades deveria ser enviado à SESU até um mês após a finalização do Projeto/Programa.

A verificação “in loco”, por amostragem, às instituições seria de responsabilidade do Coordenador do programa ou projeto, bem como a elaboração do relatório de acompanhamento e do relatório final de atividades, o qual deveria ser encaminhado ao MEC/SESu/DEPEM pela Pró-Reitoria de Extensão ou setor equivalente. Não dispomos de informações que comprovem a realização de visitas às IES.

O texto referente ao acompanhamento e avaliação do edital de 2008 foi praticamente o mesmo, sofrendo alteração somente no último item, relacionado ao responsável pelo encaminhamento do documento de verificação “in loco”, que agora passa a ser a Pró-Reitoria de Graduação ou setor equivalente.

Em 2009 ficou estipulado que as instituições partícipes se comprometem a formular e encaminhar relatórios sobre o desenvolvimento e resultados das propostas financiadas, bem como prestar informações ao MEC sempre que requeridas, na forma de modelos a serem disponibilizados oportunamente pela SESu e/ou SEESP.

O acompanhamento da execução dos projetos se daria por intermédio de análise do relatório de acompanhamento que deveria ser enviado ao MEC via sistema SIGPROJ. O relatório final de atividades deveria ser enviado ao MEC via SIGPROJ até um mês após a finalização do Projeto/Programa.

A verificação “in loco”, seria de responsabilidade do coordenador do projeto indicado pela Pró-Reitoria, bem como a elaboração do relatório de acompanhamento e do relatório final de atividades, o qual deveria ser encaminhado ao MEC via SIGPROJ com a anuência da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários ou setor equivalente.

Sinteticamente, o que mudou nos 04 (quatro) editais publicados foi:

- b) Nos editais anteriores a 2007 constavam como obrigatórios os relatórios parciais e o final. A partir de 2007 o relatório parcial passa a se chamar de acompanhamento;
- c) O edital de 2006 é o único que cita o corpo discente como um dos responsáveis pelos relatórios solicitados pelo MEC;
- d) O edital de 2009 nos indica que os processos passam a ser informatizados, por meio do SIGPROJ.

De forma geral, chama a atenção o controle anunciado por parte do MEC em relação às instituições contempladas pelo programa. Os relatórios para monitoramento das atividades desenvolvidas pelas instituições no âmbito do Programa fazem parte de todos editais. Outro ponto relevante é o movimento de responsáveis pelo preenchimento e encaminhamento dos relatórios.

Em relação à avaliação das propostas foi possível perceber a seguinte mobilidade:

- a) No edital de 2005 havia uma preocupação com a questão social baseada nas políticas de ação afirmativa;
- b) Em 2006 as propostas foram julgadas a partir de análise técnica e de conteúdo, tendo em vista o roteiro de elaboração de projetos e os requisitos constantes nos termos do edital e do conteúdo das propostas considerando os objetivos do Programa INCLUIR;

- c) Nos editais de 2007 e 2008 a avaliação das propostas foi baseada nos critérios de coerência da justificação da proposta com os objetivos do Programa, verificando a compatibilidade das propostas apresentadas com as ações previstas no item que trata de ações de acessibilidade, qualidade técnica e pedagógica do projeto;
- d) E por fim, em 2009, acrescenta o direito de desclassificar as propostas em desacordo com o edital, “que se revelarem manifestamente inexequíveis, ou que, mesmo classificadas, excedam o limite dos recursos disponíveis.” (BRASIL, 2009, p. 52).

2.3 O PROGRAMA INCLUIR: EIXOS, PROCEDIMENTOS, RESULTADOS E AVALIAÇÃO

O Programa INCLUIR apresenta em seus editais eixos, procedimentos de escolha e formas distintas de avaliação dos projetos submetidos que serão apresentadas nesta seção.

Aqui serão elencados pontos relevantes para discussão a respeito do Programa, além de uma breve descrição dos resultados dos editais publicados entre os anos de 2005 e 2009.

2.3.1 Eixos do Programa que dão materialidade à acessibilidade na Educação Superior

Como forma de sistematização dos dados, por conta da sua prevalência nos editais, os eixos foram categorizados ano a ano em quatro grandes blocos: Arquitetura, Comunicação, Materiais e Formação.

Arquitetura

2006	Reforma nas edificações para acessibilidade física dos alunos com deficiência em todos os ambientes;
2007	Adequações arquitetônicas para acessibilidade física (rampa, barra

	de apoio, corrimão, piso tátil, elevador, sinalizadores, alargamento de portas e outros);
2008	Adequações arquitetônicas para acessibilidade física (rampa, barra de apoio, corrimão, piso tátil, elevador, sinalizadores, alargamento de portas e outros) em conformidade com ABNT NBR 9050 de 2004 e Decreto nº 5296 de 02 de Dezembro de 2004;
2009	Pequenos serviços: adequações arquitetônicas para acessibilidade física (rampa, barra de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil, sinalizadores, alargamento de portas e outros) em conformidade com ABNT NBR 9050 de 2004 e Decreto nº 5296 de 02 de Dezembro de 2004.

Quadro 3 – Eixos – Arquitetura

Fonte: Editais publicados entre os anos de 2006 e 2009

Comunicação

2006	Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência, em todas as atividades acadêmicas.
------	--------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 4 – Eixos – Comunicação

Fonte: Editais publicados entre os anos de 2006 e 2009

Materiais

2006	Aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos destinados ao uso de alunos com deficiência para a promoção de acessibilidade;
	Aquisição e adaptação para acessibilidade de pessoas com deficiência nos diferentes ambientes ou compartimentos da Instituição;
2007	Aquisição de equipamentos específicos para acessibilidade (teclado Braille, computador, impressora Braille, máquina de escrever Braille, linha Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro, e outros);
	Aquisição e adaptação de mobiliários;
	Aquisição de material didático específico para

	<p>acessibilidade (livros em áudio, Braille e falado, software para ampliação de tela, sintetizador de voz e outros);</p> <p>Elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade;</p>
2008	<p>Aquisição de equipamentos específicos para acessibilidade (teclado Braille, computador, impressora Braille, máquina de escrever Braille, linha Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro e outros);</p> <p>Aquisição de material didático específico para acessibilidade (livros em áudio, Braille e falado, software para ampliação de tela, sintetizador de voz, biblioteca de símbolos e outros);</p> <p>Aquisição e adaptação de mobiliários;</p> <p>Elaboração e reprodução de material de orientação para acessibilidade;</p>
2009	<p>Aquisição de material permanente: equipamentos específicos para acessibilidade (elevador, teclado Braille, computadores, impressora Braille, máquina de escrever Braille, linha Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro e outros);</p> <p>Aquisição e adaptação de mobiliários para acessibilidade;</p> <p>Aquisição de material didático específico para acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva;</p> <p>Elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade.</p>

Quadro 5 – Eixos – Materiais

Fonte: Editais publicados entre os anos de 2006 e 2009

Formação

2006	Formação profissional de professores e técnicos para atuação com alunos com deficiência;
	Contratação de pessoal para os serviços de atendimento educacional especializado;
2007	Formação para acessibilidade (cursos e seminários);
2008	Formação para acessibilidade do corpo discente e corpo técnico da Instituição;
2009	Formação para acessibilidade do corpo docente e corpo técnico da Instituição.

Quadro 6 – Eixos – Formação

Fonte: Editais publicados entre os anos de 2006 e 2009

O primeiro edital do INCLUIR, publicado em 2005, organizou os eixos/objetos financiados a partir de três grandes grupos denominados Programas sobre acesso e permanência de “pessoas com deficiência”, Projeto de aquisição de equipamentos e Projetos de reformas estruturais, os quais segundo o edital, as instituições deveriam adequar os seus programas e/ou projetos a um ou mais eixos. Não fica claro no texto o nº máximo de eixos a serem adequados.

Para fins desse edital,

1.2 Entende-se por Programa um conjunto de projetos e/ou outras atividades de ensino, pesquisa e extensão, vinculados, de caráter orgânico-institucional e interinstitucional, com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum.

1.3 Entende-se por Projeto um conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico, que visem a

alcançar determinados objetivos num período de tempo pré-estabelecido. (BRASIL, 2005, p. 39)

No edital de 2006 os eixos foram ampliados e detalhados como:

- a) Acessibilidade à comunicação de alunos com deficiência, em todas as atividades acadêmicas;
- b) Aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos destinados ao uso de alunos com deficiência para a promoção de acessibilidade;
- c) Aquisição e adaptação de mobiliários para acessibilidade de pessoas com deficiência nos diferentes ambientes ou compartimentos da Instituição;
- d) Reforma nas edificações para acessibilidade física dos alunos com deficiência em todos os ambientes;
- e) Formação profissional de professores e técnicos para atuação com alunos com deficiência;
- f) Contratação de pessoal para os serviços de atendimento educacional especializado.

A partir de 2007 os editais substituem o conceito “eixos” por “objetos”. Especificamente o edital de 2007 indica como objetos a Criação de Núcleos de Acessibilidade na Instituição proponente e a Reestruturação de Núcleos de Acessibilidade existentes na Instituição proponente, além de prever:

- a) Adequações arquitetônicas para acessibilidade física (rampa, barra de apoio, corrimão, piso tátil, elevador, sinalizadores, alargamento de portas e outros);
- b) Aquisição de equipamentos específicos para acessibilidade (teclado Braille, computador, impressora Braille, máquina de escrever Braille, linha Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro, e outros);
- c) Aquisição de material didático específico para acessibilidade (livros em áudio, Braille e falado, software para ampliação de tela, sintetizador de voz e outros);
- d) Aquisição e adaptação de mobiliários;
- e) Elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade;

f) Formação para acessibilidade (cursos e seminários).

Em 2008 além da criação de núcleos de acessibilidade na instituição proponente e de sua Reestruturação o edital previu também a consolidação dos mesmos.

As propostas poderiam contemplar as seguintes ações de acessibilidade:

- a) Adequações arquitetônicas para acessibilidade física (rampa, barra de apoio, corrimão, piso tátil, elevador, sinalizadores, alargamento de portas e outros) em conformidade com ABNT NBR 9050 de 2004 e Decreto nº 5296 de 02 de Dezembro de 2004;
- b) Aquisição de equipamentos específicos para acessibilidade (teclado Braille, computador, impressora Braille, máquina de escrever Braille, linha Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro e outros);
- c) Aquisição de material didático específico para acessibilidade (livros em áudio, Braille e falado, software para ampliação de tela, sintetizador de voz, biblioteca de símbolos e outros);
- d) Aquisição e adaptação de mobiliários;
- e) Elaboração e reprodução de material de orientação para acessibilidade;
- f) Formação para acessibilidade do corpo discente e corpo técnico da Instituição.

Em 2009 o edital prevê a Reestruturação de Núcleos de Acessibilidade existentes na Instituição proponente e a Consolidação dos Núcleos de Acessibilidade existentes na Instituição proponente, apesar de não apresentar a conceituação dos vocábulos “reestruturação” e “consolidação”. É importante ressaltar que nesse edital não há a previsão de criação dos núcleos de acessibilidade.

Nesse ano as propostas poderão contemplar as seguintes ações de acessibilidade:

- a) Pequenos serviços: adequações arquitetônicas para acessibilidade física (rampa, barra de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil, sinalizadores, alargamento de portas e outros)

em conformidade com ABNT NBR 9050 de 2004 e Decreto nº 5.296 de 02 de Dezembro de 2004;

- b) Aquisição de material permanente: equipamentos específicos para acessibilidade (elevador, teclado Braille, computadores, impressora Braille, máquina de escrever Braille, linha Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro e outros);
- c) Aquisição de material didático específico para acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva;
- d) Aquisição e adaptação de mobiliários para acessibilidade;
- e) Elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade;
- f) Formação para acessibilidade do corpo docente e corpo técnico da instituição.

Assim como foi elaborado anteriormente, segue quadro 7 para facilitar a visualização das informações.

	Edital INCLUIR 2005	Edital INCLUIR 2006	Edital INCLUIR 2007	Edital INCLUIR 2008	Edital INCLUIR 2009
Eixos / Objeto (a partir de 2007)	<p>Os programas e/ou projetos deverão adequar-se a uma ou mais das seguintes linhas:</p> <p>a) Programas sobre acesso e permanência de pessoas com deficiência.</p> <p><u>Programas inovadores</u> que promovam a inclusão de alunos com deficiência, incluindo a <u>acessibilidade e comunicação</u>, em todos os espaços acadêmicos</p>	<p>Os programas e/ou projetos deverão adequar-se a uma ou mais das seguintes linhas:</p> <p>a) Programas sobre acesso e permanência de pessoas com deficiência.</p> <p><u>Programas inovadores</u> que promovam a inclusão de alunos com deficiência, incluindo a <u>acessibilidade e comunicação</u>, em todos os espaços acadêmicos.</p>	<p>O projeto deverá apresentar ações que contemplem pelo menos um dos seguintes eixos:</p> <p>a) <u>Acessibilidade de comunicação</u> de alunos com deficiência, em todas as atividades acadêmicas.</p> <p>b) Aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos destinados ao uso de alunos com deficiência para a promoção de acessibilidade</p>	<p>O presente Edital, entendido como importante instrumento de implementação das ações previstas no Programa Incluir:</p> <p>Acessibilidade na Educação Superior para promover a eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e efetivação da política de acessibilidade universal, por objeto selecionar</p>	<p>O presente Edital, entendido como importante instrumento de implementação das ações previstas no Programa Incluir:</p> <p>Acessibilidade na Educação Superior para promover a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e a efetivação da política de acessibilidade universal, por objeto</p>

	<p>.</p> <p>b) Projeto de aquisição de equipamentos.</p> <p>Projetos para aquisição de equipamentos para <u>garantia do direito à educação em igualdade de oportunidade</u>s.</p> <p>c) Projetos de reformas estruturais.</p> <p>Projetos para implementar reformas estruturais que atendam aos requisitos do Decreto nº 5.296/2004.</p> <p>O projeto deverá apresentar ações que contemplem pelo menos um dos seguintes eixos:</p> <p>a) <u>Acessibilidade de comunicação</u> de alunos com deficiência, em todas as atividades acadêmicas.</p> <p>Projetos para implementar reformas estruturais que atendam aos requisitos do Decreto</p>	<p>c) Projetos de reformas estruturais.</p> <p>Projetos para implementar reformas estruturais que atendam aos requisitos do Decreto nº 5.296/2004.</p> <p>O projeto deverá apresentar ações que contemplem pelo menos um dos seguintes eixos:</p> <p>a) <u>Acessibilidade de comunicação</u> de alunos com deficiência, em todas as atividades acadêmicas.</p>	<p>e.</p> <p>c) Aquisição e adaptação de mobiliários para acessibilidade e de pessoas com deficiência nos diferentes ambientes ou compartimentos da Instituição.</p> <p>d) Reformas nas edificações para acessibilidade e física dos alunos com deficiência em todos os ambientes.</p> <p>e) <u>Formação profissional de professores e técnicos</u> para atuação</p>	<p>propostas de:</p> <p>Criação de Núcleos de Acessibilidade na Instituição proponente;</p> <p>Reestruturação de Núcleos de Acessibilidade existentes na Instituição proponente.</p> <p>Consolidação de Núcleos de Acessibilidade existentes na Instituição proponente.</p> <p>Para fins deste Edital, compreende-se por</p>	<p>selecionar propostas de:</p> <p>Criação de Núcleos de Acessibilidade na Instituição proponente;</p> <p>Reestruturação de Núcleos de Acessibilidade existentes na Instituição proponente;</p> <p>Consolidação dos Núcleos de Acessibilidade existentes na Instituição proponente.</p> <p>Para fins</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>nº 5.296/2004.</p>	<p>b) Aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos destinados ao uso de alunos com deficiência para a promoção de acessibilidade.</p> <p>c) Aquisição e adaptação de mobiliários para acessibilidade e de pessoas com deficiência nos diferentes ambientes ou compartimentos da Instituição.</p> <p>d) Reformas nas edificações para acessibilidade e física dos</p>	<p>com alunos <u>com</u> <u>deficiência</u>.</p> <p>f) <u>Contratação de pessoal para os serviços de atendimento educacional especializado</u>, observadas as condições estabelecidas no item 5 deste edital.</p> <p>O presente Edital, entendido como importante instrumento de implementação das ações previstas no Programa Incluir:</p> <p>Acessibilidade na</p>	<p>Núcleos de Acessibilidade, a constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área. Os Núcleos deverão atuar na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes,</p>	<p>deste Edital, compreende-se por Núcleos de Acessibilidade, a constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área.</p> <p>Os Núcleos deverão atuar na implementação da acessibilidade</p>
--	---------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>alunos com deficiência em todos os ambientes.</p> <p>e) <u>Formação profissional de professores e técnicos para atuação com alunos com deficiência.</u></p> <p>f) <u>Contratação de pessoal para os serviços de atendimento educacional especializado,</u> observadas as condições estabelecidas no item 5 deste edital.</p>	<p>Educação Superior para promover a eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e efetivação da política de acessibilidade e universal, tem por objeto selecionar propostas de:</p> <p>Criação de Núcleos de Acessibilidade na Instituição proponente;</p> <p>Reestruturação de Núcleos de Acessibilidade de existentes na Instituição proponente.</p>	<p>materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição. As ações desenvolvidas pelo Núcleo deverão integrar e articular as demais atividades da instituição como os projetos de pesquisa, estudo, intercâmbio, cooperação técnico-científica e extensão, demonstrando seu caráter multidisciplinar para a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência.</p> <p>As propostas poderão</p>	<p>de às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição. As ações desenvolvidas pelo Núcleo deverão integrar e articular as demais atividades da instituição como os projetos de pesquisa, estudo, intercâmbio, cooperação técnico-científica e extensão, demonstrando seu caráter multidisciplinar para a inclusão educacional e social das pessoas com</p>
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>Para fins deste Edital, compreende-se por Núcleos de Acessibilidade, a constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área. Os Núcleos deverão atuar na implementação da acessibilidade</p>	<p>contemplar as seguintes ações de acessibilidade:</p> <p>Adequações arquitetônicas para acessibilidade de física (rampa, barra de apoio, corrimão, piso tátil, elevador, sinalizadores, alargamento de portas e outros) em conformidade com ABNT NBR 9050 de 2004 e Decreto nº 5296 de 02 de Dezembro de 2004;</p> <p>Aquisição de equipamentos específicos</p>	<p>deficiência.</p> <p>As propostas poderão contemplar as seguintes ações de acessibilidade:</p> <p>Pequenos serviços: adequações arquitetônicas para acessibilidade de física (rampa, barra de apoio, corrimão, piso e sinalização tátil, sinalizadores, alargamento de portas e outros) em conformidade com ABNT NBR 9050 de 2004 e Decreto nº 5296 de 02 de</p>
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>e às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição. As ações desenvolvidas pelo Núcleo deverão integrar e articular as demais atividades da instituição, como os projetos de pesquisa, estudo, intercâmbio, cooperação técnico-científica e extensão e ensino para a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência.</p> <p>As propostas</p>	<p>para acessibilidade de (teclado Braille, computador, impressora Braille, máquina de escrever Braille, linha Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro e outros);</p> <p>Aquisição de material didático específico para acessibilidade de (livros em áudio, Braille e falado, software para ampliação de tela, sintetizador de voz, biblioteca de símbolos e outros);</p> <p>Aquisição e</p>	<p>Dezembro de 2004;</p> <p>Aquisição de material permanente: equipamentos específicos para acessibilidade de (elevador, teclado Braille, computadores, impressora Braille, máquina de escrever Braille, linha Braille, lupa eletrônica, amplificador sonoro e outros);</p> <p>Aquisição de material didático específico para acessibilidade de (livros em áudio, Braille e</p>
--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>poderão contemplar as seguintes ações de acessibilidade e:</p> <p>Adequações arquitetônicas para acessibilidade e física (rampa, barra de apoio, corrimão, piso tátil, elevador, sinalizadores, alargamento de portas e outros);</p> <p>Aquisição de equipamentos específicos para acessibilidade e (teclado Braille, computador, impressora Braille, máquina de escrever Braille, lupa eletrônica,</p>	<p>adaptação de mobiliários;</p> <p>Elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade;</p> <p>Formação para acessibilidade do corpo discente e corpo técnico da Instituição.</p>	<p>falado, software para ampliação de tela, sintetizador de voz, biblioteca de símbolos e outros); e recursos de tecnologia assistiva;</p> <p>Aquisição e adaptação de mobiliários para acessibilidade;</p> <p>Elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade;</p> <p>Formação para acessibilidade</p>
--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>amplificador sonoro, e outros);</p> <p>Aquisição de material didático específico para acessibilidade e (livros em áudio, Braille e falado, software para ampliação de tela, sintetizador de voz e outros);</p> <p>Aquisição e adaptação de mobiliários;</p> <p>Elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade e;</p>	<p>de do corpo discente docente e corpo técnico da instituição.</p>
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------

			Formação para acessibilidade e (cursos e seminários).		
--	--	--	-------------------------------------------------------	--	--

Quadro 7 – Objetos dos Editais INCLUIR.

Fonte: Editais do Programa INCLUIR 2005 a 2009.

Legenda:

	Termo excluído
	Termo estável
	Termo adicionado
	Termo substituído

A partir dos dados especificados podemos extrair as seguintes considerações:

- a) Inicialmente as instituições proponentes deveriam adequar seus projetos baseados em três linhas gerais: Programas sobre acesso e permanência de sujeitos com deficiência, Projeto de aquisição de equipamentos e Projetos de reformas estruturais. Ao longo do tempo essas linhas foram se desmembrando e se tornando mais específicas.
- b) Nos editais de 2007 e 2008 estabelece-se o conceito que define os “Núcleos de Acessibilidade”.
- c) Os eixos/objetos estipulados nos editais limitam as propostas encaminhadas pelas instituições, uma vez que com a determinação das especificidades dos eixos, as instituições perdem autonomia para apresentar projetos fora do que o MEC institui.
- d) Em 2008 é importante assinalar que em relação ao edital anterior foi retirado o termo “pedagógico” do item material didático.
- e) Nota-se variação no foco das formações previstas nos objetos. Em 2006 a formação profissional é voltada para professores e técnicos, no ano de 2007, formação para acessibilidade, formação para acessibilidade do corpo discente e corpo técnico em 2008 e formação para acessibilidade do corpo docente e corpo técnico em 2009.
- f) Adequações arquitetônicas, aquisição de equipamentos específicos para acessibilidade, aquisição de material didático, aquisição e adaptação de mobiliários, formação, elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade permeiam todos os editais.
- g) Ao cruzarmos os dados apresentados nos itens “Objetivos” e “Eixos” podemos inferir que o edital de

2005 sofreu muitas alterações sendo completamente modificado, servindo de base para os demais, o que pode expressar um amadurecimento do programa. Outra hipótese é a de que com a mudança constante dos responsáveis pelo programa, esses itens passam a se modificar de acordo com os seus preceitos e concepções de acessibilidade ao Ensino Superior e de políticas de inclusão.

- h) Pudemos constatar também que os objetivos estão sempre descritos de forma genérica o que possibilita uma maior amarração com os eixos de forma a garantir as suas determinações. Exemplo: no edital de 2008 há o objetivo “Promover a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.”, em contrapartida prevê eixos como adequações arquitetônicas para acessibilidade física, aquisição de equipamentos específicos para acessibilidade, aquisição de material didático específico para acessibilidade, aquisição e adaptação de mobiliários, elaboração e reprodução de material de orientação para acessibilidade e formação para acessibilidade do corpo discente e corpo técnico da Instituição.

3 RESULTADOS DO PROGRAMA INCLUIR: PROJETOS APROVADOS E RECURSOS DISTRIBUÍDOS

Neste capítulo serão analisados os valores aprovados para cada projeto buscando compreender a lógica de distribuição da verba e demais questões envolvidas no que diz respeito aos dados orçamentários do INCLUIR.

3.1 DOS RESULTADOS DOS EDITAIS

Desde seu início o Programa já contemplou 155 (cento e cinquenta e cinco) projetos distribuídos por todo o Brasil. Nos anos de 2005 e 2006 o número de projetos contemplados pelo Programa INCLUIR aumentaram mais que o dobro. Já nos anos de 2007 e 2008 os números nos mostram que permaneceram praticamente os mesmos, com uma redução de 02 (dois) projetos no último edital. Em 2009 o número de projetos aumenta para 40 (quarenta). Apresentamos a seguir um gráfico para demonstrar essa distribuição ano a ano:

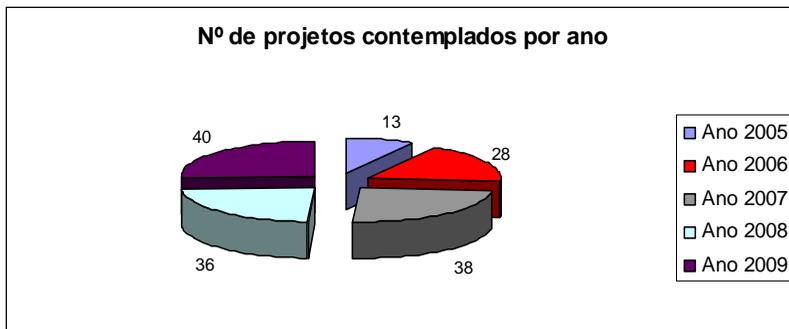


Gráfico 3 – Número de projetos contemplados por ano

Fonte: Resultado dos Editais INCLUIR 2005 a 2009.

A partir de estudo dos editais publicados entre os anos de 2005 e 2009 constatou-se que todos os estados brasileiros já foram contemplados pelo Programa com pelo menos um projeto nesse período, conforme mostra o gráfico abaixo.

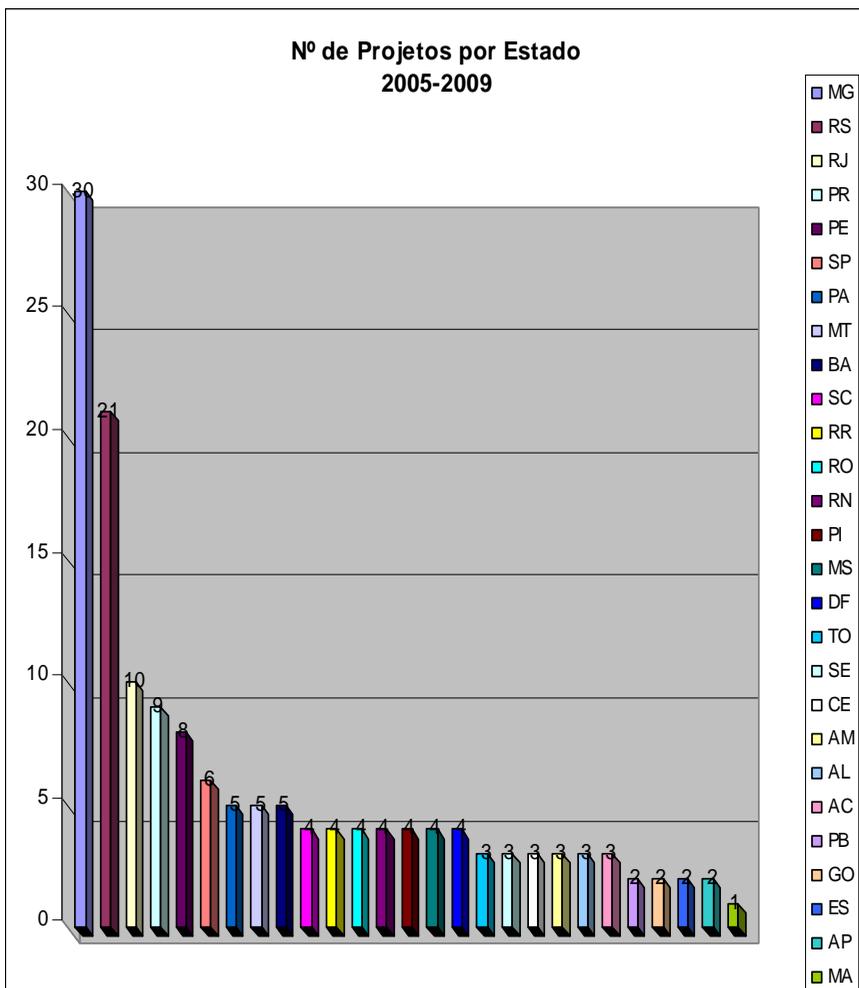


Gráfico 4 – Número de Projetos por estado 2005-2009
 Fonte: Resultado dos Editais INCLUIR 2005 a 2009.

Verifica-se a maior incidência de projetos em alguns estados do Sul e Sudeste. Destaca-se o estado de Minas Gerais - MG, em primeiro lugar no gráfico, com trinta projetos contemplados. O Estado de MG foi contemplado em todos os editais do Programa INCLUIR, sendo 02

(dois) projetos em 2005, 04 (quatro) em 2006, 06 (seis) em 2007, 09 (nove) em 2008 e 09 (nove) em 2009. O estado do Maranhão aparece em último lugar com apenas 01 (um) projeto contemplado no ano de 2008.

Ao desmembramos esses dados temos o quadro com a distribuição de número de projetos por ano:

Sul – 2005	Sudeste - 2005	Norte - 2005	Nordeste - 2005	Centro-Oeste - 2005
PR - 1 RS - 2	MG - 2 SP - 1	PA - 1 RR - 1	BA - 1 CE-1 PI - 1 PE - 1	DF - 1
Sul - 2006	Sudeste - 2006	Norte - 2006	Nordeste - 2006	Centro-Oeste - 2006
PR - 2 RS - 6 SC- 1	MG - 4 RJ - 2	PA - 1 AC - 1 AM - 1 TO -1	BA - 1 SE-1 PI - 1 AL - 1 RN -1 PE -1	DF - 1 MT - 1 MS - 1
Sul - 2007	Sudeste - 2007	Norte - 2007	Nordeste - 2007	Centro-Oeste - 2007
PR - 1 RS - 5	MG - 6 RJ - 3 SP -1 ES - 1	PA - 2 AC - 1 AM - 1 TO - 1	BA - 1 SE - 1 CE - 1 PI - 1	DF - 1 MT - 1 MS - 1

		RR - 1	PB - 1	
		RO - 1	RN - 1	
		AP - 1	PE - 4	
Sul - 2008	Sudeste - 2008	Norte - 2008	Nordeste - 2008	Centro-Oeste - 2008
PR - 2	MG - 9	PA - 1	BA - 1	MT - 1
RS - 3	RJ - 3	AC - 1	SE - 1	GO - 1
SC - 2	SP - 1	AM - 1	AL - 1	
	ES - 1	MA - 1	PI - 1	
		RR - 1	CE - 1	
		RO - 1	RN - 1	
		AP - 1		
Sul - 2009	Sudeste - 2009	Norte - 2009	Nordeste - 2009	Centro-Oeste - 2009
PR - 3	MG - 9	AM - 1	BA - 1	MT - 2
RS - 5	RJ - 2	RR - 1	AL - 1	GO - 1
SC - 1	SP - 3	RO - 2	PB - 1	MS - 2
		TO - 1	RN - 1	DF - 1
			PE - 2	

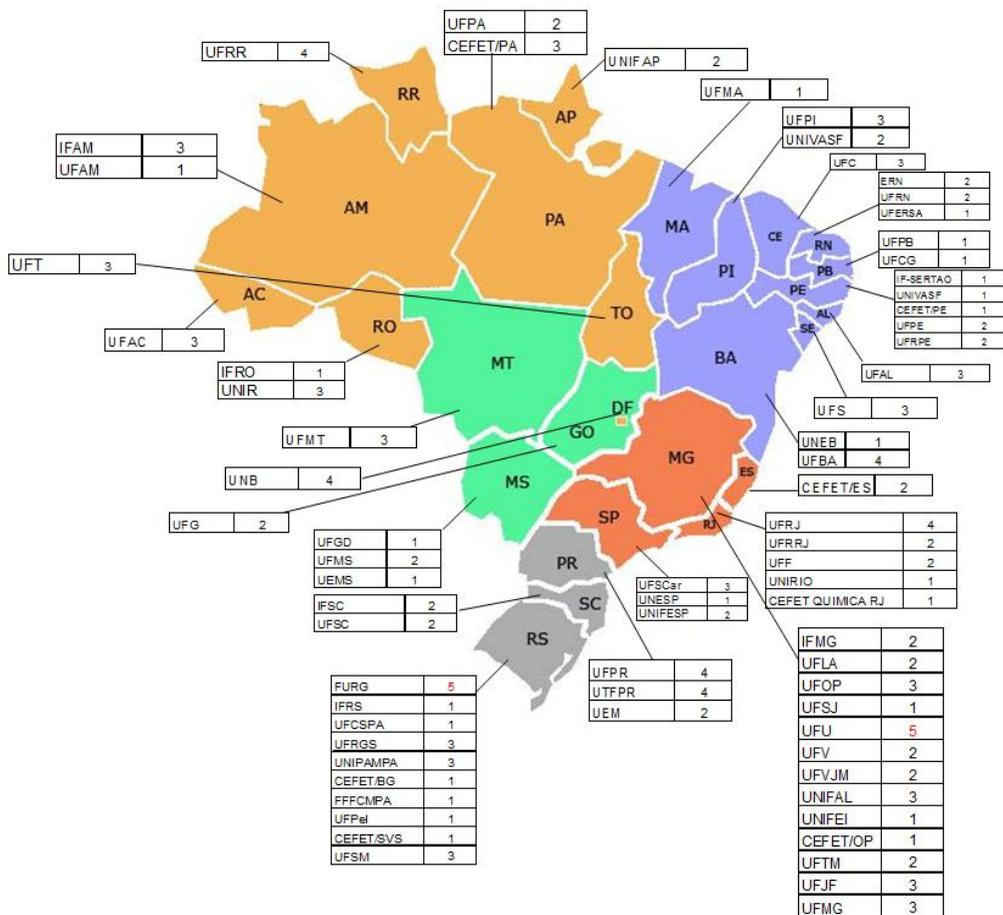
Quadro 8 – Projetos aprovados por regiões e estados

Fonte: Resultados dos editais de 2005 a 2009.

Outra informação importante diz respeito à distribuição dos projetos em relação às instituições contempladas. Ao analisar os dados

pudemos notar uma grande variação em relação às instituições contempladas em alguns estados, e para uma melhor visualização da distribuição dos projetos contemplados por estado apresentamos o mapa a seguir.

Salientamos que nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro houve uma participação mais diversificada de instituições, contudo, na maioria dos estados os projetos estão concentrados em uma ou duas instituições. Destacamos em fonte vermelha as instituições que foram contempladas em todos os editais do INCLUIR publicados entre os anos de 2005 e 2009.



Mapa 1- Distribuição de projetos 2005-2009

Fonte: Resultados dos Editais do Programa INCLUIR 2005-2009.

A seguir apresentamos algumas informações a respeito da distribuição dos projetos por região.

	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Centro-oeste	1	3	3	2	6	15
Nordeste	4	6	10	6	6	32
Norte	2	4	8	7	5	26
Sudeste	3	6	11	14	14	48
Sul	3	9	6	7	9	34
Total	13	28	38	36	40	155

Tabela 2 – Projetos aprovados por região/ano
 Fonte: Resultados dos editais de 2005 a 2009.

Observando os dados apresentados acima podemos perceber que a região Sul teve seu ápice nos anos de 2006 e 2009 com 9 (nove) projetos aprovados, a região Sudeste se destaca por apresentar um desempenho crescente, indo de 3 (três) projetos em 2005 chegando a 14 (quatorze) projetos aprovados em 2008 e 2009, a região norte quadruplicou o número de projetos aprovados nos anos de 2005 a 2007 e apresentou uma baixa nos anos de 2008 e 2009. A região Nordeste demonstrou que por três editais consecutivos foi crescente o número de projetos contemplados, contudo, apresenta uma queda brusca no ano de 2008 mantendo o número de projetos aprovados em 2009. A região Centro-oeste apresenta uma constância quantitativa nos anos de 2006 e 2007, apresentando variação significativa no edital de 2009.

Pode-se perceber que a região Centro-oeste desde o primeiro edital, apesar de demonstrar um crescimento interno, sempre aparece em situação de desvantagem em relação às demais regiões brasileiras.

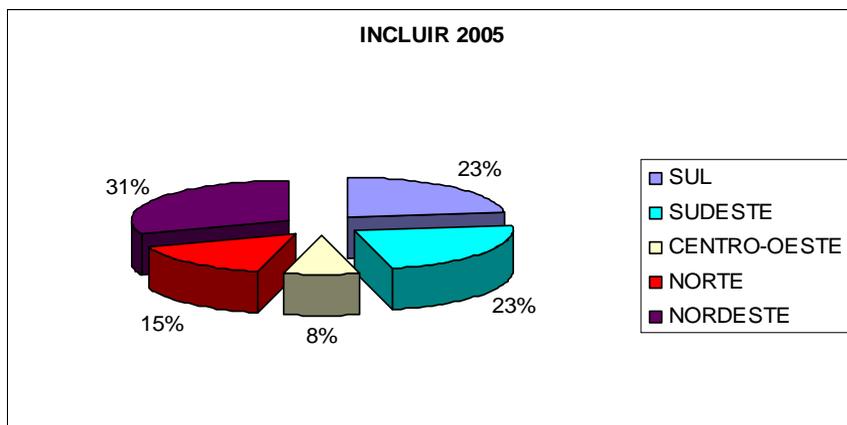


Gráfico 5 – Porcentagem de projetos aprovados por região – 2005
Fonte: Resultado do Edital INCLUIR 2005

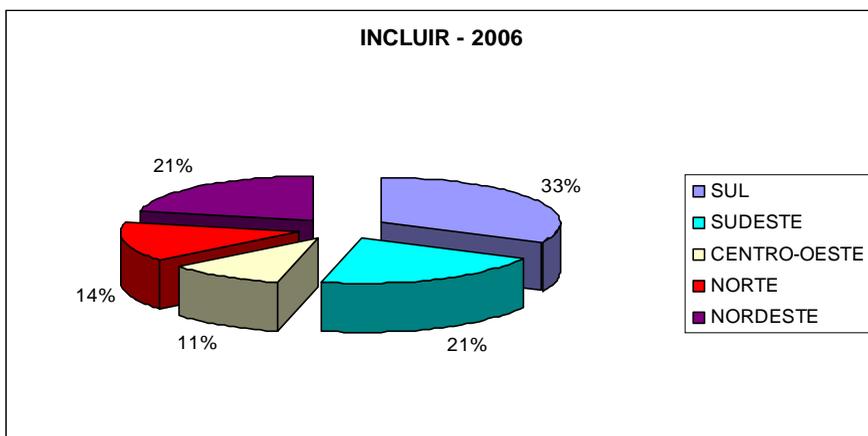


Gráfico 6 – Porcentagem de projetos aprovados por região - 2006
Fonte: Resultado do Edital INCLUIR 2006.

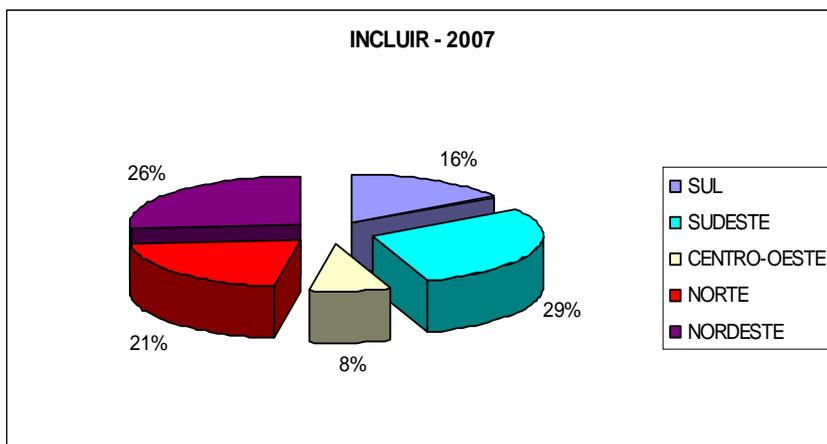


Gráfico 7 – Porcentagem de projetos aprovados por região - 2007

Fonte: Resultado do Edital INCLUIR 2007.

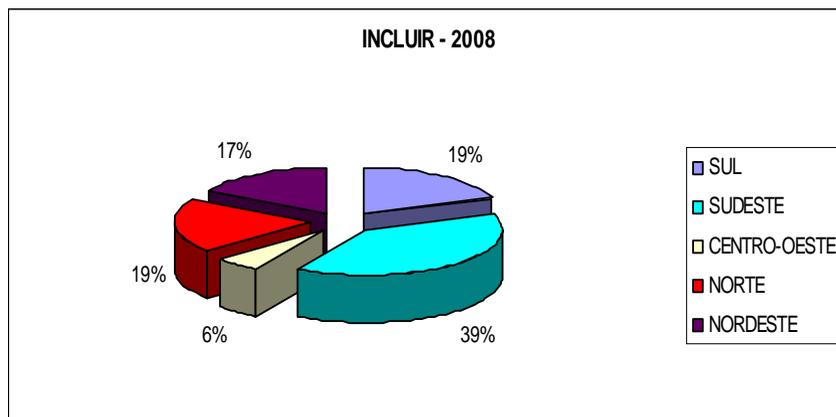


Gráfico 8 – Porcentagem de projetos aprovados por região – 2008.

Fonte: Resultado dos editais INCLUIR 2008.

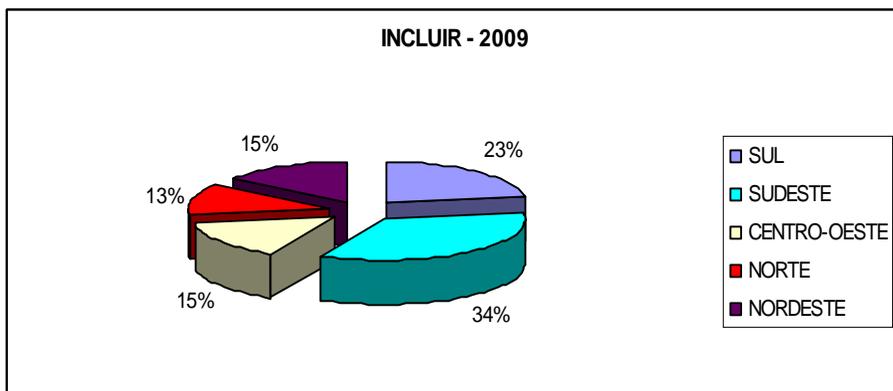


Gráfico 9 – Porcentagem de projetos aprovados por região – 2009
 Fonte: Resultado dos editais INCLUIR 2009.

Ao analisarmos os gráficos acima, percebemos que no edital de 2005 a região Nordeste foi contemplada com o maior número de projetos, totalizando 31% do total. Em 2006 foi a região Sul, com 33% do total dos projetos. Nos editais de 2007, 2008 e 2009 o Sudeste foi a região com o maior número de projetos aprovados, totalizando respectivamente 29% e 39% do total de projetos contemplados. Com base nestes dados podemos perceber uma grande variação na distribuição de projetos por região, com destaque para a região Sudeste que aparece como prevalente nos dois últimos editais.

Ao analisar os resultados dos editais publicados entre 2005 e 2009, foram identificados projetos com o mesmo nome/instituição indicando continuidade de suas ações nos editais: Projeto Curupira (CEFET/AM) – 2007 e 2008; Promovendo a acessibilidade das pessoas com deficiência na UFAC (UFAC) – 2006 e 2008; UFC Inclui (UFC) – 2005, 2007 e 2008; Sensibiliza UFF (UFF) – 2007 e 2008; Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade da UFRJ (NIA/UFRRJ) – 2007 e 2008; UFPR sem barreiras: Incluir com qualidade (UFPR) – 2005, 2007, 2008 e 2009; UFSC sem barreiras - Incluir com qualidade (UFSC) – 2007 e 2008; Construindo a inclusão das pessoas com deficiência na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – 2008 e 2009, Núcleo de Acessibilidade no Ensino Superior – UFSCar (UFSCar) - 2007 e 2009,

Acessibilidade no IFSC (IFSC) – 2008 e 2009, e Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (UNIFAP) – 2007 e 2008.

Ao analisar os nomes dos projetos contemplados podemos perceber neles a presença de os conceitos difundidos pela política, sendo eles: inclusão, acessibilidade, permanência, universidade acessível, universidade inclusiva, educação inclusiva, núcleo de acessibilidade, adaptação, ações afirmativas, barreiras arquitetônicas e cultura das pessoas com deficiência.

Os sujeitos são denominados das mais variadas formas aparecendo como estudantes com necessidades especiais, alunos com deficiência, usuários especiais, pessoas com deficiência, pessoas com necessidades educacionais especiais, portadores de deficiência, estudante com deficiência, portadores de necessidades educativas especiais, acadêmico com deficiência, minorias, acadêmico com necessidades educacionais especiais, pessoas com necessidades especiais, pessoas com necessidades educativas especiais, pessoas portadoras de necessidades especiais ou alunos com deficiência.

Podemos perceber também que instituições foram contempladas em mais de um edital, porém com projetos distintos como é o caso do CEFET/ES (2007 e 2008), CEFET/PA (2006 e 2008), CEFET/SVS (2006 e 2007), FURG (2005 a 2008), UFAL (2006 e 2008), UFBA (2005 a 2008), UFJF (2005, 2007 e 2008), UFMG (2006 a 2008), UFMT (2006 a 2008), UFOP (2006 e 2008), UFPA (2005 e 2007), UFPE (2006 e 2007), UFPI (2005 a 2007), UFRGS (2005 e 2006), UFRJ (2006 a 2008), UFRN (2006 e 2008), UFRPE (2005 e 2007), UFRR (2005, 2007 e 2008), UFS (2006 a 2008), UFSC (2006 e 2008), UFSCar (2005 e 2007), UFSM (2005, 2007 e 2008), UFT (2006 e 2007), UFTM (2007 e 2008), UFU (2005 a 2008), UnB (2005 a 2007), UNIFAL (2007 e 2008), UNIPAMPA (2007 e 2008), UNIR (2007 e 2008), UNIVASF (2007 e 2008) e da UTFPR (2006 a 2008), conforme mostra o quadro a seguir.

Instituição	Edital 2005	Edital 2006	Edital 2007	Edital 2008	Edital 2009
CEFET/ES	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Programa de Inclusão para pessoas com necessidades especiais, auditivas ou visuais no Sistema CEFETES	Programa de Inclusão para pessoas com necessidades especiais no Sistema CEFETES	Não foi contemplada
CEFET/PA	Não foi contemplada	Inclusão: acesso e permanência de minorias no CEFET/PA	Inclusão: Acesso e Permanência de PNEE'S no CEFET-PA	Inclusão e Permanência de PNEE'S no CEFET-PA da formação à adaptação de espaços - uma tentativa possível	Não foi contemplada
CEFET/SVS	Não foi contemplada	As interfaces da ed. Prof./Tecnológica de pessoas com n.e.e.: construindo um centro de ed Prof público inclusivo	Acessibilidade e acolhimento: estratégias para a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais em um centro de formação Técnica/Tecnológica	Não foi contemplada	Não foi contemplada
FURG	Inclusão, acessibilidade e permanência: ações afirmativas para	Acessibilidade e, acolhimento e acompanhamento do estudante	Construindo a Acessibilidade e na FURG	Acessibilidade e a Inclusão na FURG: Construindo novas possibilidades	O título do projeto contemplado em 2009 não foi divulgado pelo MEC

	estudantes com necessidades especiais no Ensino Superior	com deficiência no Ensino Superior			
IF Sertão Pernambucano	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Projeto de Inclusão e acessibilidade e no IF Sertão Pernambucano
IFAM	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Projeto Curupira	Projeto Curupira	PROJETO CURUPIRA - Promoção da Acessibilidade e Educação Inclusiva nos Campi do IFAM
IFMG	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Acessibilidade e para Todos
IFRO	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Formação profissional para o atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais em classes regulares

IFRS	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	O título do projeto contemplado em 2009 não foi divulgado pelo MEC.
IFSC	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Acessibilidade e no CEFET-SC	Acessibilidade e no IFSC
UEM	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Adequação arquitetônica para acessibilidade e física no campus sede da UEM e formação para acessibilidade e aos servidores da Instituição
UEMS	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Projeto Incluir na UEMS: acessibilidade e e permanência com qualidade na Educação Superior
UERN	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Acessibilidade e, Educação e Cidadania

UFAL	Não foi contemplada	Adaptação do campus A C Simões às leis de acessibilidade e para portadores de n.e.e. da UFAL	Não foi contemplada	Construindo a inclusão das pessoas com deficiência na UFAL	Construindo a inclusão das pessoas com deficiência na Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Acessibilidade e sem barreiras	Incluir na UFBA - promovendo a acessibilidade e sem barreiras	UFBA sem barreiras	As tecnologias assistivas - TAS como apoio a inclusão da pessoa com deficiência na UFBA	Não foi contemplada
UFCG	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Trilhando caminhos rumo à igualdade: proposta de acessibilidade e permanência na universidade
UFCSPA	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Inclusão e Acessibilidade e na UFCSPA
UFGD	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Criação do Núcleo de Acessibilidade e na Educação Superior - UFG	Proposta de consolidação do Núcleo de Acessibilidade e na Educação Superior da UFG

UFJF	Acessibilidades na Universidade Federal de Juiz de Fora	Não foi contemplada	INCLUIR: Campanha de conscientização na UFJF	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Deficiência na UFJF	Não foi contemplada
UFLA	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Consolidação do núcleo de acessibilidade e na biblioteca central da UFLA
UFMG	Não foi contemplada	Acessibilidade: criando mecanismos para a inclusão na universidade	Implantação de referência de acessibilidade e na UFMG: conclusão da referência de acessibilidade e na Biblioteca Universitária e expansão no Museu de Ciências Morfológicas	Construção de uma via acessível	Não foi contemplada
UFMS	Não foi contemplada	UFMS acessível: estratégias para a inclusão do acadêmico com deficiência na UFMS	Não foi contemplada	Não foi contemplada	UFMS Acessível: Estratégias para Inclusão do Acadêmico com Deficiência na UFMS

UFMT	Não foi contemplada	Laboratório de informática: Acessibilidade e e permanência dos DV no Ensino Superior	Acessibilidade e e permanência dos Deficientes Visuais no Ensino Superior: produção e difusão do conhecimento, formação e qualificação de recursos humanos	Acessibilidade e e permanência da pessoa com necessidades especiais : Inclusão na UFMT	Inclusão na diversidade: acesso, ingresso e permanência de PNEs na UFMT
UFOP	Não foi contemplada	Melhoria e ampliação das condições de acessibilidade e na UFOP	Não foi contemplada	Adequações arquitetônicas para acessibilidade e física no prédio do ICEB	Elaboração de Projeto de Acessibilidade e nos Campi da UFOP
UFPA	Modernização da seção BRAILLE da biblioteca central da Universidade Federal do Pará	Não foi contemplada	Núcleo de Acessibilidade e do campus Universitário de Marabá	Não foi contemplada	Não foi contemplada
UFPE	Não foi contemplada	Inclusão e cidadania na UFPE	Pró-Inclusão: quebrando barreiras e promovendo a formação	Não foi contemplada	Não foi contemplada
UFPI	Universidade inclusiva: uma realidade possível e necessária	Universidade inclusiva em construção	Acessibilidade e na UFPI: superando obstáculos	Não foi contemplada	Não foi contemplada

UFPR	UFPR sem barreiras: incluir com qualidade	UFPR sem barreiras - incluir com qualidade	Não foi contemplada	UFPR sem barreiras: Incluir com qualidade - Fase III	UFPR sem barreiras – INCLUIR com qualidade - Fase IV
UFRGS	Possibilitando o acesso e permanência dos alunos com deficiências visuais	Incluir UFRGS 2006	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Implementação da política de acessibilidade e plena de pessoas com deficiência na UFRGS
UFRJ	Não foi contemplada	Laboratório de pesquisa e ensino da LIBRAS	Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade e da UFRJ (NIA/UFRS)	Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade e da UFRJ (NIA/UFRJ)	Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade - UFRJ
UFRN	Não foi contemplada	Inclusão de alunos com deficiência na UFRN: promovendo ambientes acessíveis	Não foi contemplada	Criação do Núcleo de Apoio e Orientação ao Acesso e Permanência a alunos com deficiência na UFRN	Não foi contemplada

UFRO	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Expansão do Centro de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais – CAPNES*, estruturação da Universidade Aberta do Brasil (RO) e Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
UFRPE	Na biblioteca central da UFRPE, tempo de incluir e potencializar os usuários especiais	Não foi contemplada	Reestruturar para garantir a acessibilidade	Não foi contemplada	Não foi contemplada
UFRR	Programa Incluir na Universidade Federal de Roraima	Não foi contemplada	Inclusão na UFRR: um espaço em (des) construção	Núcleo de Acessibilidade e no Ensino Superior da UFRR: construir	Construir a Inclusão na UFRR
UFRRJ	Não foi contemplada	Rural acessível: uma universidade inclusiva	Não foi contemplada	Não foi contemplada	A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: uma prática em

					construção
UFS	Não foi contemplada	Melhoria das condições de acesso e permanência dos alunos com n.e.e. na UFS	Projeto Incluir-implantando ações de acessibilidade e plena de pessoas com deficiência na UFS	Implementação do núcleo de apoio as pessoas com deficiência na UFS	Não foi contemplada
UFSC	Não foi contemplada	A universidade como espaço de estudos e pesquisa para todos: uma inclusão necessária	Não foi contemplada	Acessibilidade e Inclusão na UFSC	Não foi contemplada
UFSCar	Barreiras arquitetônicas nos espaços universitários	Não foi contemplada	Núcleo de Acessibilidade e no Ensino Superior da UFSCar	Não foi contemplada	Núcleo de Acessibilidade e no Ensino Superior - UFSCar
UFSJ	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Inclusão de pessoas com deficiência: UFSJ sem barreiras
UFSM	Não foi contemplada	Acesso e permanência da pessoa	UFSM sem barreiras - incluir com	UFSM sem barreiras - Incluir com	Não foi contemplada

		com n.e.e. na UFSM	qualidade	qualidade	
UFT	Não foi contemplada	Núcleo de apoio ao acadêmico com n.e.e. - NAANEE-UFT	NEACE-UFT: reconhecendo diferenças e promovendo acessibilidade	Não foi contemplada	Não foi contemplada
UFTM	Não foi contemplada	Não foi contemplada	A Universidade do Triângulo Mineiro em busca da acessibilidade	Acessibilidade: a UFTM tem este compromisso	Não foi contemplada
UFTO	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	O título do projeto contemplado em 2009 não foi divulgado pelo MEC.
UFU	A inclusão educacional na UFU: acesso, permanência e conclusão de estudos	Projeto Incluir na UFU - valorizando e respeitando diferenças no processo de acessibilidade e permanência com qualidade na universidade pública	Projeto INCLUIR na UFU- Acessibilidade e permanência com qualidade na Educação Superior	Projeto Incluir da UFU: Acessibilidade, Permanência e Comunicação no processo de inclusão com qualidade na Educação Superior	Programa Incluir: Acessibilidade e na Universidade Federal de Uberlândia

UFV	Não foi contemplada	Apoio financeiro para adequação das instalações físicas da Biblioteca Central da UFV para a inclusão de usuários portadores de n.e.e.	Não foi contemplada	Não foi contemplada	NIAI - Núcleo Interdisciplinar de Apoio a Inclusão
UFVJM	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Projeto Incluir: Acessibilidade e na UFVJM	Ampliação das Condições de Acessibilidade e Implementação de Ações de Sensibilização na UFVJM
UnB	Acessibilidade e à informação e à cultura das pessoas com deficiência	Acessibilidade e física nas edificações do campus da UnB	Acessibilidade e no prédio da BCE/UnB	Não foi contemplada	Promoção da Acessibilidade e às Pessoas com Necessidades Especiais na UnB
UNEB	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Programa de Aperfeiçoamento à Distância em Educação Especial: Formação de Professores na Área de LIBRAS

UNESP	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	INCLUIR
UNIFAL	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Criação do núcleo de Acessibilidade e da UNIFAL-MG	INCLUIR/UNIFAL-MG	Núcleo de Acessibilidade e - Unifal/MG
UNIFEI	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	O conhecimento é para todos: Acessibilidade e no prédio e na Biblioteca da UNIFEI
UNIFESP	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Não foi contemplada	UNIFESP-INCLUINDO DE PORTAS ABERTAS
UNIPAMPA	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Inclusão e Acessibilidade e para garantir o direito à Educação Superior na Universidade Federal do Pampa	Núcleo de Inclusão e Acessibilidade e NinA: Consolidando o Inclusão, Acessibilidade e e Diversidade na UNIPAMPA	Unipampa: Acessibilidade e e Permanência com Qualidade na Educação Superior
UNIR	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Implantação do centro de apoio a Pessoas portadoras de necessidades especiais - CAPNES	Ampliação e estruturação do Centro de Apoio à Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais - CAPNES	Não foi contemplada

UNIVASF	Não foi contemplada	Não foi contemplada	Núcleo de Acessibilidade e da Universidade Federal do Vale do São Francisco - NAUFVASF	UNIVASF E DIVERSIDADE: políticas de inclusão e acessibilidade e de pessoas com deficiência ao Ensino Superior	UNIVASF e DIVERSIDADE: Programa de Inclusão e Acessibilidade e de Pessoas com Deficiência ao Ensino Superior
UTFPR	Não foi contemplada	Suporte a equipamentos especiais	Inclusão, Acessibilidade e e Tecnologia Assistiva na UTFPR	Inclusão, acessibilidade e e tecnologia assistiva na UTFPR - expansão de ações	O título do projeto contemplado em 2009 não foi divulgado pelo MEC.

Quadro 9 – Os 155 Projetos contemplados nos editais 2005-2009

Fonte: Resultados dos editais INCLUIR 2005 a 2009.

Isso nos faz notar o esforço de diversificação das propostas das instituições para participar e atender às exigências dos editais do INCLUIR. No entanto, das 236 Instituições Públicas de Educação Superior existentes no Brasil, 57 tiveram projetos aprovados até o momento, representando somente 24,15% do total.

Em termos do número de projetos aprovados, ao analisar o gráfico abaixo, podemos perceber que o primeiro ano do Programa INCLUIR, aprovou 13 (treze) projetos, todos vinculados a Universidades⁴³. A partir de 2006 os CEFETs⁴⁴ começam a ser contemplados com 3 (três) projetos e as IES com 25 (vinte e cinco). Em 2007 o número de projetos passa a ser de 31 (trinta e um) para as IES e 7 (sete) para os CEFETs. No ano de 2008 o número de projetos das universidades se mantém e os vinculados aos CEFETs cai para 5 (cinco) e em 2009 dos 40 (quarenta) projetos contemplados 34 (trinta e quatro) são IES, 6 (seis) CEFETs e (4) Estaduais.

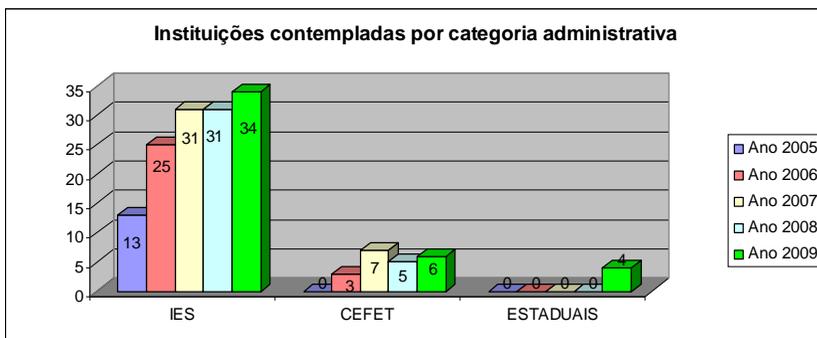


Gráfico 10 – Prevalência anual de instituições contempladas por categoria Administrativa.

Fonte: Resultado dos editais INCLUIR 2005 a 2009.

No que se refere ao orçamento do Programa, em 2005 o edital previu a aplicação de recursos orçamentários e financeiros, não

⁴³ Não foi possível verificar aqui se os CEFETs encaminharam projetos para análise do MEC no ano de 2005.

⁴⁴ Até o edital de 2008 era utilizada a denominação CEFET. A partir da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 essas instituições passam a ser chamadas de IFET. O edital do INCLUIR de 2009 já passa a denominá-las de acordo com a legislação vigente.

reembolsáveis⁴⁵, no valor global de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), para apoiar programas e/ou projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária, podendo ser descentralizados até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para beneficiar até dois programas que contivessem ações inovadoras para garantia do acesso de sujeitos com deficiência à Educação Superior e a permanência delas nas IFES. Este edital permitia a descentralização de até R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para beneficiar sete projetos no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que visassem a adquirir equipamentos ou a promover reformas estruturais para acessibilidade.

O edital do ano de 2006 previu R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) para apoiar projetos das IFES, elaborados de acordo com os eixos previstos, podendo ser descentralizados até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para apoiar um projeto por Instituição.

Em 2007, o valor total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), consignado na dotação orçamentária da SESu/MEC, foi utilizado para apoiar projetos das IFES. O edital deste ano permitia a descentralização de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para apoiar um projeto por instituição.

De acordo com os resultados do edital de 2007 somente a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar tiveram o recurso de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) aprovados pelo MEC. Para o edital de 2007, treze universidades foram contempladas com os valores mínimos aprovados de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), correspondentes a 19,5% do orçamento total previsto para o ano.

No ano de 2008, foram destinados R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais) para apoiar os projetos das IFES, sendo descentralizados até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para apoiar um projeto por instituição. A partir do resultado do edital pode-se verificar que 10 (dez) instituições⁴⁶, tiveram o orçamento máximo de R\$

⁴⁵ Nesse contexto, o termo não reembolsável significa que em caso da verba destinada ao projeto aprovado não ser utilizada na sua totalidade, não haveria a obrigação de devolver os recursos excedentes para o MEC.

⁴⁶ As instituições foram o CEFET/PA, FURG, UFC, UFG, UFJF, UFMT, UFOP, UFSM, UNIFAP e UNIR.

120.000,00 (cento e vinte mil reais) aprovado para realizar os seus projetos. O somatório desse valor corresponde a 36,36% do orçamento total previsto para esse ano.

Dentre as instituições contempladas com os valores máximos, a UFSM se destaca por ter aprovado por dois anos consecutivos o projeto “UFSM sem barreiras - incluir com qualidade”.

Contudo, em 2008 o valor mínimo aprovado foi de R\$ 19.046,00 (dezenove mil e quarenta e seis reais) destinado ao projeto denominado INCLUIR/UNIFAL- MG. Com isso podemos perceber desigualdades na distribuição dos recursos, apesar de não se identificar essas diferenças por regiões ou instituições.

Ao analisar os resultados financeiros dos editais de 2008⁴⁷ é possível identificar que o valor total aprovado extrapola o divulgado no edital em R\$ 484.362,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil reais e trezentos e sessenta e dois reais), o que não acontece no ano anterior⁴⁸.

Essa distribuição está representada na tabela 3:

Edital 2007	Recursos Aprovados	Edital 2008	Recursos Aprovados
CEFET QUÍMICA /RJ	R\$ 30.000,00	UNIFAL/MG	R\$ 19.046,00
CEFET/OP	R\$ 30.000,00	UFRR	R\$ 30.000,00
CEFET/PA	R\$ 30.000,00	CEFET/ES	R\$ 40.000,00
CEFET/PE	R\$ 30.000,00	UFMA	R\$ 49.975,00
CEFET/SVS	R\$ 30.000,00	UFRN	R\$ 60.000,00
FURG	R\$ 30.000,00	UFVJM	R\$ 60.000,00
UFAC	R\$ 30.000,00	CEFET/MG	R\$ 64.375,00
UFJF	R\$ 30.000,00	UFTM	R\$ 70.240,00
UFRPE	R\$ 30.000,00	UNIVASF	R\$ 77.000,00
UFT	R\$ 30.000,00	UFPR	R\$ 84.350,00

⁴⁷ Por falta de dados orçamentários referentes aos demais anos estamos disponibilizando somente os valores aprovados nos anos de 2007 e 2008.

⁴⁸ Essa análise não pôde ser feita para os demais editais porque o MEC não divulgou os valores aprovados para cada IES.

UNIFAL	R\$ 30.000,00	UNIRIO	R\$ 93.924,00
UNIVASF	R\$ 30.000,00	UFBA	R\$ 96.000,00
UTFPR	R\$ 30.000,00	UNIPAMPA	R\$ 96.600,00
UFMG	R\$ 32.000,00	CEFET/AM	R\$ 99.300,00
UnB	R\$ 32.000,00	UFMG	R\$ 100.000,00
UFPA	R\$ 36.000,00	UFSC	R\$ 100.000,00
UFMT	R\$ 40.000,00	UFLA	R\$ 102.000,00
UFPI	R\$ 40.000,00	UFAC	R\$ 106.198,00
UFTM	R\$ 40.000,00	UFS	R\$ 107.814,00
UFRJ	R\$ 47.000,00	UNIFESP	R\$ 113.249,00
UFPE	R\$ 50.000,00	UFF	R\$ 118.104,00
UFPeI	R\$ 50.000,00	CEFET/SC	R\$ 118.653,00
UNIR	R\$ 50.000,00	UTFPR	R\$ 118.975,00
CEFET/ES	R\$ 51.000,00	UFU	R\$ 119.075,00
UFGD	R\$ 52.000,00	UFAL	R\$ 119.500,00
UFERSA	R\$ 60.000,00	UFRJ	R\$ 119.984,00
UFBA	R\$ 65.000,00	CEFET/PA	R\$ 120.000,00
UNIFAP	R\$ 66.000,00	FURG	R\$ 120.000,00
UFS	R\$ 67.000,00	UFC	R\$ 120.000,00
CEFET/AM	R\$ 77.000,00	UFG	R\$ 120.000,00
UFRR	R\$ 85.000,00	UFJF	R\$ 120.000,00
UNIPAMPA	R\$ 89.000,00	UFMT	R\$ 120.000,00
UFC	R\$ 90.000,00	UFOP	R\$ 120.000,00
UFF	R\$ 94.000,00	UFSM	R\$ 120.000,00
UFU	R\$ 98.000,00	UNIFAP	R\$ 120.000,00
UFPB	R\$ 99.000,00	UNIR	R\$ 120.000,00
UFSCar	R\$ 100.000,00	Total	R\$ 3.484.362,00
UFSM	R\$ 100.000,00		
	R\$		
Total	2.000.000,00		

Tabela 3 – Distribuição orçamentária 2007-2008

Fonte: Resultado dos editais INCLUIR publicados em 2007 e 2008

Na tabela 4 podemos perceber que a maior concentração de verba para o Programa INCLUIR está na região Sudeste, seguida das regiões Nordeste, Sul, Norte e Centro-oeste respectivamente. Pelo que

parece a região Centro-oeste é a que menos recebe incentivo financeiro do governo para a realização das ações de inclusão nas universidades. As regiões que receberam maiores valores foram aquelas que aprovaram mais projetos. Não foi possível verificar se as instituições dessa região não estão sendo contempladas ou se elas não estão participando dos editais. Supomos que a segunda opção seja a mais provável.

	2007	2008	Total
Sul	R\$ 329.000,00	R\$ 758.578,00	R\$ 1.087.578,00
Sudeste	R\$ 582.000,00	R\$ 1.259.997,00	R\$ 1.841.997,00
Norte	R\$ 404.000,00	R\$ 645.473,00	R\$ 1.049.473,00
Nordeste	R\$ 561.000,00	R\$ 580.314,00	R\$ 1.141.314,00
Centro-Oeste	R\$ 124.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ 364.000,00
	R\$ 2.000.000,00	R\$ 3.484.362,00	R\$ 5.484.362,00

Tabela 4 – Recursos aprovados pelo INCLUIR por Região

Fonte: Resultados dos editais INCLUIR 2007 e 2008.

Se fizermos uma análise dos valores destinados aos projetos, é possível constatar que há uma diversificação das instituições contempladas com os maiores valores, não havendo prevalência entre elas.

Destacamos o fato de que os valores aprovados em dois anos, 2007 e 2008, são quase equivalentes ao previsto para 2009, considerando que o número de instituições cresceu.

Em 2009, o edital prevê o recurso total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Na programação orçamentária financeira do INCLUIR 2009 estão disponíveis, para as Instituições Estaduais de Educação Superior, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Outra evidência de desigualdade na distribuição de recursos é apontada quando o edital determina que para as Instituições Estaduais de Educação Superior, estão previstos apenas recursos de custeio.

Foram descentralizados ou conveniados até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para apoiar um projeto por instituição. A aplicação dos recursos orçamentários e financeiros deveria ser destinada a ações compatíveis com a missão da universidade pública, especialmente na formação e qualificação profissional e educacional.

4 IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA INCLUIR NOS PROJETOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS

Neste capítulo discutiremos os conceitos utilizados pelo Programa, em especial conceito de acessibilidade, bem como faremos a análise dos discursos das Instituições contempladas a respeito do INCLUIR.

4.1 A CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO PRESENTE NO PROGRAMA – ACESSIBILIDADE COMO CONCEITO-CHAVE

Nos editais publicados em 2005 e 2006 observa-se que o programa INCLUIR foi definido como “Programa de Acesso à Universidade” desenvolvido pela SESu em parceria com a Seesp, cujo público-alvo está indicado como sujeitos com deficiência na Educação Superior. Nos editais de 2007 e 2008 o termo Ensino Superior foi substituído por Educação Superior.

No edital de 2009 (DOU, 2009, p.51) o Programa INCLUIR está conceituado como “uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Especial que visa implementar política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência”, apresentando-se dessa forma pela primeira vez.

Ao observar a utilização dos termos acesso e acessibilidade presentes nos editais pudemos constatar que o conceito acesso sempre está posto em relação aos termos Ensino Superior ou Educação, o que parece se aproximar muito do que o Dicionário Houaiss (2001) define como ato de ingressar, ingresso, entrada. O termo acessibilidade é utilizado em grande escala nos editais, em torno de 60 (sessenta) vezes, e empregado em diversos sentidos. Dentre os 155 (cento e cinquenta e cinco) projetos contemplados pelos editais publicados entre os anos de 2005 e 2009 temos 64 (sessenta e quatro) projetos que utilizam o termo “acessibilidade” nos títulos.

Ano do edital	Instituição	Título do projeto
2005	FURG	Inclusão, Acessibilidade e permanência: ações afirmativas para estudantes com necessidades especiais no Ensino Superior
	UFBA	Acessibilidade sem barreiras
	UFJF	Acessibilidade na Universidade Federal de Juiz de Fora
	UnB	Acessibilidade à informação e à cultura das pessoas com deficiência
2006	FURG	Acessibilidade , acolhimento e acompanhamento do estudante com deficiência no Ensino Superior
	UFAL	Adaptação do Campus A.C. Simões às leis de acessibilidade para portadores de n.e.e. na UFAL
	UFBA	Incluir na UFBA – promovendo a acessibilidade sem barreiras
	UFMT	Laboratório de informática: Acessibilidade e permanência dos DV no Ensino Superior
	UFOP	Melhoria e ampliação das condições de acessibilidade na UFOP
	UFU	Projeto INCLUIR na UFU. Valorizando e respeitando diferenças no processo de acessibilidade e permanência com qualidade na universidade pública
	UnB	Acessibilidade física nas edificações

		do Campus da UnB
2007	CEFET/SVS	Acessibilidade e acolhimento: estratégias para a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais em um centro de formação técnica/tecnológica
	FURG	Construindo a Acessibilidade na FURG
	UFMG	Implantação de referência de acessibilidade na UFMG: conclusão da referência de acessibilidade na Biblioteca Universitária e expansão no Museu de Ciências Morfológicas
	UFMT	Acessibilidade e permanência dos Deficientes Visuais no Ensino Superior: produção e difusão do conhecimento, formação e qualificação de recursos humanos
	UFPA	Núcleo de Acessibilidade do Campus Universitário de Marabá
	UFPI	Acessibilidade na UFPI: superando obstáculos
	UFRJ	Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade da UFRJ (NIA/UFRJ)
	UFRPE	Reestruturar para garantir a acessibilidade
	UFS	Projeto Incluir – implantando ações de acessibilidade plena de pessoas com deficiência na UFS

	UFSCar	Núcleo de acessibilidade no Ensino Superior na UFSCar
	UFT	NEACE-UFT: reconhecendo diferenças e promovendo acessibilidade
	UFTM	A Universidade do Triângulo Mineiro em busca da acessibilidade
	UFU	Projeto INCLUIR na UFU- acessibilidade e permanência com qualidade na Educação Superior
	UnB	Acessibilidade no prédio da BCE/UnB
	UNIFAL	Criação do núcleo de Acessibilidade na UNIFAL-MG
	UNIPAMPA	Inclusão e Acessibilidade para garantir o direito à Educação Superior na Universidade Federal do Pampa
	UNIVASF	Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal do Vale do São Francisco – na UNIVASF
	UTFPR	Inclusão, Acessibilidade e Tecnologia Assistiva na UTFPR
2008	FURG	Acessibilidade a Inclusão na FURG: Construindo novas possibilidades
	UFTM	Acessibilidade e permanência da pessoa com necessidades especiais: Inclusão na UFTM
	UFOP	Adequações arquitetônicas para acessibilidade física no prédio do

		ICEB
	UFRJ	Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade da UFRJ (NIA/UFRJ)
	UFRR	Núcleo de Acessibilidade no Ensino Superior da UFRR: construir
	UFSC	Acessibilidade e Inclusão na UFSC
	UFTM	Acessibilidade : a UFTM tem este compromisso
	UFU	Projeto Incluir na UFU: Acessibilidade , Permanência e comunicação no processo de inclusão com qualidade na Educação Superior
	UNIPAMPA	Núcleo de Inclusão e Acessibilidade NinA: Consolidando Inclusão, Acessibilidade e Diversidade na UNIPAMPA
	UNIVASF	UNIVASF e Diversidade: políticas de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência ao Ensino Superior
	UTFPR	Inclusão, acessibilidade e tecnologia assistiva na UTFPR – expansão de ações
2009	UNIVASF	UNIVASF e DIVERSIDADE: Programa de Inclusão e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência ao Ensino Superior
	UNIFEI	O conhecimento é para todos: Acessibilidade no prédio e na

	Biblioteca da UNIFEI
UFOP	Elaboração de Projeto de Acessibilidade nos Campi da UFOP
UEM	Adequação arquitetônica para acessibilidade física no campus sede da UEM e formação para acessibilidade aos servidores da Instituição
UNIPAMPA	Unipampa: Acessibilidade e Permanência com Qualidade na Educação Superior
UEMS	Projeto Incluir na UEMS: acessibilidade e permanência com qualidade na Educação Superior
UnB	Promoção da Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Especiais na UnB
IFMG	Acessibilidade para todos
UFGD	Proposta de consolidação do laboratório de acessibilidade e práticas de educação inclusiva: democratizando o acesso, promovendo cidadania
Unifal/MG	Núcleo de Acessibilidade - Unifal/MG
UFU	Programa Incluir: Acessibilidade na Universidade Federal de Uberlândia
UFSCar	Núcleo de Acessibilidade no Ensino Superior – UFSCar

	IFAM	PROJETO CURUPIRA - Promoção da Acessibilidade e Educação Inclusiva nos Campi do IFAM
	IFSC	Acessibilidade no IFSC
	UERN	Acessibilidade , Educação e Cidadania
	UFRGS	Implementação da política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência na UFRGS
	UFCG	Trilhando caminhos rumo à igualdade: proposta de acessibilidade e permanência na universidade
	UFVJM	Ampliação das Condições de Acessibilidade e Implementação de Ações de Sensibilização na UFRVJM
	IF Sertão Pernambucano	Projeto de Inclusão e acessibilidade no IF Sertão Pernambucano
	UFG	Proposta de consolidação do Núcleo de Acessibilidade na Educação Superior da UFG
	UFLA	Consolidação do núcleo de acessibilidade na biblioteca central da UFLA
	UFCSPA	Inclusão e Acessibilidade na UFCSPA
	UFRJ	Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade - UFRJ

Quadro 10 – Títulos dos projetos contemplados utilizando o termo acessibilidade

Fonte: Resultados dos Editais INCLUIR publicados entre os anos de 2005 e 2009.

Percebemos que entre os anos de 2005 e 2007 há um crescimento exponencial em relação ao emprego do termo nos títulos dos projetos, passando de 04 (quatro) para 18 (dezoito), no ano de 2008 percebemos um decréscimo passando para 11 (onze) projetos. No entanto, em 2009 foram localizados 23 (vinte e três) referências ao termo acessibilidade nos títulos dos textos (Tabela 5).

Ano de publicação do edital	Quantidade de projetos com acessibilidade no título
2005	4
2006	8
2007	18
2008	11
2009	23

Tabela 5 – Quantidade de títulos dos projetos que apresentam o termo acessibilidade

Fonte: Resultados dos editais INCLUIR 2005 a 2009.

No ano de 2007 os editais passam a citar os núcleos de acessibilidade e com isso percebemos que no mesmo ano quatro projetos dos que foram contemplados de um total de dezoito que apresentam o termo em seus títulos. Em 2008 há três projetos com títulos que referenciam os núcleos de acessibilidade e em 2009, quatro títulos.

Também a partir de 2007, surge o vocábulo “acessibilidade universal”, relacionado ao desenho universal que de acordo com o documento Subsídio para revisão e atualização do Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH de 2008 visa a promover acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para sujeitos com deficiência e para

peças com mobilidade reduzida, assegurando-lhes autonomia, segurança e qualidade de vida.

De acordo com a ABNT NBR 9050: 2004, desenho Universal é aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população. Cambiaghi (2007) define como Desenho Universal a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente a todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

O Desenho Universal é uma filosofia de projeto que visa a criação de ambientes, edificações e objetos considerando desde o início de sua concepção a diversidade humana. Nesta concepção, as necessidades específicas de todos os usuários – idosos, crianças, gestantes, pessoas com deficiências temporárias ou permanentes – devem ser atendidas, eliminando a idéia de fazer ou adaptar “projetos especiais” para pessoas com “necessidades especiais” (DISCHINGER, 2004, p. 24).

Considerando a presença do termo acessibilidade nos títulos dos projetos e por compreender que seu uso, em grande medida está relacionado ao discurso próprio da política educacional expressa no Programa INCLUIR, passamos a discutir o conceito com o recurso da legislação.

4.1.1 Conceito de acessibilidade

A palavra acessibilidade, do latim *accessibile*, quer dizer aquilo que se pode atingir, alcançar ou obter facilmente. Não se trata de um termo oriundo da área da educação ou mesmo da educação especial. Seu uso está relacionado com o campo da arquitetura, tendo sido incorporado pelos discursos da política educacional à medida que essa ganhou contornos inclusivos.

Numa perspectiva da área da arquitetura, para Cambiaghi (2007) a acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Há que se destacar que o conceito de acessibilidade está em permanente construção pela sociedade, contribuindo para tanto o desenvolvimento das ajudas técnicas e a evolução das conceituações e terminologias, como se observa no documento Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF da Organização Mundial da Saúde – OMS (MAZZONI, 2003).

Historicamente o termo acessibilidade se restringia à remoção de barreiras arquitetônicas e adaptações de logradouros para pessoas com deficiências físicas e dificuldades locomotoras. Atualmente, porém, esse conceito foi ampliado para o modelo denominado *Desenho Universal*.

Segundo Fernandes, Antunes e Glat (2007, p. 54), nas últimas décadas a difusão do movimento pela inclusão social das pessoas com deficiência desencadeou uma preocupação com a adaptação e o planejamento de construções e espaços que permitam o livre acesso a todos. Assim a acessibilidade passou a fazer parte do discurso contemporâneo, influenciando as políticas públicas nas diferentes áreas e esferas, em todo o mundo.

No campo da Educação, Davidov (1987, p. 150-151), um dos membros da Abordagem Histórico-cultural e seguidor de Vigotski, num texto onde analisa os princípios didáticos presentes atualmente na prática escolar e a eles contrapõe princípios didáticos para uma escola numa sociedade socialista, diz que:

O “princípio da acessibilidade” deve ser transformado no princípio da educação que desenvolve, isto é, em uma estruturação tal da educação na qual se possa dirigir regularmente os ritmos e o conteúdo do desenvolvimento por meio de ações que exercem influência sobre este. Tal ensino deve realmente “arrastar consigo” o desenvolvimento e criar nas crianças as condições e premissas do desenvolvimento psíquico que podem ainda faltar nelas sob o ponto de vista das

normas e exigências supremas da escola futura. Em essência, se tratará de construir de forma ativa e compensatória qualquer “elo” da psique ausente ou insuficientemente presente nas crianças, mas que seja indispensável para lograr um alto nível no trabalho frontal com os alunos.

Pupo, Melo, Ferrés (2006, p. 17) chamam atenção para o fato de que na atualidade existem diferentes entendimentos para a expressão acessibilidade.

É bastante comum associá-la primeiramente ao compromisso de melhorar a qualidade de vida dos idosos e de pessoas com deficiência (ex. perceptual, cognitiva, motora e múltipla), uma vez que essas pessoas, em geral, sofrem impacto direto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. Entretanto, acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas.

Ainda segundo Pupo, Melo, Ferrés (2006), “pode-se definir acessibilidade como a eliminação ou redução das barreiras”. Estas, por sua vez, consistem em

[...] qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem e terem acesso à informação. Podem ser, portanto, urbanísticas, envolvendo as edificações, espaços de circulação e os transportes, bem como referentes aos sistemas de comunicação e informação.

Segundo autores que propagam o conceito de acessibilidade, o termo compõe o conceito de cidadania, no qual os indivíduos têm direitos assegurados por lei que devem ser respeitados, entretanto, muitos destes direitos esbarram em barreiras arquitetônicas e sociais

(MANZINI et al., 2003). Defendem também que um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades iguais a todos os usuários (BITTENCOURT et al., 2004).

4.1.2 Acessibilidade & Legislação

O tema acessibilidade surge no Brasil em 1978 com a Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. No entanto, o texto se restringia ao acesso aos edifícios e logradouros à pessoas com deficiência. A Emenda também assegurava educação especial e gratuita ao público em questão. Com a promulgação da Constituição de 1988, houve a inserção efetiva do assunto no marco legal federal brasileiro.

Segundo Costa, Maior e Lima (2005), no ano de 2000 o assunto foi regulamentado pelas Leis Federais nº 10.048 e 10.098, que apresentaram uma visão mais ampla sobre a matéria.

A Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, trata do atendimento prioritário às pessoas com deficiência e de acessibilidade nos meios de transporte, e inova ao introduzir penalidades ao seu descumprimento.

Para fins da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, acessibilidade é definida por

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Mais recentemente o Decreto-Lei nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 define acessibilidade como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por “pessoa portadora de deficiência” ou com mobilidade reduzida.

Para Costa, Maior e Lima (2005), a existência desse arcabouço legal deve-se principalmente à luta do movimento de pessoas com deficiência.

Pela legislação brasileira, toda pessoa, incluindo aquelas que apresentam deficiência, têm direito ao acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho. Dessa forma, as pessoas devem ser percebidas com igualdade de direitos, implicando assim no reconhecimento e atendimento de suas necessidades específicas (ANDRADE et al., 2007).

4.2 ANÁLISE DO DEPOIMENTO DE UNIVERSIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA INCLUIR – PENSANDO NA HORIZONTAL

As possibilidades de análise do Programa INCLUIR tomando como referência os Editais (2005-2009) foram muito ricas em relação a uma série de aspectos tais como: referências legais e de gestão, objetivos e eixos, procedimentos de inscrição e de avaliação, entre outros. Contudo o esforço em compreender as implicações do Programa para as IES contempladas não encontrou respaldo em tal procedimento analítico.

Para tanto, pensou-se, inicialmente em realizar entrevistas com os responsáveis pelo Programa INCLUIR ou analisar os projetos encaminhados pelas Instituições contempladas, com a finalidade de obter mais informações a respeito de como o INCLUIR está acontecendo e como as Instituições o percebem. A primeira opção foi descartada visto que para que a entrevista fosse realizada seriam necessárias viagens a Brasília e a segunda alternativa, a de analisar os projetos se tornou inviabilizada já que as Instituições contempladas com o maior número de projetos não disponibilizaram os seus projetos para análise.

Dada a situação e o tempo para análise dos dados foi realizado contato com a Universidade Federal de Uberlândia, uma das Instituições mais contempladas pelo Programa, e a responsável pelo INCLUIR nesta Instituição sugeriu que fosse elaborado um questionário oferecendo

assim mais oportunidades de exposição das contempladas. Em consenso com a orientadora desta pesquisa foi elaborado um questionário⁴⁹ em versão eletrônica e encaminhado por e-mail para as 71 Instituições contempladas pelo Programa até o momento. Para que isso fosse possível, foi feito um levantamento de todas as Instituições contempladas, e posteriormente, foram localizados todos os responsáveis pelo Programa em cada uma das Instituições. Inicialmente foi proposto um prazo de 15 (quinze) dias para o recebimento dos questionários respondidos, que acabou se estendendo por 21 (vinte e um) dias, entre os dias 29 de março e 18 de abril de 2010. É importante destacar que das 71 Instituições contatadas, 13 (treze) responderam o questionário, representando uma mostra de 18,30%. Das 13 Instituições de Ensino, 03 são Institutos Federais e 10 são Universidades Federais. Das Universidades Estaduais, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN retornou afirmando que não respondeu o questionário porque não desenvolveu o Projeto, pois apesar de ter sido aprovado, não houve a liberação de recursos por parte do MEC. A situação ainda está sendo investigada pela UERN.

Os dados apresentados abaixo se referem aos questionários encaminhados por meio eletrônico às Instituições de Ensino contempladas pelo Programa INCLUIR do período de 2005 a 2009. Ao proceder o esforço de problematizar e analisar as informações cedidas pelas Instituições por meio do questionário *on line*, foi possível perceber 03 (três) categorias de análise como forma de organização da exposição das informações: Implicações financeiras, implicações ideológicas e de gestão.

No que se refere aos dados quantitativos relativos às IES que responderam o questionário, podemos perceber que das 13 (treze), 3 (três) são Institutos Federais e 10 (dez) são Universidades Federais, não havendo representatividade das Universidades Estaduais. A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte entrou em contato justificando a não contribuição já que a Instituição até o momento não havia recebido a verba para desenvolver o projeto aprovado no edital de 2009.

⁴⁹ O questionário encontra-se nos apêndices.

Destacamos aqui que a Universidade Federal de Uberlândia – UFU e a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, contempladas em todos os editais do INCLUIR e, por isso, mais representativas, não responderam o questionário. As IES respondentes não serão aqui identificadas, apenas caracterizadas por região.

Ao analisarmos a distribuição das instituições nas regiões brasileiras temos numa ordem decrescente temos o quadro a seguir.

Nordeste	Sul	Sudeste	Norte	Centro-oeste
(PI)	(RS)	(MG)	(AP)	(DF)
(PE)	(SC)	(RJ)	(RO)	
(PB)	(SC)			
(SE)	(PR)			

Quadro 11 – Distribuição geográfica das Instituições de Educação Superior que responderam ao questionário

Fonte: Questionários *on line*.

Com os dados apresentados podemos inferir que a região Nordeste e a Sul com 4 (quatro) Instituições, seguidas das regiões Sudeste e Norte com duas Instituições e por último a região Centro-oeste com uma. Estes números seguem parcialmente a relação do número de projetos contemplados por região, ou seja, as regiões mais contempladas foram de modo geral as que também responderam com maior frequência, exceto a região Sudeste que sendo uma das regiões mais contempladas, foi representada por 2 (duas) Universidades Federais (Quadro 11).

Ao realizarmos um levantamento dos anos em que as instituições que responderam ao questionário foram contempladas pelo Programa temos o seguinte quadro:

Instituição de Ensino	Distribuição anual de projetos contemplados
IES 1	2005, 2006, 2008, 2009
IES 2	2005, 2006, 2007, 2009
IES 3	2006, 2007, 2008
IES 4	2005, 2006
IES 5	2006, 2007
IES 6	2006, 2008
IES 7	2008, 2009
IES 8	2008, 2009
IES 9	2008
IES 10	2009
IES 11	2009
IES 12	2009
IES 13	2009

Quadro 12 – Instituições de Educação Superior respondentes

Fonte: Questionário *on line*

Com os dados apresentados constatamos que a maior parte das instituições que contribuíram com esta pesquisa foram contempladas com o Programa no ano de 2009, sendo que das 13 (treze) instituições, 8 (oito) somente o foram no último ano e dessas, 4 (quatro) tiveram projetos aprovados unicamente em 2009. Esse dado pode nos revelar que há um maior interesse pela pesquisa das instituições que estão sendo contempladas mais recentemente em relação ao INCLUIR, em contraposição às Instituições que já estão participando do Programa há mais tempo. As demais respostas vieram de 6 (seis) instituições

contempladas em 2008, 3 (três) em 2007, 5 (cinco) em 2006 e 3 (três) em 2005.

Todas as Instituições que foram contempladas no ano de 2007 também o foram em 2006, no entanto, não foram contempladas ou não solicitaram financiamento nos demais anos. Porém, todas as que foram contempladas no ano de 2006 também foram contempladas com um ou mais projetos em anos posteriores. Aqui temos que considerar que no ano de 2007 houve uma mudança no quadro de responsáveis pelo INCLUIR no MEC, o que pode influenciar na forma de análise das propostas.

Apresentados esses comentários iniciais aos resultados obtidos mediante análise do questionário *on line*, passaremos a expor a discussão das implicações financeiras, ideológicas e de gestão.

4.2.1 Implicações financeiras

Analisaremos aqui a relação entre os valores solicitados e os aprovados, e a relação dessa equação com aquilo que está sendo possível realizar pelas Instituições de Educação Superior com os valores liberados pelo MEC para o desenvolvimento dos projetos.

Dentre as Instituições respondentes, 3 (três) delas informam que em todos os anos em que foram contemplados o valor solicitado foi aprovado em sua totalidade pelo MEC. As dez IES restantes acusaram que os valores aprovados foram menores que os solicitados.

Quando perguntadas sobre o nível de satisfação em relação à verba solicitada e a aprovada temos o seguinte quadro:

	Verba prevista	Verba Aprovada
Satisfatório	5	2
Insatisfatório	6	11
Não se aplica	2	0

Quadro 13 – Verba prevista x verba aprovada

Fonte: Questionário on line

Conforme os dados do Quadro 13, a verba aprovada pelo MEC é considerada insatisfatória para a maior parte das instituições de ensino, já a verba prevista pelas mesmas aparece como satisfatória e insatisfatória basicamente na mesma medida. A posição de aprovação em relação aos valores concorre com a desaprovação em igual proporção, uma vez que parte das IES acredita que o valor solicitado atende às necessidades do Programa e outra se mostra descontente com o valor estipulado para o desenvolvimento das ações.

As mesmas Instituições que apontam como suficiente a verba prevista também consideram insuficiente a verba aprovada pelo MEC, com exceção de uma Universidade que acredita que o orçamento aprovado pelo MEC atendia às suas necessidades.

O mesmo se revela com as IES que julgava a verba aprovada pelo MEC como insuficiente. Todas com exceção de uma universidade consideram que o valor solicitado também é insuficiente.

Com as informações advindas dos editais do Programa INCLUIR pudemos notar que com o passar do tempo os eixos foram ampliados permitindo dessa forma que as Instituições diversificassem as suas propostas. Essa afirmação se confirma quando verificamos as informações inerentes aos questionários onde se percebe que as Instituições de Ensino contempladas no ano de 2005 utilizaram em maior parte dois eixos, sendo eles, as reformas estruturais e aquisição de equipamentos.

Em 2006 percebe-se a entrada do eixo formação profissional de professores e técnicos, que se torna o eixo mais utilizado pelas instituições, seguido da aquisição de equipamentos e materiais didáticos, aquisição e adaptação de mobiliários e reforma nas edificações. A IES 2 se diferencia das demais Instituições por identificar a Formação como eixo utilizado, o que nos permite concluir que o projeto aprovado está estruturado sobre esse eixo somente. Isso demonstra a preocupação das instituições em relação à formação de seus profissionais para o atendimento aos sujeitos com deficiência nas suas dependências.

No ano seguinte os editais do INCLUIR lançam o incentivo à criação dos Núcleos de Acessibilidade, porém esse não é o eixo mais utilizado pelas Instituições. Os projetos centralizam as ações nos eixos aquisição de equipamentos específicos para acessibilidade, aquisição de material didático específico para acessibilidade e adequações arquitetônicas para acessibilidade física. O eixo de formação mais utilizado no edital anterior foi central apenas em um projeto. Os demais eixos citados são aquisição e adaptação de mobiliários e elaboração e reprodução de material pedagógico.

Em 2008 os eixos que aparecem como mais utilizados são respectivamente aquisição de equipamentos específicos para acessibilidade, adequações arquitetônicas para acessibilidade física, elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade, formação para acessibilidade do corpo discente e corpo técnico da instituição, aquisição de material didático específico para acessibilidade e em última colocação a expansão de núcleos de acessibilidade existentes.

No ano de 2009 as Instituições utilizaram em maior escala respectivamente a aquisição de material permanente: equipamentos específicos para acessibilidade, aquisição de material didático específico para acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva, formação para acessibilidade do corpo docente e corpo técnico da instituição, adequações arquitetônicas para acessibilidade física, elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade e aquisição e adaptação de mobiliários para acessibilidade.

As informações em relação às questões financeiras obtidas pelos editais permitem inferir que com o valor financiado pelo INCLUIR às IES e IFETS têm a possibilidade de realizar diversas ações dada a grande quantidade de eixos apontados nos editais. No entanto, ao analisar as respostas obtidas com os questionários podemos verificar uma posição diferente das Instituições contempladas pelo Programa.

Os dados revelam que a verba aprovada para cada projeto é insuficiente para a realização de ações efetivas para a garantia do acesso e permanência dos sujeitos com deficiência nas Instituições de Educação Superior.

4.2.2. Implicações Ideológicas

Ao analisarmos os títulos dos projetos percebemos que dos vinte e sete projetos contemplados, doze trazem em seus títulos o conceito acessibilidade. Não por acaso a acessibilidade é o conceito central do Programa INCLUIR. Isso pode identificar a necessidade das Instituições em adequar os títulos dos seus projetos à proposta do Programa e identificar as palavras-chave em seus títulos.

Segue a relação dos títulos dos projetos contemplados, disponibilizados pelas Instituições de Ensino. Estamos levando em consideração somente os títulos de projetos das Instituições de Ensino que responderam o questionário.

Acessibilidade no Prédio da Biblioteca e na Biblioteca Mauá da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI
Acessibilidade à informação e a cultura para as pessoas com deficiência na Universidade de Brasília
Acessibilidade física nas edificações no campus da UnB
Acessibilidade no Prédio da Biblioteca Central da UnB
Promoção da acessibilidade às pessoas como necessidades especiais na UnB
Univasf e Diversidade: políticas de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência no Ensino Superior
Univasf e Diversidade: políticas de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior
Criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Unifap
Trilhando caminhos rumo à igualdade: proposta de acessibilidade e permanência na universidade
Acessibilidade no CEFET-SC

Acessibilidade no IFSC

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA UFSC

Quadro 14 – Títulos dos projetos aprovados – IES respondentes

Fonte: Questionário *on line*.

Os demais títulos utilizam conceitos como inclusão, necessidades educativas especiais, inclusiva, inclusivo, pessoas com deficiência, acesso e permanência, que da mesma forma são representativos dos discursos que constituem a política de Educação Especial na Educação Superior.

Apesar das dificuldades relatadas por parte das Instituições notou-se variados níveis de satisfação em relação ao Programa INCLUIR a partir das respostas dadas nesta questão. Segue relatos que comprovam o nível de satisfação das IES. Observa-se que na apresentação dos comentários serão omitidos os nomes das IES.

Comentários Parciais

“O Programa INCLUIR auxilia nas ações da [...], tendo uma importância relevante, mas não é a única ação da [...] nesse sentido”.

“Em parte sim, mas ainda há muito a ser feito. Conseguimos dar acessibilidade física com construções de rampas, corrimões, adaptação de um banheiro e piso tátil no corredor central da [...]. Mas isso cobre apenas 30% do espaço da [...], ainda falta 70% para se tornar acessível. Os materiais são extremamente caros e a verba disponibilizada pelo programa é baixa em função dos altos custos. Quanto à formação docente é extremamente importante. Precisamos quebrar as barreiras atitudinais e só conseguiremos com mudanças de paradigmas das pessoas envolvidas. para isso o programa precisa disponibilizar verbas para essa formação continuada”.

“Em parte. A [...] é uma instituição multicampi, em todos os centros espalhados pelo estado há necessidade de adaptações, bem como de outras ações que promovam o acesso e a permanência de pessoas com necessidades especiais aos diversos setores. O Programa INCLUIR contempla apenas parte dessas ações. O valor destinado aos projetos é

muito aquém do que realmente precisamos para adaptar todas as dependências”.

“O Programa Incluir auxilia as ações inclusivas, mas não garante totalmente o acesso e a permanência. Observa-se a demora para liberação de verbas e o número ainda pequeno para que todas as Instituições sejam beneficiadas. Faltam mais orientações do direcionamento dos projetos para que sejam aprovados. O último edital estava confuso e com poucas orientações já que tornamos Instituto”.

“Não contempla totalmente, mas seria um grande avanço dentro da Universidade, pois não há nenhum projeto referente ao acesso e permanência de pessoas com deficiência dentro da Instituição”.

“No momento, apesar de estar em andamento, está atendendo porque a Universidade tem poucos alunos com deficiência, mas certamente as demandas vão crescer e o projeto se não for ampliado para atender a realidade multicampi, não conseguirá atender adequadamente todos os alunos. Isso é importante porque o edital permite apenas um projeto por Universidade”.

Comentários Negativos

“Não ainda estamos muito longe de contemplar as necessidades básicas desses alunos. Os recursos são insignificantes e não atingiu totalmente esse objetivo”.

“A não aprovação da rubrica para pagamento de docentes dificultou o acesso e a permanência, pois sem professores capacitados, não são vencidas as barreiras pedagógicas. Todavia, com parcerias, essa deficiência poderá ser superada”.

“Não, penso que a garantia de acesso e permanência de pessoas com deficiência na Universidade passa pela definição de uma política de inclusão, que atualmente não contempla as pessoas com deficiência. Todos os trabalhos executados por diferentes grupos em diferentes setores da [...] são pontuais e não têm ainda reconhecimento institucional. Estamos desde junho de 2008 solicitando a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da [...], vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, o que ainda não foi encaminhado”.

Comentários Positivos

“Sim, ele contempla. Sem o Programa teríamos maiores dificuldades com relação a estas questões”.

“Temos conseguido adquirir equipamentos para nos preparar para os alunos, além de atender alunos cegos. Tem nos ajudado muito sim”.

“Acreditamos que de modo geral o Programa Incluir contempla seus propósitos; devendo apenas atentar mais para a redução de "barreiras atitudinais".

“Os benefícios institucionais do Programa INCLUIR (aliado a outros movimentos e ações na [...]) culminaram com o fortalecimento do compromisso da [...] com a humanização, a diversidade e a inclusão educacional e social dos alunos com necessidades especiais”.

“Favoreceu o fortalecimento de uma política institucional inclusiva aos alunos com necessidades educacionais especiais.”

“Favoreceu oportunidade relativa a inclusão escolar, pontuando não somente de acesso à instituição, mas de permanência com maior qualidade e direitos garantidos.”

“Favoreceu o apoio didático-pedagógico aos alunos com Necessidades educacionais Especiais e de seus professores.”

“Promoveu um processo de orientação acadêmica em relação a direitos garantidos pela instituição aos alunos em situações especiais.”

“Favoreceu o processo de participação nas relações da comunidade universitária – alunos, docentes e chefes de departamento – na interpretação, análise e orientação sobre Resoluções e Pareceres do CEPE que oferecem recursos para alunos em situações especiais.”

“Oportunizou trabalho articulado com as bancas especiais no sentido de procurar cada vez mais adequá-las às necessidades dos candidatos com NE; proporcionou maior interlocução com as Secretaria de Educação do Estado e dos município (incluindo Curitiba e região metropolitana) e escolas públicas, visto que estas instâncias têm buscado

o NAPNE (núcleo de apoio as pessoas necessidades especiais) para compor projetos coletivos que atendam a demanda de inclusão de alunos com NE.”

Ao analisarmos os comentários percebemos que a maior parte das Instituições de Educação Superior que foram contempladas se posicionam com parcialidade indicando pontos de melhoria e tecendo elogios em relação ao INCLUIR.

Os comentários negativos aparecem em menor escala e destacam questões como a insuficiente verba destinada ao Programa, a necessidade das parcerias para atender a impossibilidade de contratação de professores e a urgência de uma política real de inclusão com o devido valor à causa.

Nos comentários positivos há uma forte tendência a valorização das oportunidades dadas pelo Programa como, por exemplo, a compra de equipamentos, o envolvimento da comunidade e de outras instituições com o INCLUIR e o fortalecimento da política de Inclusão.

As Instituições foram questionadas sobre o nível de satisfação em relação a aspectos como as informações presentes nos editais INCLUIR, o prazo de cumprimento das etapas e acompanhamento dos projetos. Com os dados temos o seguinte quadro:

	Satisfatório	Insatisfatório	Não se aplica
Informação dos Editais	08	05	00
Prazo de cumprimento das etapas	03	10	00
Acompanhamento dos projetos	04	07	02

Quadro 15 – Nível de satisfação das Instituições de Educação Superior

Fonte: Questionários *on line*.

Sobre as informações presentes nos editais temos a satisfação da maior parte das Instituições, o que não anula o dado representativo de

5 (cinco) insatisfações. A satisfação aparece quando as Instituições demonstram que os Editais são fechados e “duros” e nele há todas as informações para que as ações previstas nos projetos estejam adequadas à proposta do Programa.

Já as insatisfações surgem das Instituições que acreditam que o edital poderia trazer mais informações e que ainda há alguns ajustes a serem feitos para que o Programa realmente atenda ao que se propõe, ou seja, à garantia de acesso e permanência das pessoas com deficiência dentro das Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior.

Sobre o dado “Prazo de cumprimento das etapas”, 10 (dez) das 13 (treze) IES acreditam ser insatisfatório. Essa insatisfação se reflete nos comentários finais onde vemos Instituições relatando a não realização de ações por conta de falta de tempo, como por exemplo, o prazo para realização das licitações.

O acompanhamento dos projetos também é indicado como um dado a ser repensado já que temos 7 (sete) das 13 (treze) Instituições se posicionando como insatisfeitas. Esse acompanhamento realizado pelo MEC pelo que foi relatado acontece de tempos em tempos, porém não há regularidade nas atividades.

A última questão do questionário foi elaborada como a intenção de servir de espaço de comentários e críticas das Instituições em relação ao Programa INCLUIR.

Nesse item temos comentários de todas as ordens, desde elogios e sugestões até críticas severas direcionadas à forma como o Programa está sendo gestado.

Aqui podemos perceber as fragilidades e pontos positivos do Programa tomando como base a referência dada pelas Instituições de Ensino que estão fazendo parte do INCLUIR.

“O Programa Incluir é importante para as ações inclusivas e deveria ser mais divulgado e expandido para todas as Instituições Federais”.

“Tudo o que pedimos foi executado”.

“A iniciativa é muito boa, mas o repasse do recurso deveria ser no início do ano, pois fica mais fácil o planejamento e a execução”.

“O edital do INCLUIR 2009 não foi bem divulgado. Não priorizou as instituições de ensino superior federais, não levou em consideração as universidades federais que tinham projetos na área de inclusão.”

“O Projeto INCLUIR caracteriza-se pelo mero repasse de verbas. Nunca houve interesse por parte da SESu, SEESP ou mesmo por parte da [...] em saber como os recursos foram aplicados, a não ser do ponto de vista financeiro”.

“Acredito que o programa tenha que ampliar sua concepção não apenas na área de extensão ,mas também possibilitar e financiar pesquisas no âmbito da inclusão do Ensino Superior”.

“O resultado do último edital (2009) foi liberado muito tarde e não deu tempo, ou melhor, a Universidade não colocou como prioridade tal verba e, assim acabamos ter que devolver a verba integralmente ao MEC. E o projeto não foi executado”.

“Tivemos dificuldades para comprar programas de computadores que fariam a acessibilidade comunicacional como ampliador de tela, leitor de tela. Outro ponto que não conseguimos que fosse contemplado com o recurso foi curso de formação para discentes e técnicos. Os recursos disponibilizados, 120 mil reais, não alcançaram estas ações e aguardamos um próximo edital”.

“O item de subsídio para o pagamento de docentes não foi aprovado, de forma que tivemos de buscar recursos em outras vias”.

Em 2009 (com os recursos do INCLUIR 2008) não foi possível realizar a única obra (reforma) prevista no projeto (caminho coberto) porque não houve empresas suficientes para o processo de licitação - os recursos são muitos baixos, o que não interessa às empreiteiras”.

“Em 2008, por questões de prazo, não foi possível dar continuidade aos cursos de capacitação voltados à comunidade universitária. Os recursos foram liberados tardiamente”.

“O projeto teve início em dezembro do ano passado quando os recursos foram liberados pelo Ministério da Educação. Todos os materiais e equipamentos já foram licitados, mas a maioria ainda não chegou. Todavia, o projeto da criação de um Núcleo para dar suporte aos alunos com alguma deficiência está para ser votado no CEPE (órgão máximo da Instituição) para que se torne efetivo na Universidade com locação de um técnico para o apoio necessário. Também está em processo um levantamento sobre as demandas dos cursos no que se refere à inclusão de pessoas com deficiências e uma análise da implementação da disciplina de Libras”.

“Agora como Institutos Federais e com vários campi precisamos de orientações de editais mais claras para que todos os campi sejam beneficiados”.

“Acredito que deveria vir uma verba "carimbada" para cada Instituição referente à implantação de projetos de acessibilidade. Assim como temos verbas designadas pelo próprio MEC para alunos de baixa renda e alunos estrangeiros, deveria ter uma verba específica para esse item. Assim as instituições poderiam trabalhar durante o ano vigente nesses projetos”.

“A título de sugestão:

* Programas de incentivo de parcerias entre as IES e a rede pública de ensino, no intuito de desde cedo preparar estudantes com deficiência para o ingresso no ensino superior.

* Encontros anuais com todas as IES que aprovaram projetos no Programa INCLUIR, possibilitando assim a troca de experiências e saberes.

“O INCLUIR foi uma oportunidade de iniciar o processo. Mas se tratando de IFES acho que o MEC deveria ter rubricas específicas sem precisar concorrer a Editais. A grande contradição é que o governo federal cobra, por meio de leis e decretos, que as IFES se tornem acessíveis, mas não disponibiliza de recursos financeiros e de cursos de formação continuada para que a inclusão se torne uma realidade”.

“Ele deveria ter dado mais atenção à formação de professores, disponibilizando verbas para a capacitação ou aprimoramento de

formação profissional, de uma maneira mais aberta. Mas é compensatória a iniciativa de fazer investimentos para que se cumpra a legislação referente à inclusão do país, a fim de que tenhamos não só inclusão de direito, mas também inclusão de fato. Os investimentos para o rompimento das barreiras arquitetônicas e instrumentais são salutares”.

As IES parecem indicar que o Programa tem por característica principal o repasse de verba sem a preocupação com o aspecto pedagógico para o acesso e permanência das pessoas com deficiência nas suas dependências. Com isso os investimentos previstos em seus projetos são em grande parte direcionados à aquisição de equipamentos.

Outra questão apontada com frequência pelas IES é em relação ao tempo necessário para o cumprimento das etapas necessárias para as licitações. Em grande medida a verba é liberada pelo MEC em tempo insuficiente para que as licitações ocorram, inviabilizando as ações previstas nos projetos. Se por um lado as IES se programam para realizar as ações com a verba aprovada pelo MEC, por outro, acabam desistindo ou utilizando de outros meios para que as ações sejam possíveis.

A existência de um programa, sem que haja uma avaliação do processo, corrobora para que o INCLUIR cumpra um papel ideológico de divulgar um clima político favorável ao acesso de sujeitos com deficiência à Educação Superior.

Aqui fica claro o esforço empreendido pelas Instituições de Educação Superior para atender ao discurso do programa na direção de buscar aprovações. A lógica dos editais cria esse tipo de adesão. Os projetos acabam por cumprir o papel ideológico de veicular o discurso das políticas de inclusão de maneira capilarizada nas diferentes regiões do país, multiplicando a disseminação de um conjunto de ideias.

4.2.3. Implicações de Gestão

Nesse item buscamos compreender quais dificuldades enfrentadas pelas Instituições de Ensino no que se refere à execução das ações previstas nos seus projetos.

Quando questionadas sobre quais eixos não puderam ser executados as IES indicaram na maioria dos casos Formação e Arquitetura. Podemos com isso perceber que a verba encaminhada às Instituições não é suficiente para ações vistas como essenciais para o acesso e permanência dos sujeitos com deficiência na Educação Superior.

A maior parte das Instituições, 7 (sete) ao total, respondeu nulamente em relação a essa questão, o que pode indicar que as IES não assumem ou não reconhecem que tiveram problemas com o desenvolvimento das ações relativas ao INCLUIR.

As instituições de ensino respondentes apontaram em sua maioria, problemas com a liberação tardia dos recursos. Esse atraso dificulta o processo de licitações e compras o que em alguns casos acaba por inviabilizar o desenvolvimento dos projetos.

Da mesma forma, o corte de verba para algumas ações previstas nos projetos também impede o andamento das atividades. Segundo uma das IES: “O plano de capacitação da comunidade acadêmica inserido em nosso projeto referente ao Edital Incluir/2009, não pôde ser realizado, pois houve corte de verba exatamente nesse item”. (Questionário *on line*, 2010).

Uma das instituições aponta que teve problemas de ordem burocrática para a liberação da rubrica e por isso teve dificuldades para comprar programas de computadores que fariam a acessibilidade comunicacional como ampliador de tela, leitor de tela e outros.

Como representativo da opinião sobre o tema gestão, temos o seguinte comentário,

Em 2008, devido aos prazos para empenhos e devido ao fato de os recursos terem sido descentralizados em meados de outubro, não foi possível realizar a contratação de profissionais para ministrar os cursos de capacitação previstos no Plano de Trabalho. É importante lembrar que

os recursos do incluir não podem ser gastos com profissionais da rede pública (municipal/estadual/federal), o que restringe muito, pois na rede pública encontramos muitos profissionais com excelente qualificação. Tendo em visto, a impossibilidade de contar com profissionais da rede pública a opção oferecida pelo programa incluir é a busca por profissionais da rede privada. Diante dessa situação os projetos da [...] não contemplam mais a solicitação de cursos/eventos de capacitação. Continuamos realizando nossos cursos/seminários/eventos em geral nesta área, como os recursos da [...] e, sobretudo com a rede pública. (Questionário *on line*, 2010).

Dessa forma podemos perceber que as instituições de ensino contempladas pelo INCLUIR, diante das dificuldades enfrentadas em relação ao atraso da liberação da verba e limitação imposta pelos eixos permitidos pelos editais, deixam de realizar ações ou desviam seus interesses para o que é permitido pelo MEC.

Embora considere que as demandas de adequações arquitetônicas em todo o campus, bem como a formação para discentes e docentes em temáticas voltadas a acessibilidade e inclusão são tão ou mais necessárias que a aquisição de equipamentos e materiais didáticos, o programa disponibiliza poucos recursos para obras e reformas e não permite que se utilize recursos para transporte, hospedagem, alimentação, pagamento de honorários ou bolsas (Questionário *on line*, 2010).

Com o comentário acima fica claro mais um fator limitante e determinante para a não realização das ações voltadas ao eixo de formação. O impedimento de utilização da verba para contratação de pessoal para ministrar cursos e/ou palestras e custeio de itens como transporte, alimentação e hospedagem dificultam esse processo. Em alguns casos estão sendo feitas parcerias com outras instituições, fortalecendo dessa forma o “espírito colaborativo” entre as mesmas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos o processo de pesquisa sobre a inclusão de sujeitos com deficiência na Educação Superior percebendo que o tema tem sido pouco estudado, ao mesmo tempo em que ganha emergência. Contudo, no que tange às pesquisas relacionadas à análise de políticas voltadas ao atendimento de sujeitos com deficiência na Educação Superior há a necessidade de um incentivo aos estudos.

Após análise em relação às recentes políticas de inclusão brasileiras voltadas à Educação Superior, elegemos o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), lançado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio de editais a partir de 2005, como expressão das políticas atuais.

A partir dessa constatação, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o Programa INCLUIR como expressão da política de inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior proposta pelo MEC. Para que fosse possível alcançar esse objetivo foi necessário o levantamento da legislação que se refere ao atendimento aos sujeitos com deficiência na Educação Superior, além da busca por documentos legais da década compreendida entre 2000 e 2010 que tratam do tema. Com esse levantamento e análise da documentação compreendemos que o Programa, na atualidade, é a principal referência utilizada pelas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior na tentativa de atender os estudantes com deficiência nas suas dependências.

Ao longo do trabalho pudemos perceber que o INCLUIR não só se revela como representativo do acesso e permanência de sujeitos com deficiência à educação superior pública, como é a única iniciativa governamental estruturada voltada ao público supracitado que financia ações nas instituições. Por esse motivo grande parte das Instituições de Educação Superior federais e estaduais no intuito de desenvolver ações para o atendimento aos estudantes com deficiência vem submetendo seus projetos aos editais publicados pelo MEC.

No entanto, somente a análise da documentação supracitada não foi suficiente para compreender essa temática. Para tanto, foram examinados todos os editais do INCLUIR publicados até o momento (2005-2009). Trabalhou-se também com um questionário *on line*

enviado às Instituições de Educação Superior contempladas como fonte complementar para atender aos objetivos específicos, quais sejam:

- a) Identificar as estratégias propostas pelo Programa INCLUIR para o atendimento dos estudantes com deficiência na Educação Superior;
- b) Discutir as implicações do Programa INCLUIR para as Instituições de Educação Superior (IES);

Pretendeu-se atingir o primeiro objetivo específico a partir da análise dos editais quando destacamos as mudanças realizadas nos eixos⁵⁰ previstos pelos editais, onde foram delineadas as estratégias impostas pelo Programa às Instituições de Educação Superior. Essa imposição se dá pela limitação dada às IES quando somente podem encaminhar propostas dentro dos parâmetros previamente definidos pelo MEC. De forma geral verificou-se que os eixos estipulados nos editais limitam as propostas encaminhadas pelas instituições, uma vez que com a determinação das especificidades dos eixos, as instituições perdem autonomia para apresentar e realizar demandas próprias.

A gradual ampliação nos eixos dos editais sugere que também as IES estendem as possibilidades de ações, o que se confirma a partir dos dados obtidos mediante os dados complementares. No entanto, eixos considerados pelas instituições como importantes como formação de profissionais passam a ser inviabilizados por conta da verba insuficiente e de regras limitadoras na gestão dos projetos.

O objetivo de discutir as implicações do Programa para as mesmas foram perseguidos a partir da análise das respostas obtidas via aplicação do questionário *on line*. Com isso foi possível perceber, a partir do discurso das Instituições, como o INCLUIR está sendo compreendido e considerado pelas instituições participantes. Aqui apareceram pontos positivos e as fragilidades do Programa tomando como referência os depoimentos das IES.

Em relação à posição das Instituições de Educação Superior a respeito do Programa, foi possível apreender que para algumas delas o

⁵⁰ Os eixos também podem ser identificados como rubricas.

INCLUIR se constitui como uma política pública importante para as ações inclusivas. Porém, de modo geral apontam modificações necessárias ao Programa, especialmente no que se refere ao tempo de liberação da verba e aos eixos.

Sobre a verba as dificuldades giram em torno dos valores previstos e anunciados considerados insuficientes e dos períodos de liberação, nem sempre compatíveis com os processos de gestão internos às IES, o que impede em grande medida o processo de licitações e empenhos. Por esse motivo as ações previstas nos projetos muitas vezes são inviabilizadas.

A acessibilidade aparece como o conceito central do Programa INCLUIR substituindo e ao mesmo tempo significando a idéia de inclusão. Pelo que nos parece o conceito de acessibilidade na concepção do Programa é compreendido como componente do conceito de cidadania, no qual os indivíduos têm direitos assegurados por lei que devem ser respeitados, entretanto, muitos destes direitos esbarram em barreiras arquitetônicas e sociais (MANZINI et al., 2003). No bojo do Programa um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos os usuários (BITTENCOURT et al., 2004).

Em linhas gerais, o Programa surge com o objetivo inicial de incentivar programas ou projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária para garantia do acesso de sujeitos com deficiência à Educação Superior e pôr em prática políticas de ação afirmativa. Posteriormente passou a integrar as ações propostas pelo PDE (2007) no que diz respeito ao fortalecimento da inclusão educacional. Nos demais editais o foco passa a ser a construção e o fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade nas Instituições de Educação Superior, previstos pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Com base nos discursos contidos nos editais do programa, os Núcleos melhoram o acesso dos sujeitos com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. Porém, essa perspectiva parece não se confirmar quando avaliamos os relatos de algumas das Instituições contempladas com o INCLUIR a partir do questionário aplicado, já que

se considerarmos somente a implantação do Núcleo não há garantia de qualidade no acesso e, sobretudo, permanência desses sujeitos na Educação Superior. O Programa prioriza o acesso em detrimento da permanência das pessoas com deficiência nas IES.

No que se refere aos diversos tipos de deficiência, o Programa não identifica discrepância entre as categorias internas dentro das deficiências, ou seja, não conseguimos perceber quais deficiências são consideradas mais relevantes para o Programa.

Outro ponto relevante apontado pela análise realizada por meio dos editais foi a constatação de que junto com as frequentes mudanças na equipe responsável pelo INCLUIR dentro das Secretarias de Educação Superior e Educação Especial vieram as alterações de concepção do Programa, cada vez mais se moldando aos preceitos da reforma universitária.

A prova disso é o estabelecimento de parcerias público-privadas cada vez mais necessárias, já que o valor aprovado e distribuído para as instituições de Educação Superior com projetos contemplados não é suficiente para o desenvolvimento de todas as ações promovidas para atender com qualidade os alunos com deficiência. Em depoimentos colhidos nos questionários enviados às instituições contempladas, ficou claro que na maior parte dos editais o valor solicitado por elas não foi aprovado em sua totalidade pelo MEC, diminuindo assim as possibilidades de que todas as ações previstas nos seus projetos fossem desenvolvidas, gerando a necessidade de contrapartidas para as quais também não há rubricas derivadas de outras fontes orçamentárias.

Como principais movimentos do Programa destacamos:

1. Inicialmente o objetivo do programa é garantir somente o acesso. A partir do edital de 2008 o foco passa a ser o acesso e permanência de sujeitos com deficiência na Educação Superior;
2. O programa abandona a idéia inicial de fomentar projetos de ensino, pesquisa e extensão para apoiar a criação e fortalecimento dos núcleos de acessibilidade;
3. Da preocupação em atender as políticas públicas de ação afirmativa para o atendimento à política de educação especial na Educação Superior;

4. Inicialmente a pró-reitoria de ensino de graduação era responsável pelo acompanhamento dos projetos dentro das Instituições. No edital de 2007 a responsabilidade passou a ser da pró-reitoria de extensão e em 2009 pró-reitoria de assuntos comunitários se torna a responsável pela aprovação e acompanhamento dos projetos.

Essas mudanças foram bastante significativas já que com elas são modificadas as características do Programa INCLUIR. No que diz respeito ao item 1 podemos inferir que se por um lado pode haver um amadurecimento da proposta em relação ao seu objetivo, por outro também há a possibilidade de haver um esforço em atender os pressupostos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

O item 2 indica que os Núcleos de Acessibilidade passam a se tornar centrais nos editais pela influência dos documentos legais publicados a partir do ano de 2001, cujo foco é o incentivo ao apoio aos estudantes com deficiência com base no atendimento educacional especializado e nos Núcleos de Acessibilidade, voltados especialmente à Educação Superior. Arelado a isso percebemos a valorização dos recursos de acessibilidade em detrimento das questões pedagógicas e do caráter de formação profissional que o acesso à Educação Superior pressupõe.

O desvio da preocupação em atender as políticas públicas de ação afirmativa para o atendimento à política de Educação Especial na Educação Superior, exposta no item 3, é visível ao analisar os editais do Programa. A partir do primeiro mandato do governo Lula compreendido entre os anos de 2003 e 2006 as políticas de ação afirmativa passam a atender uma parcela da população, associada à concepção de diversidade⁵¹, que não considera os sujeitos com deficiência. O central para essas políticas é o atendimento a um grupo racial ou étnico em

⁵¹ Apreendida em sua dimensão cultural, a diversidade é associada aos novos movimentos sociais, especialmente os de cunho identitário, articulados em torno da defesa das chamadas "políticas de diferença" (Taylor, 1994; Giroux, 1999; Hall, 2003). Como direito à diferença, a diversidade articula-se à exigência de reconhecimento na esfera pública e política de grupos definidos como "minoritários", "subalternos", e por certas formas de feminismo.

situação de desigualdade e desvantagens e está vinculada a idéia de inclusão social, tema não tratado neste trabalho. Com isso acreditamos que essa alteração se dá pelo fortalecimento da Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, incluindo aqui a Educação Superior.

No item 4 percebemos uma grande alternância dentro das IES no que diz respeito aos responsáveis pelo Programa. Considerando que o INCLUIR é um Programa voltado para o atendimento educacional aos estudantes da Educação Superior consideramos relevante que esteja sob a responsabilidade da pró-reitoria de graduação e pós-graduação. No entanto, atualmente a responsabilidade está atribuída à pró-reitoria de assuntos comunitários, o que pode caracterizar um distanciamento das questões pedagógicas relacionadas ao atendimento desse alunado e ser um indicativo de que, em relação ao público alvo do Programa, a intenção seja mais de ampliação de ações de extensão e formação continuada que de ensino e formação profissional inicial.

As considerações apresentadas até o momento foram possíveis a partir da análise dos editais, da produção acadêmica a respeito do tema e dos questionários respondidos pelas instituições contempladas pelo INCLUIR. Ainda nos restam questões as quais com o material empírico disponibilizado até o momento não foram respondidas, contudo, entendemos que para uma melhor apreensão em relação aos aspectos financeiros e de gestão do Programa seria necessário o contato com os relatórios financeiros e projetos contemplados.

Considerando que o assunto não foi esgotado e que necessita de outros estudos, acreditamos que este é um trabalho inicial, de caráter exploratório em relação ao acesso e permanência de sujeitos com deficiência na Educação Superior com foco na política educacional e particularmente em relação ao Programa INCLUIR.

Assim sendo, apontamos como possibilidades de continuidade do tema pesquisado nesta dissertação a investigação do sistema de financiamento do Programa INCLUIR, a apreensão das noções de inclusão e acessibilidade presentes no Programa, bem como identificação da fundamentação histórico-política da uma política de inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel de. Inclusão e política de educação superior. II Seminário de Pesquisa em Educação Especial, 2006.

ANDRADE, M.S.A.; et al. Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior. 2007. Artigo eletrônico. Disponível em: <http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/conquer/article/viewFile/27/9>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

BITTENCOURT, L. S. et al.. Acessibilidade e Cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiência física. ANAIS DO 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, Belo Horizonte, 2004. Anais... Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.ufmg.br/congrent/Direitos/Direitos10.pdf>> . Acesso: em 24 fev. 2010.

BORGMANN, Marta Estela. A universidade e o aluno com necessidades educacionais especiais. ANAIS do IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2007.
CASTANHO, Denise Molon. Política para inclusão de alunos com necessidades educacionais: um estudo em universidades e centro universitário de Santa Maria – RS. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

CASTRO, Sabrina Fernandes de & ALMEIDA, Maria Amélia. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. ANAIS do IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, 2008.

CAMBIAGHI, Silvana. Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

COSTA, Gabriela R. V.; MAIOR, Izabel M. M. de L.; LIMA, Niusarete M. de. Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica. ANAIS DO III SEMINÁRIO E II OFICINA “ACESSIBILIDADE, TI E INCLUSÃO DIGITAL”. USP, 2005. Anais... São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade/cd2005/conteudo/ATIID2005/MR1/01/AcessibilidadeNoBrasilHistorico.pdf>>. Acesso: em 23 fev. 2010.

DAVÍDOV, V. V. Análisis de los principios didácticos de la escuela tradicional y posibles principios de enseñanza en el futuro próximo. In: La psicología Evolutiva y pedagógica en la URSS. Moscú, Progreso. 1987 p. 143-155.

DISCHINGER, Marta. Desenho universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis: UFSC, Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2004.

DREZZA, Eduardo José. Inclusão no Ensino Superior: relato de experiência sobre uma política de inclusão na Universidade Cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Cidade de São Paulo, 2007.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 10, n. 1, Jun 2007 .

FERNANDES, Ediclea Mascarenhas; ANTUNES, Katiúscia C. Vargas; GLAT, Rosana. Acessibilidade ao currículo: pré-requisito para o processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. In: GLAT, Rosana (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 53-57.

FERREIRA, Solange Leme. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2007, vol. 13, no. 1, p. 43-60. Disponível em www.scielo.com.br.

GIROUX, H. A. Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONSALES, Lia Fernanda Sorrilha. Atendimento a Pessoas com Deficiência no Ensino Superior: estudo sobre o Centro Universitário SENAC. Dissertação de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Unesco, 2003.

HOSDA, Carla Beatriz Kunzler; COSTA, Anelise dos Santos da; PELLEGRINI, Cleonice Machado de; ZARDO, Sinara Pollom. A universidade e as projeções de concepções/representações de deficiência vivenciadas por alunos com necessidades educacionais especiais da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. ANAIS do IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2007.

HOUAISS A., Villar M de S, FRANCO FM de. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.

LEHER. R. Reforma universitária do governo Lula: protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais. Folha Dirigida (Caderno de Educação), 16 a 22 de dezembro de 2003b, p. 15. (disponível em

http://www.andes.org.br/reforma_universitaria_brasil_banco_municipal.pdf)

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Ensino Superior no Brasil e inclusão de alunos com deficiência. In: VALDÉS, Maria Teresa Moreno (org.). Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil: caminhos e desafios. Fortaleza: EDUECE, 2006.

MANZINI, E. J. et al.. Acessibilidade em ambiente Universitário: identificação e quantificação de barreiras arquitetônicas. In: MARQUEZINI, M. C. et al. (Org.). Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Londrina: UEL, 2003. p.185-192 (Coleção Perspectivas Multidisciplinares em Educação Especial, v. 9).

Masini, Elcie A.F.S & Bazon, Fernanda V.M. A inclusão de estudantes com deficiência, no ensino superior. Anais ANPEd, 2005.

MAZZONI, Alberto Angel. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Deficiência x participação: um desafio para as universidades. Florianópolis, SC, 2003. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de & MEDEIROS, Rildeci. Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: ações no contexto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ANAIS do IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2007.

MIRANDA. Theresinha Guimarães. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. Anais do II Seminário de Pesquisa em Educação Especial. UFES: Vitória/ES, 2006.

MOREIRA, Laura Ceretta. Retratos da prática avaliativa no contexto da sala de aula universitária com alunos com necessidades educacionais especiais - UFPR. Anais ANPEd, 2005.

NAUJORKS, Maria Inês. O papel da universidade frente aos desafios da inclusão. Anais do III Seminário de Pesquisa em Educação, 2006.

OLIVEIRA, Valéria Manna; DECHICHI, Claudia; SILVA, Lázara Cristina da. Incluir na UFU – acessibilidade e permanência com qualidade na educação superior. ANAIS do IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2007.

PELLEGRINI, Cleonice Machado de ; FREITAS, Soraia Napoleão. Ingresso, Acesso e Permanência de alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM - RS. In: II Seminário Nacional e V Seminário Regional de formação de Professores: Alfabetização e Letramento: Possibilidades de Inclusão Social, 2007, Santa Maria - RS. Anais II Seminário Nacional e V Seminário Regional de formação de Professores: Alfabetização e Letramento: Possibilidades de Inclusão Social. Santa Maria- RS: Editora da UFSM, 2007. v. 1. p. 1-10.

PEREIRA, MARILÚ MOURÃO. Inclusão e Universidade: análise de trajetórias acadêmicas na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado em Educação. UFRGS, 2007.

PERINI, Thelma Iris. O processo de inclusão no ensino superior em Goiás: a visão dos excluídos. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica de Goiás, 2005.

PUPPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca. Central Cesar Lattes, 2006.

ROCHA, Telma Brito & MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência numa instituição de ensino superior. IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2007.

RODRIGUES, José. Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

ROSSETTO, Elisabeth. Alunos com deficiência no ensino superior: uma realidade possível. IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, 2008.

SANTOS, Geandra Cláudia Silva. População com deficiência na educação superior: panorâmica de uma realidade. In: VALDÉS, Maria Teresa Moreno (org.). Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil: caminhos e desafios. Fortaleza: EDUECE, 2006.

SIMONETTI, D. C. Altas habilidades: revendo concepções e conceitos. 2007. Disponível em: <
http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=83&Itemid=91>. Acesso: em 10 out. de 2009.

TAYLOR, C. The Politics of recognition. In: TAYLOR, C. et. al. Multiculturalism: examining the politics of recognition. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 25-73.

THOMA, Adriana da Silva. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: discursos e representações sobre as alteridades deficientes no ensino superior. IV Congresso Internacional de Educação, 2006.

THOMA, Adriana da Silva. A inclusão no ensino superior: “- ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...”. Anais ANPEd, 2006.

TONINI, Andréa; NASCIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; POZOBON, Luciane Leoratto; MORAES, Jordana Lima de; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. O atendimento ao discente diante das necessidades educacionais permanentes e transitórias nas instituições de ensino superior de Santa Maria-RS. ANAIS DO IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, 2007.

UFPR. Projeto UFPR SEM BARREIRAS - INCLUIR COM QUALIDADE. 2005.

VALDÉS, Maria Teresa Moreno. Mudando a cultura pedagógica: inclusão de alunos com NEE no ensino superior. In: VASCONCELOS, Fátima; BARROS, Rosa. Diversidade cultural e desigualdade: dinâmicas identitárias em jogo. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

DOCUMENTOS NACIONAIS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004. 97p.

BRASIL, Conselho Federal de Educação. Resolução nº 02, de 24 de Fevereiro de 1981. Autoriza a concessão de dilatação de prazo de conclusão do curso de graduação aos alunos portadores de deficiência física, afecções congênicas ou adquiridas. CNE/CEB, Brasília, DF, 24 fev.1981. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_81.pdf >. Acesso: em 10 jun. 2010.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público,

define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União 1989; 24 out.

BRASIL. Portaria N.º 1.793, de dezembro de 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>. Acesso: em 23 jun 2010.

BRASIL. Aviso Circular N.º 277/MEC/GM de 8 de maio de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso: em 23 jun 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Nacional. Instrução Normativa n.º 01, de 15 de janeiro de 1997. Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos e dá outras providências. Disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/IN1_97.pdf> Acesso: em 18 jun. 2010.

BRASIL, MEC, SEESP. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial, Área de Altas Habilidades, v. 9, 1998 (Série Diretrizes).

BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto N.º. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm . Acesso: em 21 jun. 2010.

BRASIL. Lei N.º. 10.048, de 08 de Novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial {da República Federativa do Brasil}, Brasília. Disponível em:

<http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm>. Acesso: em 20 jun 2010.

BRASIL. Lei Nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial {da República Federativa do Brasil}, Brasília. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso: em 20 jun. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB Nº 17/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: MEC- SEESP, 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso: em 05 jul 2010.

BRASIL. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>>. Acesso: em 24 jun. 2010.

BRASIL. Portaria Nº 3.284 de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União, Brasília, 11 nov 2003. Disponível em <

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>.
Acesso: em 09 abr 2010.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim ...[et al.]. — Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos ; Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. Decreto N° 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso: em 22 jun 2010.

BRASIL. Decreto N°. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso: em 07 jul 2010.

BRASIL. Decreto N° 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso: em 24 jun. 2010.

BRASIL. Lei N° 11.439, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras

providências. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111439.htm. Acesso: em 20 jun. 2010.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 7200/2006. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nos 9.394 de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Disponível em
<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/402692.pdf>. Acesso: em 23 jun 2010.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 14, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do "Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior". Disponível em
<http://www.prolei.inep.gov.br/exibir.do?jsessionid=19C74F2A68CF32077E4B110AF9B41219?URI=http%3A%2F%2Fwww.ufsm.br%2Fcpd%2Finep%2Fprolei%2FDocumento%2F2530167165261504513>>. Acesso: em 23 jun. 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm>. Acesso: em 15 jun. 2010.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), 2007. Disponível em
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>. Acesso: em 23 jun 2010.

BRASIL, Ministério da Educação, SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília:

MEC/SEESP, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso: em 02 jun 2010.

BRASIL. Portaria Interministerial MP/MF/MCT Nº 127, de 29 de maio de 2008. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/11/portaria-127-convenios.pdf>>. Acesso: em 22 jun. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso: em 05 abr. 2010.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso: em 02 abr. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2009. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso: em 23 jun 2010.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 2. Programa Incluir. N. 93, seção 3, p. 39-40, 17 de maio de 2005. Disponível em <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=39&data=17/05/2005>>. Acesso: em 10 fev 2010.

_____. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 8. Programa Incluir. N. 126, seção 3, p.30-31, 4 de julho de 2006. Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=30&data=04/07/2006>. Acesso: em 10 fev 2010.

_____. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 3. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. N. 108, seção 3, p.31-32, 6 de junho de 2007. Disponível em , <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=31&data=06/06/2007>>. Acesso: em 10 fev 2010.

_____. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 4. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. N. 84, seção 3, p. 39-40, 5 de maio de 2008. Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=39&data=05/05/2008>. Acesso: em 14 mar 2010.

_____. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 5. Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. N. 146, seção 3, p. 51-52, 3 de agosto de 2009. Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=51&data=03/08/2009>. Acesso: em 14 mar 2010.

Documentos internacionais

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: 1994.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/convencao.php>>. Acesso: em 12 abr 2010.

Apêndice A – Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO

Orientadora: Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia

Mestranda: Bianca Costa Silva de Souza

Título da Pesquisa: O Programa de Acessibilidade na Educação Superior
– INCLUIR

Com o objetivo de identificar como o Programa INCLUIR está se desenvolvendo nas Instituições de Ensino Superior brasileiras, para fins de elaboração de pesquisa de Mestrado em Educação, pedimos sua contribuição respondendo ao questionário a seguir. Solicitamos que o questionário seja respondido e encaminhado **até o dia 18/04/2010** para o endereço biancacssouza@hotmail.com.

QUESTIONÁRIO

Dados de Identificação:

1. Nome da Instituição de Ensino:
2. Nome do (a) Responsável pelo Programa INCLUIR na Instituição de Ensino:
3. Nome do (a) Responsável pelas respostas deste questionário (não haverá divulgação na dissertação)

Dados da pesquisa:

4. Assinale os editais do Programa INCLUIR nos quais sua Instituição foi contemplada.

2005 2006 2007 2008 2009

5. Quais os títulos dos projetos contemplados pelo Programa? Identifique ano a ano.

R:

6. Quais eixos presentes nos editais que foram levados em conta para a elaboração dos projetos? Caso haja mais de um ou diferenciação entre os projetos, identifique ano a ano.

2005	2006	2007	2008	2009
<input type="checkbox"/> Acesso à comunicação	<input type="checkbox"/> Acessibilidade e à comunicação	<input type="checkbox"/> Adequações arquitetônicas para acessibilidade e física	<input type="checkbox"/> Adequações arquitetônicas para acessibilidade e física	<input type="checkbox"/> adequações arquitetônicas para acessibilidade e física
<input type="checkbox"/> Reformas estruturais	<input type="checkbox"/> Reformas nas edificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Aquisição	<input type="checkbox"/> Aquisição	<input type="checkbox"/> Aquisição de	<input type="checkbox"/> Aquisição de	<input type="checkbox"/> Aquisição de material

de equipamentos	<p>e adaptação de mobiliários</p> <p>() Aquisição de equipamentos e materiais didáticos</p> <p>() Formação profissional de professores e técnicos</p> <p>() Contratação de pessoal para os serviços de atendimento educacional especializado</p>	<p>equipamentos específicos para acessibilidade</p> <p>() Aquisição de material didático específico para acessibilidade</p> <p>() Aquisição e adaptação de mobiliários</p> <p>() Elaboração e reprodução de material pedagógico</p> <p>() Formação para acessibilidade e (cursos e seminários)</p>	<p>equipamentos específicos para acessibilidade</p> <p>() Aquisição de material didático específico para acessibilidade</p> <p>() Aquisição e adaptação de mobiliários</p> <p>() Elaboração e reprodução de material de orientação para acessibilidade</p> <p>() Formação para acessibilidade e do corpo discente e corpo técnico da Instituição</p>	<p>permanente: equipamentos específicos para acessibilidade</p> <p>() Aquisição de material didático específico para acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva</p> <p>() Aquisição e adaptação de mobiliários para acessibilidade</p> <p>() Elaboração e reprodução de material pedagógico de orientação para acessibilidade</p> <p>() Formação para</p>
-----------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				acessibilidade e do corpo docente e corpo técnico da instituição
--	--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------

7. Quais as categorias que identificam os eixos do INCLUIR que esta Instituição de Ensino considera mais relevantes e exeqüíveis dentro do Programa?

Arquitetura (reformas, adaptação física)

Comunicação

Materiais (aquisição de equipamentos, materiais didáticos e mobiliário)

Formação (para discentes e docentes)

8. Algum (ns) eixo (s) do Programa INCLUIR não pôde (puderam) ser executado (s):

Arquitetura (reformas, adaptação física) . Comente:

Comunicação. Comente: _____

Materiais (aquisição de equipamentos, materiais didáticos e mobiliário). Comente: _____

Formação (para discentes e docentes). Comente:

9. Qual a verba solicitada para o desenvolvimento dos projetos? Identifique ano a ano.

ANO	VERBA
2005	R\$
2006	R\$
2007	R\$
2008	R\$
2009	R\$

10. Qual a verba aprovada pelo MEC para cada projeto contemplado? Identifique ano a ano.

ANO	VERBA
2005	R\$
2006	R\$
2007	R\$
2008	R\$
2009	R\$

11. Durante o desenvolvimento dos projetos contemplados, houve algum item que não pode ser realizado? Em caso afirmativo, identifique-o (s) e aponte os motivos.

R:

12. O Programa INCLUIR contempla as necessidades relativas à garantia de acesso e permanência de sujeitos com deficiência dentro desta Instituição de Ensino? Comente.

R:

13. Identifique como ponto satisfatório ou insatisfatório os seguintes aspectos do Programa Incluir:

	SATISFATÓRIO	INSATISFATÓRIO
1) Informações presentes nos editais		
2) Verba prevista		
3) Verba distribuída		
4) Prazo de cumprimento das etapas		
5) Acompanhamento dos projetos		

14. Há algum comentário/análise a ser feito a respeito do INCLUIR?

R: